

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SÃO PAULO
PUC-SP**

Ednéia Salviano da Silva Santos

O desafio da psicologia ante o envelhecimento:
análise da grade curricular dos cursos de graduação em psicologia
nas Regiões Sudeste e Sul

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ednéia Salviano da Silva Santos

O desafio da psicologia ante o envelhecimento:
análise da grade curricular dos cursos de graduação em psicologia
nas Regiões Sudeste e Sul

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica sob a orientação da Profa. Dra. Ceneide Maria de Oliveira Cerveny.

São Paulo
2013

Banca Examinadora

Como se morre de velhice
ou de acidente ou de doença,
morro, Senhor, de indiferença.

Da indiferença deste mundo
onde o que se sente e se pensa
não tem eco, na ausência imensa.

Na ausência, areia movediça
onde se escreve igual sentença
para o que é vencido e o que vença.

Salva-me, Senhor, do horizonte
sem estímulo ou recompensa
onde o amor equivale à ofensa.
De boca amarga e de alma triste
sinto a minha própria presença
num céu de loucura suspensa.

(Já não se morre de velhice
nem de acidente nem de doença,
mas, Senhor, só de indiferença).

Cecília Meireles

Dedico este trabalho aos idosos mais importantes da minha vida:
meu pai João e minha mãe Antonieta,
pelo conselho de que, somente através do estudo,
poderíamos construir nosso futuro.

Dedico também ao meu esposo Ilson
e aos meus filhos Giovanna e Lucas.

AGRADECIMENTOS

A Deus sempre.

Ao meu marido Ilson, pelo carinho e investimento financeiro para obtenção deste título.

Aos meus filhos Giovanna e Lucas, pela existência em minha vida e pelo estímulo constante ao meu crescimento.

Agradeço a todos os meus irmãos, por estarem sempre presentes na minha vida e nesse momento em especial.

À minha querida irmã e amiga Solange, por seu ouvido sempre presente.

À minha orientadora e amiga, a Profa. Dra. Ceneide Maria de Oliveira Cerveny, pela orientação, incentivo e paciência em esperar pelo meu momento.

Um agradecimento mais que Especial à Profa. Dra. Beltrina Côrte, por sua cosupervisão, amizade e principalmente por estar sempre presente me auxiliando e orientando na construção deste trabalho.

Agradeço à Profa. Ms Leda Fleury, amiga que esteve ao meu lado, ajudando-me, motivando-me e contendo minha ansiedade durante toda execução deste trabalho.

Às minhas amigas da academia Bio Ritmo: Carol Brandt, Debora, Erica, Adriana, Carol de Oliveira, Caren, Cristiane, pelos momentos de descontração e desabafo.

À Siméia Mello, por ter me acolhido numa fase ainda incipiente de formulação da tese e pôde me dar um rumo.

Ao Roberson Machado, pela ajuda na Internet e também pelo incentivo.

À Damian Perez, porque mesmo tão distante, ainda conseguia me dar seu apoio e incentivo.

Aos professores do Programa de Psicologia Clínica, Núcleo de Família e Comunidade, que, por meio de seus conhecimentos, impulsionaram meu crescimento e proporcionaram a ampliação de minha visão como profissional.

À Eunice e à Isabela Felício, pela ajuda e incentivo.

À minha querida amiga Rose Benavides, pela paciência quando da minha ausência em nossos almoços.

Às minhas amigas do consultório: Daniela, Cacau, Claudia, Cinthia, pelo apoio.

À minha querida sobrinha Kátia, pelos seus torpedos incentivadores.

Agradeço a todas as pessoas, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como os cursos de psicologia estão trabalhando a temática do envelhecimento e velhice – e verificar se, diante do aumento da população de idosos, a universidade está preparando profissionais qualificados para a atuação com esse seguimento, ampliando o estudo para além do campo biológico, incluindo o campo psicossocial. Para isso, optou-se em analisar as grades curriculares de universidades públicas e privadas, localizadas nas Regiões Sudeste e Sul, regiões onde, atualmente, encontram-se o maior número de pessoas acima de 60 anos. A partir do levantamento bibliográfico feito sobre a temática: processo de envelhecimento e velhice, constatou-se que a teoria do desenvolvimento humano deve ser estendida além da etapa da adultez, incluindo a quarta idade (acima de 80 anos) e que se deve considerar aspectos familiares, sociais e psicológicos no trato com essa população. Além disso, optou-se pelo método do estudo documental, para utilizar, comparar e analisar as informações de domínio público, especificamente obtidas via internet, das grades e ementas disponibilizadas nos sites das instituições acadêmicas. Foram analisadas 11 universidades, que oferecem, na grade curricular, dos cursos de psicologia, alguma disciplina obrigatória ou optativa, versando sobre questões relacionadas ao tema envelhecimento e/ou velhice. A função social da universidade inclui a necessidade de uma maior conscientização de sua importância na formação de profissionais que respondam às demandas atuais da sociedade, como consta nas diretrizes curriculares nacionais. No entanto, constatou-se que aspectos contemporâneos da visão biopsicossocial do envelhecimento humano ainda se constituem em um tema com abordagem mínima nas grades dos cursos de graduação em psicologia analisados. O profissional de psicologia, como integrante da área de Saúde, deveria ser capacitado, na graduação, nas teorias que abordam o envelhecimento e velhice além do desenvolvimento adulto e, pessoalmente, rever suas concepções sobre o envelhecer, adoecer e morrer. Ante tal lacuna e as mudanças demográficas do país, sugere-se a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação do Envelhecimento e Longevidade Humana nas grades curriculares dos cursos de Psicologia.

Palavras-chave: Envelhecimento/Longevidade; Grade Curricular; Cursos de Psicologia; Formação Profissional.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze how psychology courses are working with the theme of ageing and old age, and to confirm whether, with the growing senior citizen population, universities are preparing qualified professionals to work in this field, increasing the area of study beyond the physical aspects of this population to include the psychosocial approach. To do this, a thorough analysis of the curriculums of public and private universities of Brazil's south and southeast regions, which comprise the country's largest number of over 60's, was undertaken. Based on bibliographic research on the theme of the ageing process and old age, it was found that the Human Development Theory should be applied beyond adulthood to include senior citizens over 80, and should also consider the familial, social and psychological aspects of this age group. Furthermore, documentary studies were undertaken in order to use, compare and analyze data in the public domain, specifically obtained on the internet, about syllabuses and curriculums posted on academic institutions' websites. Eleven (11) universities that offer psychology courses in their curriculum with mandatory or elective classes either on or about ageing or old age were analyzed. The social role of universities includes the need for a greater awareness of their own importance in the formation of professionals that can meet society's current needs, as stated in the national curriculum guidelines. However, it was found that current thinking from the biopsychosocial perspective on human ageing is barely addressed by the undergraduate psychology programs studied. Psychology professionals, as members of the health care profession, should be well versed, upon graduating, in the theories of the ageing process and old age, in addition to those of adult development, and be sure of their own views on ageing, illness, and death. In response to these shortcomings, and the changing demographics of the country, the creation of national curriculum guidelines for education on ageing and human longevity for psychology courses is suggested.

Key-words: Ageing/Longevity; Curriculum; Psychology Courses; Professional Training.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Estágios do desenvolvimento humano
- Quadro 2** Lista de universidades pesquisadas
- Quadro 3** Idade média em anos, segundo as Grandes Regiões – 1991/2010.
- Quadro 4** Idade média em anos, segundo as Unidades da Federação - 1991/2010.
- Quadro: 5** Universidades da Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro)
- Quadro 6** Universidades da Região Sul (Rio Grande do Sul)
- Quadro 7** Disciplinas que abordam o envelhecimento – São Paulo
- Quadro 8** Disciplinas que abordam o envelhecimento – Rio de Janeiro
- Quadro 9** Disciplinas que abordam o envelhecimento – Rio Grande do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Pirâmide etária, Brasil (2022)
- Gráfico 2** – Projeção da população, de 1980 a 2050
- Gráfico 3** – População de 80 anos ou mais de idade por sexo, 1980-2050
- Gráfico 4** – Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2009
- Gráfico 5** – Pirâmide populacional brasileira para 2050
- Gráfico 6** – Número de pessoas com mais de 60 anos nos estados escolhidos
- Gráfico 7** – Pirâmide etária de SP, RJ e RS, Censo 2010.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivos	20
Objetivo Geral.....	20
Objetivos específicos.....	20
1. PROCESSO DE ENVELHECIMENTO	21
1.1. Desenvolvimento Humano	21
1.1.1. O estudo do desenvolvimento no Brasil.....	30
1.2. O fenômeno da vida e a velhice no contexto familiar	32
1.2.1. As novas configurações familiares.....	34
1.3. Envelhecimento e fase última do ciclo vital familiar	37
1.4. O envelhecimento no Brasil	39
1.4.1. Marcos legais do envelhecimento	46
1.5. Crenças e valores sobre velhice e envelhecimento	49
2. O ENVELHECIMENTO COMO OBJETO DE ESTUDO	55
2.1. Os precursores do estudo do processo de envelhecimento no país	55
2.2. A Gerontologia no Brasil	61
3. O PAPEL DA PSICOLOGIA ANTE A LONGEVIDADE	67
3.1. A Psicologia como área disciplinar	69
4. METODOLOGIA	73
4.1. Contexto metodológico	73
4.2. Cenário demográfico dos cursos de Psicologia: RJ, SP e RS	76
5. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA	80
5.1. Diretrizes nacionais.....	80

5.2. Panorama curricular dos cursos de Psicologia de SP, RJ e RS	83
6. O LUGAR DO ENVELHECIMENTO NAS EMENTAS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA - REGIÃO SUDESTE E SUL	105
6.1. São Paulo	105
6.2. Rio de Janeiro.....	108
6.3. Rio Grande do Sul	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

A busca pela fórmula da eterna juventude, associada à felicidade, sempre foi uma preocupação para os homens. Na mitologia em geral, os deuses eram imortais e viviam no esplendor da idade adulta, plantando e colhendo os frutos de seus relacionamentos no Panteão ou com os humanos mortais.

Contudo, até para os deuses, a imortalidade dependia de um tipo especial de alimentação: a ingestão do néctar e da ambrosia, o que lhes garantia a virtude de resistir ao tempo e desafiar a morte (BRANDÃO, 1991). Imagine os pobres mortais quando se confrontam com seu envelhecimento e percebem que não se prepararam para esse momento durante sua vida!

Este trabalho teve origem a partir de minha percepção de que o processo de envelhecimento e a velhice constituíram, por longo tempo, um assunto tabu, sendo relegado à alçada apenas da medicina, restrita ao diagnóstico e à cura das doenças, em uma perspectiva apenas biológica do corpo.

Os profissionais de saúde não tinham muito conhecimento de como receber e tratar outros assuntos que os idosos¹ “traziam” em suas consultas, como: tempo ocioso, advindo da aposentadoria, perda de identidade e de papéis dentro da família, sexualidade e relacionamento.

As pesquisas com idosos geralmente foram acopladas às suas funções; assim é comum estudos sobre a “avosidade”, a aposentadoria e suas consequências, bem como da rede social do idoso, dentre outros.

Recentemente, outros aspectos sobre velhice veem sendo abordados como a sexualidade na velhice, as relações familiares na fase última, a qualidade de vida, a inserção sociocultural de pessoas em idade avançada no mercado de trabalho, no lazer e na educação.

A contribuição da medicina geriátrica, da enfermagem, da nutrição, têm sido fundamental nesse processo de ampliação do estudo e das necessidades dessa fase do desenvolvimento humano.

¹ “Considera-se idoso, para todos os efeitos desta lei, a pessoa maior de 60 anos de idade”, segundo o artigo segundo da Lei N. 8842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994).

Em relação à formação do profissional que irá trabalhar com o idoso, podemos citar o Decreto n. 1.948, de 03 de julho de 1996, em seu Art.10, inciso V, que entende como competência do Ministério da Educação e do Desporto, em articulação com órgãos federais, estaduais e municipais de educação, a inclusão de disciplinas de gerontologia e geriatria nos currículos dos cursos superiores, que corrobora com a questão da necessidade de mais estudos e pesquisas na área, assim como de formação de recursos humanos para lidar com a população idosa.

Por que será que na psicologia tem aumentado o interesse dos profissionais para a procura de formação em gerontologia?

Segundo Neri (2008), a palavra gerontologia deriva do grego *gero* = envelhecimento e *logia* = estudo, que é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas dimensões biológica, psicológica e social. Trata-se de um “campo multi-interdisciplinar que visa a descrição e a explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológico, psicológico e socioculturais” (Ibid., p.95).

Será que o profissional de psicologia sente uma lacuna e percebe que não está qualificado a tratar desses problemas que as pessoas acima de 60 anos se defrontam? Sua formação profissional, humanitária, recebida na faculdade, consegue sobrepor-se às crenças e aos valores recebidos dentro da família ou passados culturalmente? Ou sua formação carece de informações acerca dessa última fase, ou quarta idade, de que nos fala Erikson (1998) e Neri (2001).

Ainda, relativo à área da educação, a lei 8.842 de quatro de Janeiro de 1994 do Estatuto do Idoso (Brasil, 1994), no artigo III diz que se deve:

- Adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- Incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;

- Desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- Apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar às diferentes formas do saber.

Essa lei deixa bem clara a necessidade da inserção de disciplinas que tratem desse tema nas grades curriculares de seus cursos superiores, mas o que acontece nas universidades não corresponde a essa demanda. Poucos são os cursos de graduação que possuem essas disciplinas e quando existem são optativas, o que limita o acesso dos discentes a elas. Em nível de pós-graduação, há mais opções de cursos de Gerontologia, Psicogerontologia e Geriatria.

Com base nas informações do último censo demográfico (2010), atualmente no Brasil, a população de idosos (60 anos ou mais) é composta por cerca de 21 milhões de pessoas (IBGE, 2010). Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), um país pode ser considerado estruturalmente envelhecido quando sua taxa de idosos ultrapassa 7% da população geral. Estima-se que, em 2025, serão 32 milhões, o que corresponderá a 13,8%, distribuídos em todo território nacional.

Mediante essa projeção, realizada pelo IBGE, podemos verificar um crescimento significativo da população idosa, com projeções ainda mais expressivas, principalmente para a população acima dos 65 anos, o que, segundo o IBGE, corresponde ao envelhecimento da população.

Essa questão levanta a necessidade de considerar a velhice como uma questão social, para além da problemática biológica e patológica, pois está diretamente relacionada aos problemas de crise de identidade, mudança de papéis dentro e fora da família, aposentadoria, às diversas perdas e diminuição de contatos sociais (MENDES et al., 2005).

Podemos dizer ainda que implica até nas reinvenções que cada um de nós necessitará fazer de si mesmo, para viver os anos alargados de nossa existência.

Goldemberg (2011) considera que os “belos velhos” são pessoas acima de 60 anos que, durante suas vidas, foram diferentes e revolucionários em relação à transformação de comportamentos e valores, transformaram sua sexualidade, assumiram diferentes arranjos amorosos e novas formas de famílias que ampliaram as possibilidades de ser mãe, pai, avô e avó. Desde sempre se colocaram criativos e inovadores e enquanto idosos se reinventam diariamente.

Neri (2001) enfatiza que viver uma boa velhice significa viver um processo contínuo de adaptação e aprendizagem com os ganhos e perdas, em busca da integridade e do bem-estar.

Côrte (2005) considera que

a longevidade e o envelhecimento populacional devem ser objetos de novas propostas profissionais, de novos investimentos sociais e de uma nova postura da sociedade, pois traça o perfil de uma realidade complexa que precisa ser pesquisada, estudada e divulgada. (Ibid.,p. 243)

Neugarten (1990 apud NERI, 2001) fala de “sociedades em que a idade é irrelevante”, referindo-se a um sistema de gradação típica das sociedades pós-modernas, quando a velhice se flexibiliza, ficando desassociada da idade. Isso acontece em virtude das intervenções de técnicas de prolongamento da juventude, novos valores associados à sexualidade e à cidadania, à possibilidade de adiamento da aposentadoria, pela criação de novos critérios e mudanças na vida produtiva e lazer.

O conhecimento de tais informações mostra o quão urgente medidas devem ser tomadas em direção ao provimento das necessidades dessa crescente demanda demográfica.

Após a conclusão de meu mestrado em Gerontologia (Salviano, 2008), fiquei mais atenta para o que os outros profissionais das diferentes áreas entendem por e sobre o processo de envelhecimento e velhice.

Em 2008, em uma mesa redonda no Congresso Brasileiro de Terapia Familiar em Gramado (RS), na qual o tema era o processo de envelhecimento, constatei que alguns dos participantes, apesar da vasta experiência profissional e acadêmica, não dispunham de conhecimento teórico científico sobre o assunto, baseando suas opiniões quase que somente no senso comum e preconceituoso.

Aos poucos, essa constatação se transformou em motivação para desenvolver este estudo, somada ainda pelo número reduzido de pesquisas nacionais sobre a formação dos alunos de psicologia em relação à longevidade humana.

A fim de contribuir para a reformulação da grade curricular dos cursos de psicologia, referente a essa temática, defini como objetivo geral deste estudo

investigar a inclusão da temática envelhecimento/velhice nos cursos de psicologia do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Para isso, tornou-se necessário levantar as grades curriculares e suas respectivas ementas em um contexto dos planos pedagógicos dos cursos de psicologia, disponibilizadas na internet, e refletir sobre os conteúdos referentes ao processo de envelhecimento e velhice.

A lacuna que encontrei nos cursos de graduação em psicologia sobre o processo de envelhecimento e velhice me leva a fazer os seguintes questionamentos: Será que já não está na hora desses cursos incluírem disciplinas em suas grades curriculares, voltadas ao envelhecimento populacional, velhice e longevidade, tendo em vista o número cada vez maior de idosos, consequência do aumento da expectativa de vida da população? Será que conhecer os valores e concepções que são transmitidas sobre esse tema possibilitará o entendimento e a aprendizagem de novas atitudes e comportamentos em relação ao idoso e à forma de atuar com eles?

Considero importante a qualificação do aluno e futuro psicólogo, enfatizando a promoção e a prevenção da saúde emocional do idoso, além do tratamento dos problemas já instalados, tanto pela demanda atual e futura, como pela possibilidade do trabalho interdisciplinar. Da mesma forma, Falcão (2010) salienta a importância da ampliação do foco de estudo e trabalho do profissional de saúde, investigando a família do idoso e sua relação com ela.

A discussão sobre o papel da formação universitária como instrumento para refletir sobre a influência dos conhecimentos recebidos durante o curso de psicologia sobre o envelhecimento está contemplada nos capítulos deste trabalho.

No primeiro capítulo, contextualizamos o “Processo de envelhecimento”, a partir do desenvolvimento humano, como ele vem sendo estudado no país, o fenômeno da vida e a velhice no contexto familiar, as novas configurações familiares, o envelhecimento e fase última do ciclo vital familiar, os marcos legais do envelhecimento no Brasil e crenças e valores sobre velhice e envelhecimento existente atualmente.

O “Envelhecimento como objeto de estudo” consistiu em nosso segundo capítulo, no qual apresentamos os precursores do estudo do processo de envelhecimento no país e a construção da gerontologia como área de saber.

No terceiro capítulo “O papel da psicologia ante a longevidade”, analisamos a psicologia como área disciplinar do conhecimento e sua função ante o crescimento da população idosa. A seguir, no quarto capítulo, “Metodologia”, descrevemos o contexto metodológico e o cenário demográfico dos cursos de psicologia: RJ, SP e RS.

As “Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia” foram trabalhadas no quinto capítulo, no qual levantamos as diretrizes nacionais e descrevemos o panorama curricular dos cursos de Psicologia de SP, RJ e RS.

No último capítulo, o sexto, apresentamos “O lugar do envelhecimento nas ementas dos cursos de psicologia - Região Sudeste e Sul, especificamente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”.

Por fim, fizemos algumas considerações a respeito deste estudo, mostrando que apesar do envelhecimento populacional ser uma realidade brasileira, especialmente nas regiões por nós estudadas, os cursos de graduação em psicologia não estão preparando profissionais que entendam os limites e as peculiaridades decorrentes do processo de envelhecimento e que possam incluir e reconhecer também as modificações psicológicas, emocionais e sociais do idoso na velhice.

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar a inclusão da temática envelhecimento/velhice nas faculdades de psicologia da Região Sul e Sudeste.

Objetivos específicos

Levantar as grades curriculares e suas respectivas ementas em um contexto dos planos pedagógicos dos cursos de psicologia;

Refletir sobre os conteúdos referentes ao processo de envelhecimento e velhice;

Contribuir para a reformulação da grade curricular dos cursos de psicologia, referente a essa temática.

1. PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

1.1. Desenvolvimento Humano

Por desenvolvimento, compreende-se o conjunto de mudanças contínuas no ser humano ao longo de sua existência (PAPALIA et al, 2008). Esse conceito pressupõe uma sequência de alterações graduais, que levam a uma maior complexidade no interior de um sistema ou organismo.

Essa definição por si só explicaria o desinteresse do estudo da velhice, quando o organismo para de se desenvolver para a complexidade e começa justamente o caminho contrário rumo ao declínio biológico, incluindo limitações e disfuncionalidades. Porém, se nos prendermos a esse único lado, deixaremos de ampliar nossa visão paradigmática, que considera a instabilidade e a complexidade como fatores relevantes na análise de um fenômeno.

Definir ou conceituar velhice somente a partir de seu aspecto biológico restringe a compreensão desse fenômeno, especialmente para os psicólogos, pois o envelhecimento começa a partir de um processo de mutação biológica, determinada pelo desgaste físico que os anos produzem nos indivíduos, mas se prolonga e se amplia ao serem considerados aspectos sociais, relacionais e emocionais.

Para Neri (2001), o envelhecimento é um fenômeno biológico, psicológico e social que atinge o ser humano na plenitude de sua existência, modifica a sua relação com o tempo, o seu relacionamento com o mundo e com sua própria história.

No curso de vida, o homem passa a maior parte de sua existência como adulto, sendo necessário que conheçamos melhor o desenvolvimento psicológico na vida adulta e na velhice, além das outras fases da vida. Apesar disso, o interesse da psicologia sobre a idade adulta e a velhice é relativamente recente. Esses temas, segundo Neri, começaram a ser estudados sistematicamente apenas “no final dos anos 1950, quando a teorização e a pesquisa sobre a infância já tinham quase meio século de existência” (1995, p. 13). Para a autora, o interesse por estudos empíricos se deveu ao fato de não haver na psicologia do desenvolvimento uma resposta que abrangesse a realidade pessoal do envelhecimento, nem para velhice como fato social, fenômeno sem precedente na história da humanidade.

Na década de 1970, principalmente com a contribuição da perspectiva do “*life-span*” de Paul Baltes, a psicologia passou a incluir a velhice no processo de desenvolvimento humano como uma fase que envolve, além das perdas, novos ganhos e conquistas. Esse novo paradigma tenta compreender o desenvolvimento humano, considerando a heterogeneidade intra e interindividual do envelhecimento, observada

a partir da consideração das influências de natureza socioculturais (tais como gênero, coortes, papéis), socioeconômicas (tais como educação e renda), psicossociais (como os mecanismos de autorregulação do self) e biológicas (como o status de saúde e funcionalidade física) atuantes ao longo de toda vida. (BATISTONI, 2009, p. 13).

Esse conceito significa extensão de vida individual, definida como a idade de cada um por ocasião da morte. Para Neri (2001, p. 21), longevidade

refere-se ao potencial máximo de duração da vida para os membros mais fortes dessa espécie. Extensão média de vida dos indivíduos de uma espécie é conceito equivalente ao de expectativa de vida, normalmente definida como a duração média de vida esperada, a partir do nascimento.

Com essa definição, deixa-se de considerar a estimativa da duração média de vida esperada para analisar e considerar realmente a qualidade de vida de cada indivíduo, podendo, assim, investir para ampliar e criar condições, durante a vida, de se construir uma boa saúde física, suporte emocional e desenvolver atividades sociais e de lazer que farão a diferença.

Podemos questionar como sugere Neri (1995), se a velhice pode ser evitada; se seus efeitos, depois de instalados, podem ser anulados; e se todos os homens envelhecem do mesmo modo, na mesma época de suas existências e no mesmo ritmo.

A autora lança outras questões que instigam nossa reflexão:

Que eventos orgânicos, sociais e psicológicos determinam as mudanças em processos e mecanismos comportamentais típicos dessa fase do curso de vida? Como ela se articula com as fases que a precede? O que existe de específico à velhice e o que é compartilhado por outros momentos do curso de vida? O início da velhice representa continuidade ou ocorre uma ruptura em relação às fases procedentes? (NERI, 1995, p.13).

As concepções de que o idoso é decadente, necessitado e dependente foram, até a modernidade, sua identificação e geravam, no outro, a compaixão, a ajuda e a exclusão.

Neri (1995) assinala que somente quando os aspectos biopsicossociais passaram a ser integrados na visão do desenvolvimento humano, a maturidade e a velhice ganharam a mesma dimensão de relação entre perdas e ganhos, e não só de perdas, em diferentes aspectos, ao longo do tempo.

Erickson (1998, p. 27), baseado nos estudos de caso e história de vida, começou a supor que “a existência de um ser humano depende, em todos os momentos, de três processos de organização que devem complementar-se”. Comenta que independentemente da ordem que se entenda, há:

o processo biológico da organização hierárquica dos sistemas de órgãos que constituem um corpo (*soma*); há o processo psíquico que organiza a experiência individual através da síntese do ego (*psique*) e há o processo comunal da organização cultural da interdependência das pessoas (*ethos*). (Ibid.).

Para o autor, o princípio organísmico é a epigênese, termo emprestado da embriologia e que significa que cada parte do organismo existe antes mesmo de que se chegue ao tempo de sua ascendência total e “permanece sistemicamente relacionada a todas as outras de modo que todo o conjunto depende do desenvolvimento adequado na sequência adequada” (Ibid., p. 30).

Baseado nesse modelo epigenético, Erikson (1998) propõe estudar o desenvolvimento do indivíduo numa perspectiva de Ciclo de Vida, adotando o critério de estágios como princípio organizador. Estabelece nove fases, em que relaciona os estágios e modos psicossociais, as crises psicossociais, as relações significativas que se estabelecem, as forças básicas, a patologia central e antipatias básicas, os princípios relacionados de ordem social, as ritualizações de união e o ritualismo.

Cada uma dessas fases – da infância ao envelhecimento – demanda um processo de reintegração das fases precedentes e resulta na conquista de uma força advinda da crise psicossocial de tensões, características do estágio. Em cada estágio, o indivíduo busca estabelecer um balanço dinâmico entre os componentes

sintônicos, representados pela busca do equilíbrio interno, e distônicos, que devem equilibrar as crises que o afetam.

O sintônico apoia o crescimento e a expansão, fornece objetivos, celebra o autorrespeito e o comprometimento mais admiráveis. As qualidades sintônicas nos sustentam quando somos desafiados pelos elementos mais distônicos que a vida apresenta a todos nós. (ERIKSON, 1998, p. 90)

A conquista de cada fase depende do equilíbrio conseguido entre a capacidade interna e o contexto das relações sociais.

Em cada um dos nove estágios do Ciclo Vital, proposto por Erikson (1998), emerge a força resultante do par antagônico, em questão, e, ao final de cada estágio, resulta um conjunto de forças básicas que vão dar ao indivíduo a condição de sua apropriação da etapa passada e as possibilidades básicas para a próxima etapa por vir.

Tal afirmação nos faz indagar se o bom uso das experiências vividas ao longo dos anos, conquistadas a partir da resolução de cada crise psicossocial, não dará condições para viver uma velhice plena e ativa. Para Neri e Yassuda (2004), uma velhice plena e ativa são requisitos que se revelam em idosos que mantêm autonomia, independência e envolvimento ativo com a vida pessoal, com a família, com os amigos, com o lazer, com a vida social.

Consideramos importante disponibilizar graficamente parte dos estágios do desenvolvimento humano, apresentado por Erikson (1998, pp. 32-33), para, a partir da visualização, entendermos melhor a somatória de forças básicas que a pessoa idosa terá em sua velhice.

Quadro 1 – Estágios do desenvolvimento humano

Estágios	Estágios e modos Psicossexuais	Crises Psicossociais	Forças Básicas
I. Período	Oral-respiratório Sensório-cinestésico	Desconfiança básica VS Confiança básica	Esperança
II. Infância Inicial	Anal-uretral Muscular	Autonomia VS Vergonha, dúvida	Vontade
III. Idade do Brincar	Infantil-genital Locomotor	Iniciativa VS Culpa	Propósito
IV. Idade Escolar	“Latência”	Diligência VS Inferioridade	Competência
V. Adolescência	Puberdade	Identidade VS Confusão de Identidade	Fidelidade
VI. Idade Adulta Jovem	Genitalidade	Intimidade VS Isolamento	Amor
VII. Idade Adulta	(Procriatividade)	Generatividade VS Estagnação	Cuidado
VIII. Velhice	(Generalização de Modos Sensuais)	Integridade VS Desespero	Sabedoria
IX. Quarta Idade	Paciência e Habilidade em lidar com o cotidiano	Desespero Vs Transcendência	Visão Subjetiva e Transcendente

Fonte: Ednéia Salviano, dados extraídos do Gráfico 1 do livro O Ciclo de Vida Completo (Erikson, 1998, pp.32-33).

O Quadro 1 mostra, na primeira coluna, as idades que Erikson divide em estágios do desenvolvimento humano; na segunda coluna, apresenta o elemento sintônico, característico dessa fase; na terceira coluna relaciona as crises psicossociais, o elemento distônico que são característicos da fase e na última coluna, relaciona as forças básicas resultantes do balanço entre a capacidade interna e o contexto das relações sociais.

Na edição revisada de seu livro, Erikson (1998) acrescenta o nono estágio e coloca, como uma condição da própria velhice, que o distônico esteja numa posição dominante, sublinhando sua proeminência e potência. De qualquer forma, ressalta que é “importante lembrar que o conflito e a tensão são fontes de crescimento, força e comprometimento” (ibid., p.90).

Por isso, acrescentamos ao Quadro 1, apresentado por Erikson, a última linha contendo na primeira coluna o nono estágio que nomeamos de quarta idade (ERIKSON,1998; NERI, 2001, e BALTES, 2006); na segunda coluna como elemento sintônico, apresentamos a paciência e a habilidade em lidar com o cotidiano; na terceira coluna, como elemento distônico consideramos como característico o desespero versus a transcendência; e na quarta coluna, como força resultante dessa fase a visão subjetiva e transcendente.

No nono estágio, cada força básica adquirida nos estágios anteriores está presente e deve ser resgatada, pois as tensões que o indivíduo envelhecido enfrenta na lida dos elementos distônicos e sintônicos se apresentam de maneira que possa usar suas competências e sua sabedoria. Dessa maneira, nesse estágio há o ressurgimento das crises anteriores e a força resultante será a *gerotranscendência*.

Erikson (1998, p. 95) afirma que está “convencida de que, se os anciãos chegarem a um acordo com os elementos distônicos em suas experiências de vida no nono estágio, eles conseguirão avançar com sucesso no caminho que leva à gerotranscendência”, termo que, segundo Caridade (2013), é

a capacidade de mudarmos de atitude, de meta, de perspectivas, de olhar sobre a vida, sobre nós e sobre os outros. Pode forjar em nós um ego forte, capaz de dar sustentação ao envelhecer e vem seguida por um nível maior de satisfação com a vida.

Durante o oitavo estágio, o indivíduo está em constante luta contra a falta de propósito, numa atitude de geratividade, cuidando das gerações futuras, por suas competências naturais para ensinar, orientar, transmitir conhecimento.

Já no nono estágio, há um potencial geral de gerotranscendência, como se acontecesse num nível subjetivo, uma mudança de meta perspectiva, passando de uma visão materialista e racional para uma visão mais cósmica e transcendente, normalmente seguida por um aumento na satisfação de viver e de desfrutar cada momento desse viver com intensidade e prazer.

Segundo o dicionário Aurélio (1999), “transcender significa 1. Ser superior a, exceder; 2. Passar além de, ultrapassar; 3. Elevar-se acima de; 4. Ser superior aos outros ou a outra coisa, exceder, avantajarse; 5. Distinguir-se, evidenciar-se; 6. Passar além. Ultrapassar”. Em todos os significados descritos, nota-se a constante de estar superior ou ultrapassar, e na palavra gerotranscendência vemos como é forte essa conotação, ressaltando a ampliação para uma visão cósmica, subjetiva e transcendente.

Alguns relatos de indivíduos gerotranscendentes são citados por Erikson (1998, p. 104), tais como: “existe um novo sentimento de comunhão cósmica com o espírito do Universo”. O tempo se circunscreve ao aqui/agora; as dimensões do espaço se restringem às capacidades físicas; a morte se torna sintônica, a trajetória de todas as coisas vivas; o senso de *self* pessoal se amplia e inclui uma variedade mais ampla de outros inter-relacionados”.

Para Erikson (1998), o termo gerotranscendência usado pelos gerontólogos parece pouco claro e específico, talvez pela pouca idade de quem o define. Ela (1902–1997), que viveu 95 anos, declarou-se feliz em poder avivar o termo com movimento e alegria: “transcendência!”.

A transcendência pode ser uma recuperação de habilidades perdidas, incluindo o brincar, a atividade e a alegria, a música e, acima de tudo, um pulo importante acima e além do medo da morte. Ela nos dá uma abertura para o desconhecido dom, um pulo confiante. Estranhamente, tudo isso exige de nós uma humildade honesta e constante. (ERIKSON, 1998, p.106).

Essas palavras têm um sentido especial, pois vêm de uma pessoa que vivenciou a teoria que descreve o processo. Por isso, consideramos que devemos suavizar nosso olhar e nossos ouvidos para realmente compreender o que acontece nesse estágio da vida que pela primeira vez a civilização está vivendo, como já nos alertava Frank Schirmacher, em entrevista à Revista Veja, em 2004:

Em 99,9% da história da humanidade as pessoas nunca viveram mais que trinta ou 35 anos. A experiência de ficar velho, de viver sessenta anos ou mais, é muito nova. Nossa sociedade foi construída com base na expectativa de vida do século XIX. Nossas instituições, o casamento, o Estado, as empresas e o sistema de previdência, como conheceram hoje, vêm de uma época em que

apenas 3% das pessoas ultrapassavam a barreira dos 65 anos. É como uma roupa que ficou muito curta. (SCHELP, 2004, p. 11).

Entendemos que nesse processo de envelhecimento populacional cada vez mais acelerado, em que há uma redução do grupo etário jovem, demandas e carências vêm se apresentando em todos os campos e cotidianamente. De acordo com Almeida (1999), a redução da natalidade, o desenvolvimento da medicina, que diminui a mortalidade e o aumento da expectativa de vida são fatores que contribuíram para que a velhice se tornasse um objeto importante de representação social, de políticas públicas e de pesquisas científicas.

Diante disso, o grande avanço tecnológico e científico, alcançado pela humanidade, no último século, faz o homem ver crescer suas chances de sobrevivência. Desde 1950, segundo dados das Nações Unidas (2009), a proporção de idosos vem aumentando: de 8% em 1950, passou para 11% em 2009, e com expectativa de alcançar 22% em 2050.

Os aspectos biopsicossociais têm grande influência nesse longo viver e envelhecer individual, contribuindo para que se tenha maior ou menor expectativa de vida, conforme as alterações ocorridas tanto no fator físico, como no psíquico e social da pessoa idosa. A capacidade funcional do idoso vai depender das alterações e cuidados desses aspectos no decorrer da vida, podendo aumentar cada vez mais anos à sua existência.

Algumas questões se apresentam diante dessa nova realidade, pois com uma sobrevivência cada vez maior, de que forma e meios as pessoas podem se conservar saudáveis e independentes e desempenhando uma vida ativa na sociedade, mesmo com a chegada dos anos?

Acrescentar vida aos anos, não apenas anos à vida é o lema da Sociedade Gerontológica dos Estados Unidos, que implica numa visão ampliada que promova reflexão sobre o sentido da morte/morrer, sobre a qualidade de vida além das técnicas para aumentar a longevidade, e além de discutir as implicações médicas, sociais econômicas e culturais do crescente número de idosos.

A velhice é a última etapa do processo de desenvolvimento humano, é uma “etapa” que caracteriza a condição da pessoa idosa. São diversos os termos utilizados na sociedade para designar aqueles que vivenciam a velhice, como por exemplo: “idoso”, “maior idade”, “melhor idade”, “terceira idade” (NERI e FREIRE,

2000). O termo mais utilizado (ou mais aceito por quem tem mais de 60 anos) é “terceira idade”, cunhado, nos anos 1960, para designar a faixa etária entre a idade adulta e a velhice. Para as autoras, contudo, a substituição dos termos: velho ou velhice por essas novas palavras, ao invés de retirar o aspecto pejorativo que se desejava, ainda denotam preconceito.

E surge ainda outro termo, “a quarta idade”, constituída por idosos com mais de 80 anos, considerado um período final e de dependência em relação às outras fases. A quarta idade acarreta um nível de vulnerabilidade e imprevisibilidade que a diferencia da terceira idade. Os velhos, na quarta idade, estão no limite de sua capacidade funcional.

Essa fase é um território novo e desafiador na pesquisa interdisciplinar. Joan Erikson (1998) comenta que ela e Erik Erikson começaram a reconhecer o status de anciãos aos 80, mas que só enfrentaram seus desafios e suas dificuldades “insolúveis aos noventa, nós acordamos num território estrangeiro” (viii), descreve Joan Erikson, colocando a percepção da morte como uma porta muito próxima.

De acordo com Baltes e Smith (2002), diferentemente da terceira idade – velhice inicial – marcada por aspectos mais positivos, a quarta idade “acarreta um nível de incompletude biocultural, vulnerabilidade e imprevisibilidade que a diferencia da Terceira Idade (velhice inicial)”. As pessoas que vivenciam a quarta idade, segundo esses autores, “estão no limite de sua capacidade funcional”. Eles assinalam os desafios que as sociedades já enfrentam com a fragilidade e a “mortalidade psicológica”, entendida por eles pela “perda de identidade, de autonomia psicológica e de senso de controle”.

Segundo eles,

a investigação sobre a Quarta Idade é um território novo e desafiador na pesquisa interdisciplinar. Futuros estudos e discussões deverão focalizar uma questão crítica: será que continuar investindo na extensão do ciclo de vida até a Quarta Idade na verdade não reduzirá a chance de viver e morrer com dignidade para um número cada vez maior de idosos? (Ibid., pp. 7-31)

Essa temática é pouco trabalhada no país, talvez porque a maioria dos velhos brasileiros estão ainda na velhice inicial, que tenta ainda reconhecê-la como uma categoria social, a fim de se desconstruir alguns dos preconceitos atribuídos à

pessoa idosa no atual contexto sociocultural, pois esses termos nada mais são do que construções sociais que situam o indivíduo na sociedade.

Para Neri (1995), o processo de envelhecimento representa a dinâmica de passagem do tempo e a velhice inclui como a sociedade define as pessoas idosas. A autora ainda apresenta algumas definições das disciplinas correlatas sobre o envelhecimento:

- biologia do envelhecimento: estuda o impacto da passagem do tempo nos processos fisiológicos, inerente a todos os seres vivos, ao longo do curso de vida e na velhice;
- sociologia do envelhecimento: baseia-se em períodos específicos do ciclo de vida e concentra-se nas circunstâncias socioculturais que afetam o envelhecimento e as pessoas. Vem contribuindo com importantes discussões, em diferentes áreas do conhecimento, para a interpretação da realidade social da velhice;
- psicologia do envelhecimento, por sua vez, concentra-se nos aspectos cognitivo, afetivo e emocional, relacionados à idade e ao envelhecimento, dando ênfase ao processo de desenvolvimento humano. A análise é feita pelo conjunto de indivíduos que envelhecem e a maneira como eles encaram seu processo.

As novas concepções originadas nas disciplinas biológicas, psicológicas e sociais, que, hoje, compõem o campo da gerontologia, significaram mudanças na visão do processo de envelhecimento, no sentido de estabelecer novas interpretações e novos métodos para seu estudo.

1.1.1. O estudo do desenvolvimento no Brasil

Psicólogos do desenvolvimento enfrentam novos desafios no século XXI. As novas concepções de atuação profissional que enfatizam a prevenção e a promoção de saúde fazem com que profissionais de várias áreas busquem na psicologia do desenvolvimento subsídios teóricos e metodológicos para sua prática profissional.

O que está em questão é o desenvolvimento harmônico do indivíduo, que integra não apenas um aspecto, mas todas as dimensões do desenvolvimento humano, sejam elas: biológicas, cognitivas, afetivas ou sociais (MOTA, 2005).

Biaggio (1978) argumenta que a especificidade da psicologia do desenvolvimento humano está em estudar as variáveis externas e internas aos indivíduos que levam às mudanças no comportamento em períodos de transição rápida (infância, adolescência e envelhecimento). Teorias contemporâneas do desenvolvimento aceitam que as mudanças são mais marcadas em períodos. Portanto, é preciso ampliar o escopo do entendimento do que é o estudo do desenvolvimento humano.

O interesse pelos anos iniciais de vida dos indivíduos tem origem na história do estudo científico do desenvolvimento humano, que se preocupava com os cuidados e com a educação das crianças e com o próprio conceito de infância como um período particular do desenvolvimento (CAIRNS, 1983; COLE e COLE, 2004; MAHONEY, 1998, 2005).

Observamos que esse enfoque – desenvolvimento apenas considerado para crianças e adolescentes – vem mudando nas últimas décadas e, hoje, observa-se um consenso de que a psicologia do desenvolvimento considere como objeto de estudo todo ciclo vital. Além disso, ao ampliar o escopo de seus estudos para além da infância e adolescência, ela cria interface com outras áreas como: a psicologia social, educacional, cognitiva, a sociologia, antropologia, gerontologia, entre outras.

Pesquisadores do desenvolvimento humano concordam que um dos objetivos de estudo do psicólogo do desenvolvimento é o estudo das mudanças que ocorrem na vida dos indivíduos. Papalia e Olds (2000, p. 25) definem desenvolvimento como “o estudo científico de como as pessoas mudam ou como elas ficam iguais, desde a concepção até a morte”. No entanto, as mudanças referentes à velhice são pouco estudadas ou exploradas, tanto academicamente quanto clinicamente.

Oliveira (2004) faz algumas reflexões sobre a formulação da psicologia do adulto, a partir da definição do desenvolvimento psicológico que se transforma ao longo de toda vida e postula a idade adulta como uma etapa culturalmente organizada de passagem pela existência humana. Definindo desenvolvimento como transformação, pensa-se que estas ocorrem ao longo de toda a vida do indivíduo e estão relacionadas a um conjunto de complexos fatores.

A partir da psicologia da educação, Oliveira (2004) argumenta que o conceito de desenvolvimento a partir da organização de etapas da vida humana não é tão promissor como a de ciclos de vida. Na abordagem histórico-cultural encontramos

que desenvolvimento humano deve ser entendido como resultado da interação entre quatro planos genéticos – a filogênese, a antogênese, a sociogênese e a microgênese.

Palacios (1995) sintetiza três fatores que relacionam os processos de transformação ou de desenvolvimento: 1) a etapa da vida em que a pessoa se encontra – corresponde ao plano ontogenético e é decorrente de determinações biológicas, o que introduz certa homogeneidade entre todos os sujeitos que se encontrem em uma determinada etapa de sua vida individual; 2) as circunstâncias culturais, históricas e sociais nas quais sua existência transcorre – que corresponde ao plano sociogenético e introduz certa homogeneidade entre aqueles que vivem em uma mesma cultura, num mesmo momento histórico e em determinado grupo social; e 3) o plano microgenético em que introduz elementos idiossincráticos, que fazem com que o desenvolvimento psicológico seja um “fenômeno único” (aspas minhas), sendo diferente em indivíduos diferentes.

As teorias psicológicas definem desenvolvimento principalmente com ênfase no primeiro fator, focalizando o indivíduo isolado e considerando que todos os seres humanos têm as mesmas transformações. Dessa forma, os modelos que a psicologia do desenvolvimento usava eram baseados nos processos de maturação biológica, universais para todos os membros da espécie humana.

Foi fundamental, para a psicologia do desenvolvimento, a consideração das circunstâncias histórico-culturais, que nos fala Palacios (1995), e as peculiaridades da história e das experiências de cada indivíduo.

Para Oliveira (2004, p. 215) “a questão não é eliminar o problema da etapização do desenvolvimento, mas historicizar sua compreensão”, o que concordamos e ampliamos para o estudo e entendimento da velhice e do envelhecimento como um processo contextualizado historicamente (cultural) e pessoalmente pelas experiências ao longo da vida.

1.2. O fenômeno da vida e a velhice no contexto familiar

Até o século XIX, a ciência e a tecnologia se fundamentaram em um pensamento linear de causa e efeito, que, representado pelo pensamento cartesiano e pelas leis de Newton, desempenhavam um papel central no pensamento científico.

O surgimento da física moderna mostrou que esse pensamento, pautado na concepção estritamente causal dos fenômenos físicos e sua descrição objetiva, tornou-se insuficiente para explicá-los.

No início do século XX, surge uma nova visão de ciência que reconhece as inter-relações entre as partes coatuantes de um todo, organizado como fundamental para a compreensão da totalidade e que se consolida na segunda metade do século XX, configurando um novo paradigma científico, o paradigma sistêmico cibernético.

Foi o biólogo Ludwig Von Bertalanffy que, por volta de 1920, propõe a teoria geral dos sistemas, que considera todos os fenômenos interligados, sendo possível a visão de totalidades em constantes trocas com o meio. Para ele, o enfoque mecanicista sobre a biologia era insuficiente para explicar o “essencial” no fenômeno da vida.

Nessa teoria, demonstra-se o isomorfismo entre sistemas de todo tipo, enunciando princípios de sistema gerais, aplicáveis aos fenômenos estudados em diferentes disciplinas. Essa teoria de princípios universais teria “aspectos de uma metaciência ou de uma filosofia natural”, algo que influi em nossa visão de mundo (BERTALANFFY, 1993).

A teoria sistêmica trabalha com a noção de sistemas abertos e fechados: “sistema aberto”, na relação do sistema com o meio e as trocas oriundas dessa interação e “sistema fechado”, que se refere ao nível operacional, ou seja, ao trânsito de informações dentro do sistema. Relaciona-se às características de auto-organização e de recursividade dos sistemas complexos (VASCONCELLOS, 1995).

Outra noção que muda de significado no contexto do novo paradigma é o de circularidade. Inicialmente, essa noção referia-se à situação de que cada componente do sistema afeta o outro e é por ele afetado. Aqui, significa que “cada comportamento e cada evento no sistema está vinculado, em forma circular a muitos outros e que nenhum comportamento ou evento isolado ocasiona outro” (ibid., p. 23).

Considerando-se que, quando há circularidade de ação, há retroalimentação (*feedback*), a noção de circularidade fica associada à de retroalimentação, que traz consigo a causalidade circular, determinando autorregulação, homeostase e correção de trajetória do sistema (VASCONCELLOS, 1995, p. 24).

Bateson (1976) usou a expressão “epistemologia cibernética”, que enfatiza a noção de ampliação de foco; quando se considera um comportamento para análise: deve-se estudar o organismo e o meio, numa visão ecossistêmica.

No momento em que se amplia o foco da observação, o observador vai perceber também o contexto em que o fenômeno acontece, “verá relações intrassistêmicas e intersistêmicas, verá não mais um fenômeno, mas uma teia de fenômenos recursivamente interligados e, portanto, terá diante de si a *complexidade do sistema*” (VASCONCELLOS, 2002, p. 151).

Outro ponto que passa a ser considerado na nova visão paradigmática é a instabilidade, como parte integrante do sistema observado e de seus participantes.

Ao distinguir o dinamismo das relações presentes no sistema, o observador estará vendo um processo em curso, um sistema em constante mudança e evolução, auto-organizador, com o qual não poderá pretender ter uma interação instrutiva, e estará, portanto, assumindo a *instabilidade*, a imprevisibilidade e a incontrolabilidade do sistema (ibid.).

A concepção de Sistema Observante se refere ao reconhecimento de que o observador faz parte do sistema observado, abandonando-se a ideia do observador neutro e distante.

Ao reconhecer sua própria participação na constituição da “realidade” com que está trabalhando, e ao validar as possíveis realidades instaladas por distinções diferentes, o observador se inclui verdadeiramente no sistema que distinguiu com o qual passa a se perceber em acoplamento estrutural e estará atuando nesse espaço de *intersubjetividade*, que constitui com o sistema com que trabalha (ibid.).

Dessa forma, colocamos-nos dentro dessa visão novo-paradigmática ao estudarmos o processo de envelhecimento e a velhice e sua relação dentro da família.

1.2.1. As novas configurações familiares

A família contemporânea vem sofrendo modificações que a distanciam do que era convencionalmente tradicionalmente: baseada no parentesco, vivendo na mesma casa, com pessoas do mesmo sangue e pressupunha lealdades pessoais e territoriais.

Dentre essas transformações, podemos citar as seguintes, de acordo com Falcão, Dias, Bucher-Maluschke e Salomão (2006).

- ✓ Menor número de filhos;
- ✓ Saída da mulher para o mercado de trabalho e conquista da independência financeira;
- ✓ Relações mais simétricas entre os casais;
- ✓ Possibilidade de parcerias entre homossexuais;
- ✓ Maior transparência nas relações;
- ✓ Tempo maior entre o início do relacionamento e a decisão de ter o primeiro filho;
- ✓ Figura do homem mais presente afetivamente na família e também nos trabalhos domésticos;
- ✓ Regras e funções menos rígidas e maior proximidade entre pais e filhos;
- ✓ Menos hierarquia e distância relacional entre pais e filhos;
- ✓ Mais valorização do presente e do futuro, em detrimento da história familiar;
- ✓ Maior longevidade, com oportunidade para os indivíduos vivenciarem por mais tempo o papel de avós e bisavós. E a coresidência, de que as pessoas dessas gerações podem se beneficiar, com apoio, proteção e aprendizagem mútua.

Para Macedo² “a família de cada um não está nos livros e deve ser vista nas suas singularidades. O conceito genérico de família implica em idealizações e reduções”. Cada família se autodefine, priorizando aspectos diferentes, como religião, crenças em comum entre outras e que vivem em função dessa definição e para mantê-las.

Apesar dessa transformação, o propósito fundamental da família, ainda continua sendo, segundo Macedo (1994, p. 64) “prover um contexto que supra as necessidades primárias de seus membros, referentes à sobrevivência – segurança, alimentação e um lar -, ao desenvolvimento - afetivo, cognitivo e social - e ao sentimento de ser aceito, cuidado e amado”.

² Informações adquiridas durante as aulas do curso do doutorado no Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

A dinâmica do sistema familiar cumpre importante papel no sentido da absorção das tensões provocadas pelos conflitos e mudanças presentes no processo de envelhecer, que requer adaptações tanto do idoso quanto de sua família que igualmente envelhece.

Em todas as fases da vida do idoso, a família exerceu uma importância fundamental no fortalecimento das relações, embora muitas vezes a família tenha dificuldades em aceitar e entender o envelhecimento de um membro, tornando esse relacionamento mais difícil. As crenças e valores passados na família a respeito de saúde/doença, de envelhecimento e velhice, irão contribuir na vivência desse idoso e suas relações familiares, assumindo, dentro de suas peculiaridades, tanto aspectos de satisfação como de pesadelo.

A família, como um sistema enfrenta desafios importantes diante das demandas advindas com a velhice (normal ou patológica), especialmente quando há alterações ocasionadas por doenças associadas ao envelhecimento como, por exemplo, a demência. (FALCÃO, 2006, pp. 22-26).

Dessa forma, reconhece-se que, para cada família o envelhecimento assume diferentes valores que, dentro de suas peculiaridades, pode apresentar tanto aspectos de satisfação como de pesadelo. Entender a questão do envelhecimento – velhice no contexto familiar é importante para que possamos refletir sobre o que estamos pesquisando e o que resulta dessa interação da família.

A Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como o núcleo natural e fundamental da sociedade e reconhece a importância da família na vida social da pessoa idosa, é endossado no Estatuto do Idoso (criado em 2003), que declara, em seu artigo 3º:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003 pp17).

A velhice, entendida como categoria social e culturalmente construída, é influenciada pelo olhar que engloba o ambiente familiar e social. Cachioni (2003, p. 131) confirma esse pensamento, lembrando que por tal característica “a velhice é

uma concepção que se inscreve ativamente na dinâmica das crenças, dos valores e da cultura em que o indivíduo está inserido”.

Podemos dizer que viver a velhice é o resultado das características pessoais, vivenciais, das alegrias e frustrações que a pessoa construiu durante sua vida? Se a resposta for afirmativa, podemos entender velhice como o resultado dos anos vividos, sendo sua qualidade relacionada à visão de mundo do indivíduo e da sociedade em que ele está inserido?

Féres-Carneiro et al (2007, p. 24) compreendem a família como um processo de passagem entre gerações e que é importante estudar a influência da história das relações sobre a vida dos indivíduos. Aponta três fatores para que esse estudo seja feito:

O aumento da população idosa, o que resulta em uma convivência maior entre diferentes gerações; o aumento da importância dos avós e outros parentes, que ocupam funções parentais; e a forte presença da solidariedade entre as gerações, na ausência de estabilidade socioeconômica. (Ibid.)

Senna e Antunes (2003) apontam que a composição das famílias brasileiras, especialmente nas últimas três décadas, vem passando por várias alterações, do ponto de vista demográfico, mantendo, porém, certa similaridade quanto aos aspectos: redução da natalidade e o aumento da expectativa de vida das pessoas. As autoras colocam que as famílias vêm se tornando menores e com um número maior de idosos em sua composição, alguns com prevalência de doenças crônicas e de problemas decorrentes dos efeitos do processo de envelhecimento.

1.3. Envelhecimento e fase última do ciclo vital familiar

O estudo da família com enfoque no Ciclo Vital da Família é representado, nos Estados Unidos, por pesquisadores como Carter e MacGoldrick (1995), Minuchim (1982) e, no Brasil, por Cerveny e Berthoud (1997; 2002).

Podemos compreender o Ciclo Vital Familiar como fases que a família vivencia enquanto sistema, movendo-se através do tempo em que cada estágio se apresenta com características próprias, nas quais as tarefas ou funções são

desempenhadas por seus membros ou pela família como um todo (Carter e McGoedrick, 1995).

O ciclo de vida individual e ciclo vital da família caminham em paralelo, sendo impossível compreender o ciclo individual separado do contexto onde o indivíduo está inserido, ou seja, a família que dentro da perspectiva sistêmica constitui o primeiro e principal sistema que o ser humano participa.

De acordo com Cerveny (1997; 2002), o Ciclo Vital da família brasileira se subdivide em quatro fases: fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e fase última.

Neste estudo, deteremo-nos à fase última do Ciclo Vital, caracterizada de acordo com alguns critérios: idade dos pais; dos filhos; tempo de união do casal entre outros, pelos quais a família passa, desde o início de sua constituição em uma geração até a morte do ou dos indivíduos que a iniciaram (Cerveny e Berthoud, 2002). As fases não são fixas nem estanques, considerando-se a complexidade e instabilidade de cada família em particular, sendo impossível determinar quantos anos leva cada uma delas, especialmente a fase última, em que se encontra a pessoa idosa.

Transformações, tais como aposentadoria, insegurança e dependência financeira para quem sempre fora autônomo, a perda de funções e de papéis dentro do sistema familiar, a possível viuvez e a própria ociosidade, geram a necessidade de adaptações do ponto de vista emocional, que podem aumentar ainda mais as tensões decorrentes dos efeitos do processo de envelhecimento na família.

Nessa fase última, as autoras encontraram três fenômenos que foram categorizados em: fazendo retrospectiva, vivendo o presente e fechando o ciclo. Ao fazer a retrospectiva o idoso irá revisitar sua relação marital, continuando juntos ou atravessando crises; acompanhando os filhos e podendo buscar realização profissional, aperfeiçoando-se ou estudando.

O segundo fenômeno, vivendo o presente, consolida-se no exercício da parentalidade e na função de casal. Novos papéis se apresentam: ser avó ou avô, sogra ou sogro; e há a convivência com novos valores como conviver com filhos recasados ou separados. No relacionamento com o cônjuge há a necessidade também de gerar novas formas de se relacionar, buscando harmonia, dando ênfase no diálogo, no cuidado e na nova sexualidade.

O terceiro fenômeno, fechando o ciclo, leva o idoso a se voltar para si mesmo, revendo seu conceito de saúde e se voltando para sua própria história. Há momentos de perda e ressignificação que lhe permite rever sua identidade e sua autonomia. Há uma inversão da parentalidade e ele começa a ser cuidado e necessita aceitar esse fato, sentindo-se estranho e ficando só. Também se prepara para o futuro, fazendo planos, mas, ao mesmo tempo, pensando na morte e muitas vezes acreditando em Deus.

1.4. O envelhecimento no Brasil

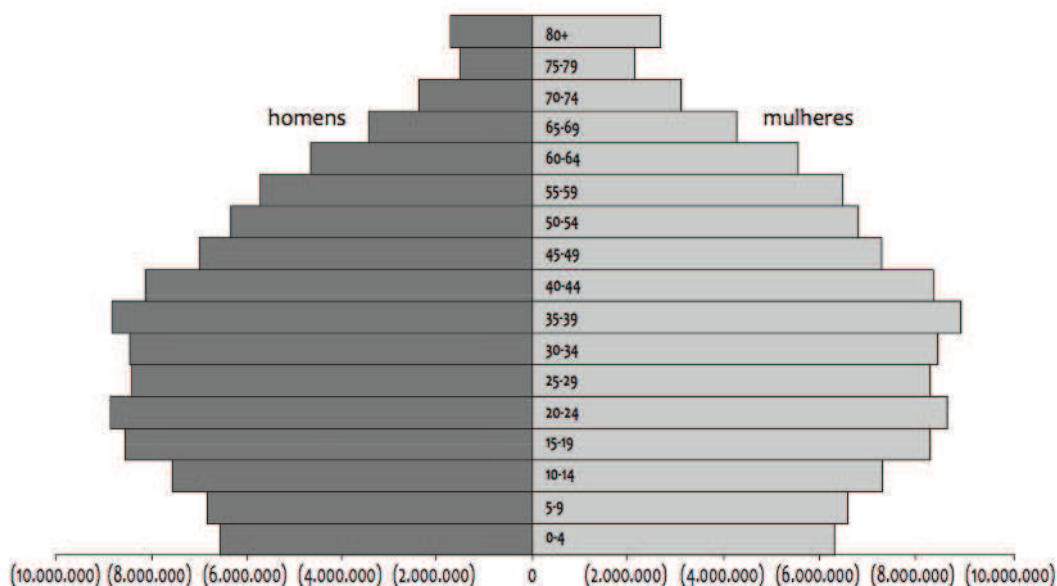
O Brasil está na iminência de se tornar um país envelhecido. O número de idosos na estrutura populacional tem aumentado de forma significativa, devido, por um lado, à diminuição dos nascimentos de filhos dos casais e, por outro, ao aumento da expectativa de vida da população, o que aumenta o número de longevos, fato revelado ano após ano nas pesquisas do IBGE (2010).

De acordo com o IBGE (2008), em 1940, a vida média do brasileiro mal atingia os 50 anos de idade (45,50 anos). Entretanto, os avanços da medicina e as melhorias nas condições gerais de vida da população repercutiram no sentido de elevar a expectativa de vida ao nascer, tanto que, em 2008, esse indicador subiu para 72,78 anos.

Ainda, segundo o IBGE (2008), em decorrência da redução de mortalidade, ou seja, do aumento da expectativa de vida do brasileiro em detrimento da redução do nível de fecundidade, o formato tipicamente triangular da pirâmide populacional vem cedendo lugar para pirâmide cuja característica principal é o envelhecimento populacional.

O Censo, de 2010, expressa claramente que o processo de envelhecimento populacional, identificado pelo estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária, influencia diretamente o índice de envelhecimento populacional que é obtido pelo quociente da população de 65 anos ou mais pela população de menores de 15 anos de idade. Tal questão, já destacada nas páginas introdutórias deste trabalho, pode ser constatada na projeção para 2022.

Gráfico 1 — Pirâmide etária. Brasil, 2022



Fonte: IBGE, Projeções Populacionais 1980-2050.

Para 2050, a projeção prevê que quase 30% da população brasileira terá mais de 60 anos de idade. Para esse mesmo ano, a previsão é de que teremos 2 bilhões de idosos no mundo, sendo 80% deles nos países em desenvolvimento. Por isso, que se diz que há inversão da pirâmide.

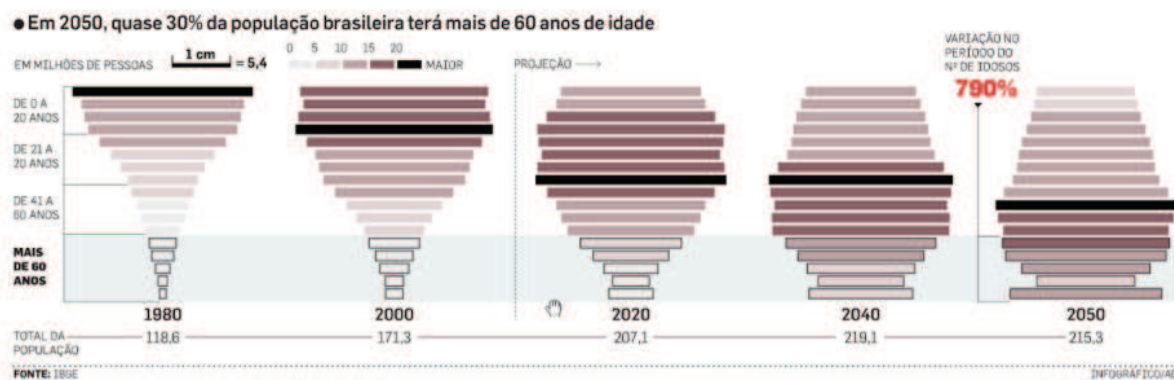
Um dos principais determinantes do envelhecimento populacional é a redução da taxa de fecundidade, especialmente no final dos anos 1960, o que significa que as pessoas em idade produtiva estão tendo menos filhos, reduzindo, assim, a proporção de crianças e jovens no país, e a um aumento da população acima de 60 anos.

O último Pnad (2011) indica uma grande consequência dessa redução: 42,3% das pessoas que moram sozinhas têm 60 anos ou mais. O número de famílias, em 2011, era de 64,3 milhões, com uma média de três pessoas por família. A queda da fecundidade e o envelhecimento da população contribuíram para elevar de 9,2%, em 2001, para 12,4%, em 2011, o percentual de pessoas que viviam sozinhas (arranjos unipessoais). Mais da metade (51,2%) dessas pessoas eram mulheres e 42,3% eram pessoas de 60 anos ou mais.

Na década 2000, houve redução de 53,3% para 46,3% no percentual de casais com filhos, e aumento dos casais sem filhos (13,8% para 18,5%). A Pnad

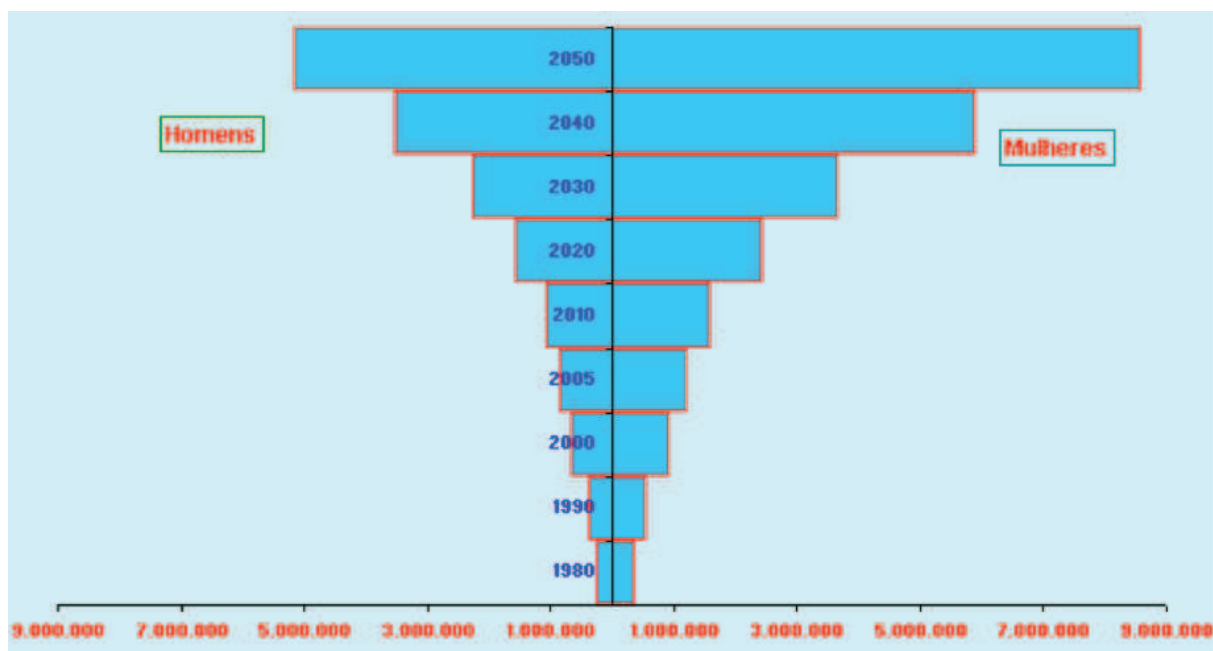
2011 mostrou, também, uma ligeira redução (17,8% para 16,4%) nas famílias formadas por mulher sem cônjuge com filhos (monoparentais femininas).

Gráfico 2 – Projeção da população, de 1980 a 2050



No Gráfico 2, observa-se claramente uma alteração demográfica: um estreitamento da base e uma ampliação do topo da pirâmide.

E pensando na população dos mais velhos, isto é, da quarta idade, a projeção, realizada pelo IBGE, é a que mostra o Gráfico 3, em consequência também da redução da taxa da mortalidade, o que contribui para aumentar o número de idosos, especialmente acima de 80 anos. Isto é, o número de pessoas idosas cresce em ritmo maior do que o número de pessoas que nascem (IBGE, 2010).

Gráfico 3 – População de 80 anos ou mais de idade por sexo, 1980-2050

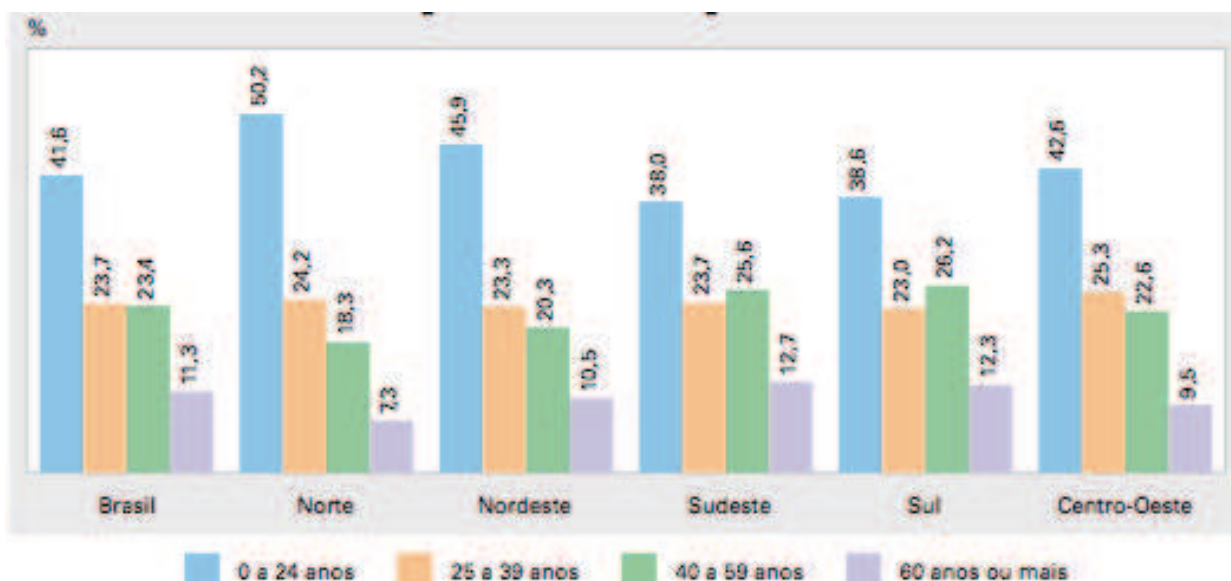
Fonte: IBGE

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad, 2007), em 2050 serão 259,8 milhões de brasileiros e nossa expectativa de vida, ao nascer, será de 81,3 anos, a mesma dos japoneses hoje. Também, em 2050, se prevê que o grupo de 0 a 14 anos – que, em 2000, representava 30% da população brasileira –, e os maiores de 60 anos – que eram de 9,1%, se igualará em 18%.

Esses dados constataam o aumento da expectativa de vida e a feminização do envelhecimento, porque a mulher continua sendo maioria entre os idosos brasileiros acima de 60 anos. Conseqüentemente, espera-se que cada vez mais pessoas com 60 anos ou mais viverão sós, como já ocorre nos países desenvolvidos. Muitas delas em total isolamento.

No Brasil, ocorre que a transição demográfica não é homogênea. No país, a maior concentração de grupos etários mais jovens está concentrada na Região Norte, enquanto a Região Sul e Sudeste apresenta uma elevada concentração nos grupos etários de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais.

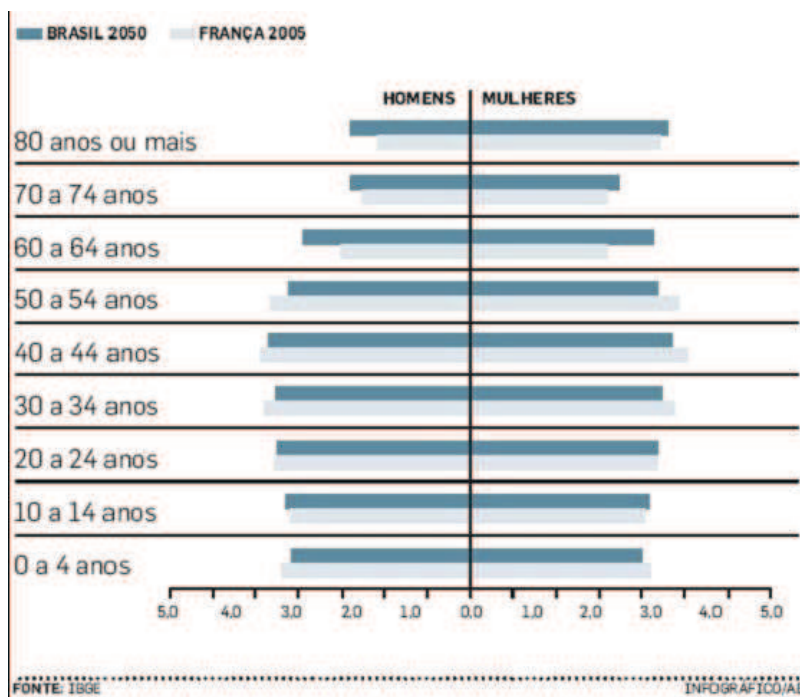
Gráfico 4 – Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

O Sul e o Sudeste do país são as regiões mais envelhecidas do país. Nelas, o impacto da redução da taxa de fecundidade é notório, como se constata no Gráfico 4. O estado de São Paulo concentra o maior contingente de pessoas acima de 60 anos, ou seja, a maior inversão na pirâmide, chamando a atenção da sociedade, do poder público e da academia para as demandas sociais.

Em 2050, o Brasil terá a pirâmide etária similar à da França em 2005, como constatamos no Gráfico 5. Para Vargas (1983), acredita que esse envelhecimento populacional trará muitos problemas para as gerações.

Gráfico 5 – Pirâmide populacional brasileira para 2050

A partir desses dados, confirma-se um envelhecimento populacional em virtude do aumento da expectativa de vida da população brasileira, da redução da taxa de fecundidade e de mortalidade, o que, já faz necessária, dentre inúmeros questionamentos, uma análise mais aprofundada sobre o conceito de envelhecimento/velhice.

Segundo Vargas (1983), a velhice não é um estado, senão a culminação de um processo diferente em cada indivíduo, daí sua definição por efeitos e não por causas. Ele lembra que mais de vinte anos se passaram e essa preocupação continua presente, exigindo da sociedade capacitação para as adaptações necessárias no enfrentamento dos diversos problemas sociais que a longevidade gera.

Tal fato leva Neri (2004, p. 27) a assinalar que,

em países onde impera forte desigualdade social e onde não há políticas de atendimento das necessidades evolutivas para cidadãos de todas as idades, caso do Brasil, as necessidades decorrentes do envelhecimento individual e social costumam acarretar ônus econômicos, conflito de interesses e carências de todos os tipos, entre os cidadãos e as instituições.

A sociedade brasileira sofreu, no último século, grandes transformações de ordem estrutural. A industrialização, o processo de urbanização, a revolução tecnológica, a passagem da sociedade agrária para urbano-industrial, a construção da sociedade democrática foram mudanças históricas que afetaram as instituições sociais, alterando de forma significativa o modo de vida coletivo.

Marques (2009) menciona as mudanças discursivas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 do último século em torno da questão do envelhecimento. Nessas décadas, a velhice foi colocada como um problema devido ao crescimento populacional em contraste com a diminuição nos índices de natalidade.

Segundo Neri (2004), a partir do século XVIII, as preocupações com a infância relegaram à velhice um lugar inferior. O paradigma da modernidade dividiu e considerou a fase adulta como produtiva e relegou à obsolescência a fase do envelhecimento. O estudo da velhice nas áreas médicas procurou diminuir o preconceito do que é “ser velho”. Esses estudos passaram a fazer parte dos cursos de psicologia e serviço social, entre outros, como área de Desenvolvimento Humano.

De acordo com Baltes (1994), a Teoria do Curso de Vida – *Life span* – que compreende a vida como uma sequência de fases interativas, o desenvolvimento é uma relação dinâmica entre perdas e ganhos. Assim, como as outras fases da vida, a velhice é estudada nessa teoria, como um fenômeno multidimensional e multidirecional, abandonando a visão unidirecional que considerava o conceito de velhice apenas como declínio e perdas.

O mais interessante disso tudo é que, durante muito tempo, houve uma tendência por parte dos psicólogos e cientistas sociais em considerarem a maturidade biológica como o término do desenvolvimento. Isso pode ser visto pelo caminho da psicologia do desenvolvimento que deu grande ênfase ao desenvolvimento cognitivo, enfatizado na infância, considerando a fase adulta e madura como ápice e a fase última como decadência dos aspectos cognitivos relacionados à perda de memória dentre outras doenças relacionadas.

A velhice sob a perspectiva atual engloba o processo de se desenvolver, numa busca de equilíbrio entre perdas e ganhos, sendo a velhice o momento de “se buscar competências” para um equilíbrio, apesar de dificultado por perdas como as limitações físicas ou de saúde. O equilíbrio pode, nessa fase, estar intimamente

relacionado com o estabelecimento de novas competências e pelo acionamento de mecanismos de compensação (SILVA; ALVES e COELHO, 1997).

Infelizmente, a velhice continua desvalorizada em nossa cultura, uma vez que muitas vezes se observa a dificuldade enfrentada pelos indivíduos que convivem com o idoso, além dele próprio, por não saberem como proceder ante as modificações ocorridas, especialmente em seu aspecto relacional.

1.4.1. Marcos legais do envelhecimento

O Congresso Nacional decreta a Lei 8.842/94 em 04 de Janeiro de 1994, como uma proteção legal que estabelece a Política Nacional do Idoso em razão de várias reivindicações feitas pela sociedade desde meados da década de 1970, e principalmente em razão do documento “Políticas para a Terceira Idade”, elaborado pela Associação Nacional de Gerontologia (ANG) nos anos 1990, estabelecendo uma série de recomendações sobre a questão do idoso.

Em 1996, o Ministério da Previdência e Assistência Social publicou a Política de Atenção ao Idoso e, em 27 de setembro de 1999, foi estabelecido o Dia Nacional do Idoso pela comissão de educação do Senado Federal, com o objetivo de abrir espaço para a reflexão sobre a situação do idoso no país, seus direitos e dificuldades.

O Ministério da Saúde (2006) aprovou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSI) em conformidade com a Lei 8842/94. Em 1º outubro de 2003, pela Lei nº 10.741, aprovou-se o “Estatuto do Idoso”, visando garantir o bem-estar e a qualidade de vida desse grupo populacional, enfatizando o respeito e a satisfação das demandas básicas do idoso brasileiro. Em um país essencialmente jovem, como o Brasil, até recentemente, a legislação relativa à atenção dos idosos permaneceu fragmentada em ordenamentos jurídicos, setoriais ou em instrumentos de gestão política.

Cabe ressaltar que a elaboração das duas leis pelo Congresso Nacional é resultado de muita pressão da sociedade civil sobre os políticos e também pela mobilização dos próprios idosos, o que se constitui um ganho “*per se*”. O estatuto estabelece os direitos dos cidadãos acima de 60 anos a fim de assegurar os direitos sociais do idoso, possibilitando condições para promoção da autonomia, integração

e participação na sociedade. Antes dessa lei, o idoso tinha garantias previstas na Política Nacional do Idoso, de 1994, mas a lei, de 2003, veio ampliar esses direitos.

O Estatuto do Idoso (2003) trata dos mais variados aspectos da vida do idoso, abrangendo 118 artigos sobre direitos fundamentais até o estabelecimento de penas para os crimes mais comuns cometidos contra as pessoas idosas. As diretrizes contidas no Programa Nacional do Idoso (PNI) são reforçadas e dispositivos de leis anteriores são incorporados, chegando-se a 118 artigos que estão dispostos em sete títulos: Título I – trata das Disposições Preliminares; Título II – dos Direitos Fundamentais; Título III – das Medidas de Proteção; Título IV - da Política de Atendimento ao Idoso; Título V – do Acesso à Justiça; Título VI – dos Crimes e Título VII – das Disposições Finais e Transitórias.

O Estatuto do Idoso, lei 10.741/03, veio resgatar os princípios constitucionais que garantem aos cidadãos os direitos que preservam a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade conforme o artigo 3º IV da Constituição da República Federativa do Brasil.

Quanto à educação, a lei trata da inclusão da gerontologia e geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores e, nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino formal, inserindo conteúdos voltados para o processo de envelhecimento bem como o desenvolvimento de programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de produzir conhecimentos informando sobre o assunto de forma a eliminar preconceitos.

Se a sociedade brasileira proporcionasse aos cidadãos mais velhos o tratamento e a consideração dispensada aos adultos não teria sido necessário os estatutos especiais para idosos. As leis existem para regular o comportamento dos indivíduos dentro de uma sociedade, estabelecendo seus direitos e deveres; porém uma legislação específica para os idosos só se fez necessária em razão da própria exclusão destes na sociedade produtiva.

De acordo com Lopes (2000), a imagem positiva da velhice contemporânea parece estar contribuindo para o interesse que a sociedade brasileira passou a nutrir pelo tema, estimulando e efetivando a criação de programas voltados para essa faixa etária, com distintos perfis econômicos, o que também “confirmam a possibilidade de a velhice ser vivida com uma imagem positiva” (ibid., p. 28).

O ano de 1999 foi considerado o Ano Internacional do Idoso, o que chamou a atenção da sociedade em geral sobre a importância e a preocupação do Estado com esse segmento da população. Entretanto, poucos foram os avanços em práticas significativas que realmente valorizem o idoso e sua inserção na sociedade. No ano de 2003, essa faixa etária foi contemplada como tema da Campanha da Fraternidade com o *slogan*: “Fraternidade e Pessoas Idosas: Vida, Dignidade e Esperança”, ressaltando a importância do tema e a necessidade de maiores pesquisas nesse campo.

O sistema capitalista, que privilegia a produção, tende a desvalorizar o idoso que para de produzir. Estar “inativo” pressupõe pouco capital para investir em compras, lazer e viagens, deixando de ser um segmento focado. Dessa forma, esse sistema mantém valores que desrespeitam o idoso, esquecendo sua contribuição passada e a que poderá vir.

Concordamos com Fernandes (1997) quando este coloca que se a sociedade brasileira proporcionasse aos cidadãos mais velhos o tratamento e a consideração dispensada aos adultos, eliminar-se-iam os estatutos especiais para idosos. As leis existem para regular o comportamento dos indivíduos dentro de uma sociedade, estabelecendo seus direitos e deveres; porém uma legislação específica para os idosos só se faz necessária em razão da própria exclusão desse grupo na sociedade produtiva.

Já, em 1978, Mosquera considerava que a velhice não pode ser vista como um “acidente”. É uma situação que se apodera da pessoa e que muitas vezes a deixa estupefata ante suas marcas e consequências. Ao mesmo tempo que a ciência desenvolve instrumentos capazes de prolongar a vida do homem, oferecendo recursos tecnológicos, de proteção e segurança, a sociedade desestimula a participação da população idosa nos processos socioeconômicos e culturais de produção, decisão e integração social.

De acordo com os dados demográficos da atual situação e também as projeções para o nosso país, percebemos uma necessidade de que gestores e políticos brasileiros olhem para o panorama dessa transição, e, juntamente com a sociedade, num curto espaço de tempo, redirecionem as políticas públicas de atenção ao idoso. Diante disso, percebemos a necessidade de tais medidas serem

implementadas em todas as esferas sociais, por técnicos e profissionais da saúde que atendem essa parcela populacional (RODRIGUES et al., 2007).

Desde março de 2007, a Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo (OAB-SP) alterou sua dinâmica, buscando a transparência do trabalho realizado e possibilitando a constante participação da sociedade em suas decisões. Novas estratégias para conhecer o processo de envelhecimento, denunciar maus-tratos e cobrar o devido respeito à pessoa idosa foram criadas.

Apesar da atenção quanto ao enfoque legal e normativo frente à população idosa, pelos organismos governamentais e não-governamentais, na prática, ela ainda se encontra fora do esperado em virtude da demanda e da diversidade de ações que exigiria. A Política Nacional do Idoso e seu Estatuto podem ser encarados como uma conquista que irá beneficiar a sociedade como um todo. Não podemos nos esquecer de que, ou convivemos com idosos como pais, avós ou ficaremos velhos um dia e poderemos precisar desse serviço.

Também não podemos esquecer que o estatuto ainda é desconhecido para a grande maioria da população, principalmente nas regiões mais pobres e de baixa escolaridade, necessitando ampla discussão e divulgação.

1.5. Crenças e valores sobre velhice e envelhecimento

Os problemas causados pelo crescente envelhecimento populacional são, hoje, uma preocupação mundial e o estudo para compreensão e resolução desses problemas é um grande desafio para os governantes, até em países desenvolvidos (CAMARANO, 2004). Com a previsão da média da expectativa de vida dos idosos para mais de 80 anos, aumentará a procura por cuidados e opções de tratamento nos serviços de saúde proporcionalmente ao número de pessoas economicamente inativas.

Apesar da questão “saúde” ser um direito universal no Brasil, o acesso e o uso de serviços pela população idosa é fortemente influenciado pela situação socioeconômica do idoso e/ou da família.

A aposentadoria, durante muito tempo, foi considerada como símbolo de que a velhice e a inutilidade social chegaram, caracterizando esse período como

decadente. “A denominação de inativo ou aposentado, isto é, aquele que fica no aposento, indica isso claramente” (Veras 1999 pp. 35-50). Por tradição, a segurança da população idosa era garantida pela estrutura familiar ampliada, que vem declinando pelos motivos já descritos, e que dão indícios de que esse apoio não se concretiza atualmente. “As pessoas idosas que não tiveram condições de poupar durante suas vidas produtivas – a imensa maioria – estarão na velhice em pior situação financeira” (Veras 1999).

Conforme ressalta Peixoto (2004), entre outros fatores, a aposentadoria traz ao idoso uma degradação de sua condição de vida, uma vez que a perda financeira não permite que este mantenha um nível socioeconômico de vida próximo àquele vivenciado no período de atividade.

Esse fato foi mostrado por Salviano (2008) em sua pesquisa de dissertação de Mestrado, na qual os entrevistados discorrem sobre o impacto da perda financeira e conseqüente mudança nas relações sociais estabelecidas e em sua identidade social.

A aposentadoria é uma forma de assegurar aos indivíduos renda permanente até a morte, correspondendo à crescente necessidade de segurança individual que marca as sociedades da nossa época. Na Europa, já existe um aumento de anos necessários para se atingir a aposentadoria, o que elimina alguns dos problemas paralelos ao envelhecimento como as questões político-econômicas, que consideram que as restrições financeiras na velhice resultam, entre outras conseqüências, em perda de poder, de autonomia e de influência (SIQUEIRA, 2001). Em uma sociedade de consumo, são os fatores socioeconômicos e culturais que irão determinar a situação social do idoso (PEIXOTO, 2004).

Estudos sobre aposentadoria, como o de Salviano (2008), revelam que é comum ocorrer uma crise no indivíduo quando é retirada de sua vida a competição que ele vivia quando ainda trabalhava, gerando baixa em sua autoestima e aumento da sensação de não ser útil. Logo após a aposentadoria, há uma sensação de alívio e a maioria se sente satisfeita, por ter tempo para descansar, viajar, mas aos poucos descobre que sua vida se tornou tristemente improdutiva e sem desafios. Para conseguir uma vida mais saudável, tanto as políticas sociais quanto as de saúde devem garantir a autonomia e o máximo de independência ao idoso. Quando essas forem perdidas, o objetivo deve ser restaurá-las o mais rápido possível.

Para que o envelhecimento possa ser vivido como uma experiência positiva, é fundamental a manutenção ou melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e não apenas a maior sobrevivência. Para Peixoto (2004), esses fatores se somam aos muitos medos associados ao envelhecimento, principalmente o medo da dependência econômica, uma vez que esta pode se traduzir na perda de papéis sociais e familiares, limitações no que diz respeito ao poder de compra e nas possibilidades de lazer.

Nessa ausência de papéis é que podemos observar o verdadeiro problema do aposentado, sua angústia, sua marginalização e, muitas vezes, o seu isolamento do mundo. Percebendo que ninguém necessita dele por estar isolado, recusado e excluído da sociedade, ele se sente cada vez mais angustiado, tornando difícil sua adequação ao mundo no qual vive.

O trabalho e seu significado na formação do indivíduo é uma questão importante a se pensar quando se discute a aposentadoria. É na atividade profissional que colocamos nossas aspirações pessoais e perspectivas de vida. É o trabalho que concede o ato de existir enquanto cidadão e auxilia na questão de se criar redes de apoios que servem de referência, determinando o lugar social e familiar do idoso.

Dentre os inúmeros fatores que dificultam encarar a velhice de forma mais realista, pode-se mencionar a existência de uma imagem negativa ligada à presença de crenças, preconceitos e estereótipos que tendem a desvalorizar essa fase da vida, limitando-a apenas às perdas e dificuldades. É urgente a necessidade de uma (re)construção dessa visão, promovendo um processo de valorização desse grupo, assumindo o envelhecimento como um processo e buscando uma (re)estruturação da identidade social do idoso (MONMA, 2009).

Para corroborar com esse pensamento, Cachioni (2003) ressalta que é recorrente na literatura a ideia de que problemas sociais vividos pelos idosos são causados, em parte por atitudes preconceituosas das pessoas, de políticos, dos profissionais e das instituições sociais. Acrescenta que, embora as crenças tenham forte apelo empírico, essa noção corresponde apenas a um dos lados da questão. O outro lado a ser considerado é que a doença, a dependência, o declínio, a improdutividade e a solidão são condições que geram avaliações negativas porque

se contrapõem a valores que definem o bem-estar das pessoas mais jovens, normalmente tomadas como parâmetro de adequação social.

Se pensarmos mais profundamente, essas questões de que fala o autor podem ser colocados do mesmo lado, uma vez que as atitudes preconceituosas reforçam as avaliações negativas que confirmam, de alguma forma, os pré-conceitos, tornando-se uma bola de neve sem fim.

Para Rodrigues (1999), essas dificuldades foram definidas como uma organização de processos motivacionais, perceptivos da pessoa em relação à outra pessoa, objeto ou tema. As atitudes seriam compostas por três componentes: comportamentais (reação em relação a determinado objeto), afetivos (reações emocionais a determinado objeto) e cognitivos (crenças sobre determinado objeto).

Ainda, segundo o autor, os três componentes estão interligados e, quando existe a mudança em um deles, os outros dois também são alterados. Sendo assim, as crenças, componentes cognitivos das atitudes, influenciam a percepção e o comportamento diante de eventos ou situações sociais.

A sociedade moderna, ao cultivar valores relativos apenas ao progresso, inovação, à juventude e principalmente ao consumo, produziu alguns mitos a respeito do envelhecer que precisam ser revistos. Como já falamos anteriormente, o mais importante é viver bem do que viver muito.

Para Neri (1993),

envelhecer satisfatoriamente depende do delicado equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo o que lhe possibilitará lidar, em diferentes graus de eficácia, com as perdas inevitáveis do envelhecimento. (Ibid., p.13).

A crença é uma construção social, inerente aos conceitos de determinada época, à cultura, etnia, classe social e econômica. Cachioni (2003) coloca que o que é tido como uma crença válida para determinado grupo pode não ser para outro, dependendo dos eventos sociais, culturais, históricos e políticos que afetam e afetaram a experiência individual e coletiva. Atitudes e crenças são assim assumidas como eventos reguladores do comportamento de indivíduos e grupos.

Para Papp (1994), um conjunto de crenças são reflexões, premissas, regras, convicções que as pessoas seguem e que governam suas vidas e suas reações. As crenças desempenham um papel importante em nossos processos psicológicos, que

nos alertam do perigo que a falta de perspectiva em relação aos acontecimentos futuros de nossa existência pessoal e na vida coletiva podem provocar.

Dessa forma, devemos repensar algumas crenças relacionadas à velhice e ao processo de envelhecimento. A valorização dessa fase do ciclo vital deve ser uma das principais mudanças a ocorrer, tanto para os profissionais da área da saúde como para o próprio idoso. Crenças em geral são transmitidas intergeracionalmente e, nesse sentido, é importante pensar que a mudança de hoje refletirá nas gerações futuras.

Minayo (2006) ressalta a importância de se considerar a visão antropológica, quando se fala em crenças relativas à velhice. Analisa que o “velho” não constitui uma categoria, apesar de ser mais fácil considerar essa massa humana de 21 milhões de pessoas de forma homogênea, o que levaria a se perder a complexidade da singularidade e a substituí-la por estereótipos.

A autora, pensando em contribuir com reflexões que valorizem o idoso nesse momento histórico, divide seu estudo em três partes: mitos a respeito da velhice e do envelhecimento; desconstrução dos mitos que impedem maior compreensão intergeracional; propostas dos idosos sobre esse momento especial de suas vidas.

Esses mitos que discriminam e delimitam o lugar e o papel dos idosos já foram citados durante este trabalho, mas são colocados pela autora de maneira didática e esclarecedora, o que reforçará a visão ampliada e sistêmica por nós adotada. São eles: redução do envelhecimento ao processo orgânico; consideração do processo de envelhecer como decadência; e interpretação da velhice como problema.

A maneira de tratar o idoso dentro dessa visão está diretamente relacionada à dimensão biológica que o associa à deterioração do corpo, e é também o mito mais arraigado na nossa sociedade. Minayo esclarece como fundamental a quebra desse mito, “inclusive para o tratamento diferenciado das dependências e dos sofrimentos provocados pela privação, tristeza e frustração” (2006, p. 51).

Por outro lado, dentro da visão sistêmica, em que a ênfase é dada na questão relacional, a quebra desse mito possibilita tratar e entender cada manifestação do idoso como um fenômeno singular e único. Não há generalizações possíveis no tratamento ou na prevenção.

O segundo mito, tratar o velho como um ser humano decadente e descartável, que está dentro do imaginário social constitui uma visão negativa do envelhecimento. A ideia de que a pessoa vale o quanto produz e ganha, que a sociedade mantém e reproduz faz com que os idosos sejam considerados “inúteis ou peso morto”. E os próprios idosos confirmam essa ideologia, afastando-se do convívio social por sentirem que perderam sua identidade, que estava totalmente emaranhada com a atividade profissional e o papel social desempenhado.

O terceiro mito, mais comum, é tratar a velhice como um problema que precisa ser resolvido: problemas de convivência intergeracionais entre os membros da família que se distancia em mentalidade, valores e comportamentos; além da preocupação do sistema público que afirma que o custo social da população idosa é três vezes mais elevado que o da população em geral, por causa do aumento de doenças crônicas, infecciosas, respiratórias, osteomusculares e mentais (MINAYO, 2006).

Minayo cita uma pesquisa do antropólogo Leo Simmons (1945, p. 57) sobre idosos de 71 sociedades indígenas, mostrando que em todas encontrou desejos dos anciãos de viver o máximo possível; terminar a vida de forma digna e sem sofrimento; encontrar ajuda e proteção para sua progressiva diminuição de capacidades; continuar a participar das decisões da comunidade e prolongar ao máximo, conquistas e prerrogativas sociais como propriedades, autoridade e respeito.

Apesar do tempo, mais de 60 anos, esses valores correspondem a nossa cultura pós-moderna em que o idoso começa a se organizar, dando visibilidade aos seus problemas e buscando ser protagonista em conquistas que tenha seus direitos respeitados e que possa contribuir com a força de sua experiência e sabedoria acumuladas.

2. O ENVELHECIMENTO COMO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Os precursores do estudo do processo de envelhecimento no país

Até o início dos anos 1960, a questão social dos velhos não constava da agenda da sociedade brasileira. O Brasil ainda era visto como um país jovem, pouco mais de 5% de pessoas maiores de 60 anos. Esse número relativamente reduzido e o comportamento de isolamento social do idoso fazia com que esse contingente não tivesse suficiente visibilidade e conseqüente atenção (FERRIGNO, 2006).

Ferrigno coloca que, naquela época, as poucas ações sociais propostas para os idosos tinham um caráter assistencialista, visando somente suprir carências básicas, como forma de diminuir o sofrimento decorrente da miséria e da doença. Nessa perspectiva, as ações se confundiam com a caridade e, na sua maior parte, efetivavam-se através de instituições asilares, mantidas pelo Estado ou por congregações religiosas. A finalidade exclusiva era de garantir a sobrevivência física do idoso, sem nenhuma preocupação com alternativas de convivência e participação social, cultural e de lazer.

Os idosos se encontravam isolados e excluídos da sociedade pela perda do seu papel profissional com a aposentadoria, o que acarretava a diminuição de suas condições econômicas; pela imagem preconceituosa atribuída à velhice; pela ausência de um papel econômico ou social por parte dos velhos, bem como pelo pouco interesse das camadas jovens da população com essa questão (CARVALHO, 2007).

Uma entidade pioneira no país e na América Latina em dirigir programas socioculturais voltados à velhice e ao envelhecimento foi o Sesc (Serviço Social do Comércio) de São Paulo. O trabalho com idosos teve início em 1963, com um pequeno núcleo de aposentados, que possuíam em comum a preocupação com o crescimento acelerado e desordenado da cidade, que trazia modificações na estrutura familiar e no comportamento social, aprofundando o desamparo e a solidão dos idosos (CAMARANO e PASINATO, 2004).

Essas autoras consideram que tal ação do Sesc acabou por revolucionar o trabalho de assistência social ao idoso, sendo decisiva na deflagração de uma

política dirigida aos idosos, vistos como capazes e ativos, já que até aquele momento as instituições que cuidavam desse segmento eram apenas voltadas para o atendimento asilar, numa visão de cuidados médicos e assistenciais. A importante contribuição do Sesc é que sua vivência resulta da experiência “testada” e cujos resultados positivos podem ser testemunhados por milhares de idosos.

Nos anos 1960 e 1970, o Sesc incentivou a criação de grupos de convivência, para que o idoso pudesse enfrentar a marginalização e tivesse a oportunidade de estabelecer vínculos de amizade, compartilhando preocupações, angústias, sonhos e desejos com aqueles que viviam problemática semelhante (MIRANDA, 2006).

Marcelo Antonio Salgado, assistente social, foi quem organizou e sistematizou as ações da Atividade Trabalho Social com Idosos – TSI – em que foram desenvolvidas atividades sistemáticas, pautadas na metodologia de grupo e

visava à participação social do idoso, colocando-o em contato com o maior número de pessoas da sua idade e de outras gerações, favorecendo o conhecimento das grandes questões da atualidade, aumentando o nível de informação e, conseqüentemente, a formulação de novas expectativas vivenciais. (SESC, 1999 pp. 6).

O primeiro objetivo de diminuir o isolamento social do velho se juntou a questões de promoção de saúde, a socialização e promoção da autoestima e autonomia, o que resultou num programa amplo de atendimento à velhice, visando maior desenvolvimento pessoal e social e contribuindo para sua integração à comunidade.

A partir da década de 1980, o SESC, atento às mudanças da sociedade e diante das exigências desse “novo idoso”, incentivou a criação das Escolas Abertas da Terceira Idade. Nesses espaços, com a atualização e a reciclagem de conhecimentos, os mais velhos poderiam adquirir condições de acompanhar as transformações políticas, econômicas e culturais de uma sociedade cada vez mais complexa, às vésperas do século XXI (MIRANDA, 2006).

Em 1996, consolidou-se a parceria entre SESC e PUC-SP, na área do envelhecimento. Professores do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE-PUC-SP) proporcionaram aos técnicos do Sesc, treinamento sobre “Tendências Emergentes: a prática do Sesc e as questões teórico-práticas junto à Terceira Idade”. Nesse ano, as duas instituições promoveram o Seminário “O Brasil

e os Idosos: diagnósticos e perspectivas”, no qual importantes estudiosos do envelhecimento humano produziram férteis reflexões sobre o atendimento ao idoso em nosso país. Dessa parceria surgiram mais tarde as publicações especializadas: a revista “A Terceira Idade” do SESC/SP e a revista “Kairós” da PUC-SP.

Também, em 1996, o SESC, em convênio com a Universidade de Barcelona, realizou o Curso de Especialista Superior em Gerontologia, qualificando dezenas de brasileiros de diferentes regiões do país, com a preocupação de manter intercâmbio técnico entre entidades nacionais e internacionais, buscando permanente atualização de experiências.

Véras (2006, p. 9) afirma que existe uma bela história entre o SESC e a PUC/SP, envolvendo a longevidade humana e os aspectos filosófico, social, político e científico:

Filosófico porque a velhice carece de novo sentido e requer ética nova. Social porque os velhos ainda não têm lugar na sociedade atual. Político porque a existência de um número maior de velhos exige políticas e ações que permitam ao segmento idoso viver como cidadão. E científico, pois não basta sobreviver: tanto a ciência quanto a tecnologia devem, com seus avanços, colaborar para a melhoria da qualidade de vida daqueles que envelhecem e resolver novos desafios teórico-metodológicos. (Ibid.)

Portanto, o SESC, diante desse cenário de carência de políticas e programas sociais, voltados para a pessoa idosa, foi a primeira instituição brasileira a oferecer uma possibilidade de atendimento a essa demanda social, proporcionando um modo alternativo de viver a velhice. Com a sistematização das ações na Atividade Trabalho Social com Idosos, buscou romper com ações de benemerência ao realizar projetos de viabilização de espaços socialmente produtivos, que tornem o idoso ativo e protagonista de suas ações (CARVALHO, 2007).

Outro precursor nos estudos do envelhecimento foi o surgimento das Universidades Abertas para a Terceira Idade, as quais tiveram grande influência nas mudanças demográficas e comportamentais citadas anteriormente.

A primeira instituição a oferecer um curso totalmente voltado aos idosos foi em 1973, a Université du Troisième, na cidade de Toulouse, na França e dirigido pelo professor Pierre Vellas, a partir de sua experiência de vida com pessoas idosas com o objetivo de retardar o processo de envelhecimento através do exercício físico

e mental. Com uma proposta inovadora, aberta a todos os idosos, sem distinção de nível social ou educacional, em que pudessem ocupar produtivamente o tempo livre e usufruir os benefícios que a educação podia trazer para sua saúde e bem-estar (CACHIONI, NERI, 2004).

No Brasil, esse projeto teve início, no ano de 1977, quando os técnicos do SESC retornaram do intercâmbio feito na Universidade de Toulouse (França) e fundaram a primeira Escola Aberta para a Terceira Idade. A universidade brasileira pioneira nesse tipo de programa foi a Universidade Federal de Santa Catarina, que criou, em 1982, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (Neti), que oferecia, além do atendimento ao idoso; formação de técnicos e voluntários na área gerontológica; consultoria e assessoria a empresas e entidades; cursos de preparação para a aposentadoria e de formação de monitores de ação gerontológica; contribuindo ainda com prefeituras na implantação e implementação de programas gerontológicos.

Contudo, a ideia só tomou força em 1990, quando foi criada a “Universidade Aberta para a Terceira Idade” na Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUCAMP, no Estado de São Paulo. Na cidade de São Paulo, o pioneirismo coube à PUC-SP, em setembro de 1991, quando por iniciativa do professor Jordão Netto, foi posto em prática um projeto piloto de educação permanente com o nome de “Universidade Aberta à Terceira Idade”.

Aprovado, o projeto foi transformado no ano seguinte, em Programa de Educação Permanente, apoiado pelo Departamento de Fundamentos de Educação da Faculdade de Educação. Mais tarde, em 2000, o nome foi mudado para “Universidade Aberta à Maturidade”, passando a pertencer ao programa de extensão cultural, vinculado à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Cogeae) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

De acordo com Netto (1997), as instituições voltadas à Terceira Idade estão inseridas no conceito de “educação permanente” ou “educação continuada”. A educação permanente é concebida como um fato educativo global, que surge da necessidade de instrumentalizar o homem para o convívio, em vista das mudanças que ocorrem em todos os aspectos da vida humana, tanto em nível econômico como político e cultural, tanto em nível científico como na interpretação da natureza e do universo. Ela se prolonga ao longo de toda a existência humana, sem limites

cronológicos, remetendo a uma nova concepção de homem, que busca o aperfeiçoamento integral e integrado ao longo de todas as etapas do desenvolvimento de sua personalidade.

De forma diferente, a educação continuada equivale à educação de adultos, referindo-se à prolongação do sistema escolar durante toda a vida, segundo a demanda do indivíduo e da sociedade.

Para Palma (2000), as universidades da Terceira Idade seriam uma oportunidade de resgatar os valores, a autoestima e autoimagem dessas pessoas. Poderia ser também uma maneira de incentivá-las a lutar pelo respeito aos direitos dos idosos que assim, estarão exercendo o papel de cidadãos conscientes.

Esses cursos têm como objetivo, oferecer aos participantes, amplas oportunidades de reciclagem e atualização cultural; orientação para uma vida saudável; diversas atividades socioeducativas e culturais; informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento e outras atividades em geral, incentivando o exercício da cidadania.

Os projetos se desenvolvem tanto pelo prisma que possibilita a integração social dessas pessoas num mundo em constante transformação, bem como pela vertente que lhes possibilita participação ativa nesse mundo em evolução tão rápida que torna permanentemente instável seu equilíbrio. Mas, ao mesmo tempo, é dada ênfase à ideia de que na maturidade as pessoas carregam nelas mesmas, a capacidade de se superarem, de renovarem a sociedade e também a si própria. (NETTO, 2006).

As universidades Abertas à Terceira Idade representam uma maneira eficaz e agradável de preparar as pessoas para um envelhecimento saudável e produtivo; diminuindo os traumas e desencantos que comumente as acometem, por não terem sido educadas para lidar adequadamente com o passar dos anos, o próprio e em geral.

A educação proposta pela Universidade da Terceira Idade tem um papel político fundamental "(...) ela deve desempenhar um instrumento eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências" (GADOTTI, 1984, p. 157). Percebe-se que a educação possui um caráter de transformação, ultrapassando a mera ideia de transmissão de informações.

Podemos observar que as pessoas idosas estão começando a ser percebidas como seres pensantes, que tem muito para ensinar, porém ainda muito a aprender, demonstrando a necessidade de estar em contato com novos conhecimentos e novas experiências. Para Oliveira (1999), as universidades, enquanto instituições de ensino, ampliam sua função social, buscando integrar aqueles que se encontram à margem do processo de desenvolvimento.

Cachioni e Neri (2004) propõem que os programas educacionais possibilitem aos idosos uma maior relação com as outras gerações, com a capacidade de exigir seus direitos e a autonomia de pensamento, como membros úteis da sociedade. Para tanto, é necessário levar em conta outro conjunto de pressupostos:

- Os planos de educação e formação para adultos maduros e idosos constituem uma nova invenção social, política, econômica e cultural;
- O conceito de educação permanente prevê que a educação e a aprendizagem são contínuas e acumulativas, e não um conjunto pontual de eventos;
- A educação para idosos necessita de uma mudança da atitude social da própria clientela;
- Possibilitar não só a divulgação do conhecimento como também o desenvolvimento comunitário da sociedade, com a participação dos próprios idosos;
- Deve-se potencializar sua participação;
- Metodologia adaptada as suas características, considerando aspectos cognitivos, afetivos e ambientais.

Veras e Caldas (2004) colocam que desde a década de 1970, o movimento das Universidades da Terceira Idade vem crescendo como uma estratégia para utilizar a estrutura das universidades em seu tempo ocioso, para desenvolver programas de promoção e atenção integral à saúde do idoso, possibilitando sua participação social, sob uma perspectiva multidisciplinar.

Ao abrir suas portas ao público idoso, as Universidades se formatam como um espaço que busca levar conhecimentos de seus direitos, como uma forma de garantir-lhes mais autonomia, maior participação na sociedade, elevação da sua consciência de cidadão e dos níveis de saúde, bem como valorizar as experiências

acumuladas dessas pessoas, ao tornar esse aluno um agente do seu próprio aprendizado (CACHIONI, 2003).

2.2. A Gerontologia no Brasil

A preocupação com o envelhecimento existe desde a Antiguidade. Referências podem ser encontradas em textos arcaicos em sânscrito, em evidências arqueológicas, na Bíblia, nas pinturas em cavernas, nos dramas clássicos, na poesia e alegorias medievais, nos relatos do início da era médica moderna e nos achados dos alquimistas.

Mas foi somente no século XVI que começaram a surgir os primeiros trabalhos científicos sobre o envelhecimento humano. Francis Bacon, já no século XVII, escreveu o tratado denominado “A História da Vida e da Morte”, defendendo a ideia de que um espírito jovem dentro de um corpo velho faz regredir a evolução (DEBERT, 1999).

Benjamin Franklin, em 1796, foi o primeiro a dizer que são as doenças, as responsáveis pela morte e não o envelhecimento, declarando que essa fase da vida não era uma doença. Por volta de 1867, o médico francês Jean Marie Charcot realizou uma pesquisa com o intuito de estudar minuciosamente o processo do envelhecimento, desde suas causas até as consequências sobre o organismo. Essa pesquisa foi denominada *Estudo Clínico sobre a senilidade e doenças crônicas* (AZEVEDO, 2001).

O sociólogo belga Adolphe Quetelet (1835) foi um personagem importante para o desenvolvimento da Gerontologia no século XIX. Em 1842, defendeu que “O homem nasce, cresce e morre de acordo com certas leis que precisam ser investigadas”.

Mas foi no século XX, no Ocidente, que cuidar dos idosos se tornou uma especialidade. Na década de 1930, a inglesa Marjorie Warren desenvolveu uma abordagem específica ao idoso, no controle de pacientes crônicos, em Londres (BEAVOIR, 1990). Na mesma época, o russo Metchinikoff apresentou um tratado onde descrevia a velhice se referindo, pela primeira vez, à palavra gerontologia. Poucos anos depois, o geriatra americano Nascher, nascido em Viena, criou o termo

geriatria, sendo um ramo da medicina que estuda o envelhecimento e os aspectos fisiológicos que interferem na saúde e na vida das pessoas de idade avançada.

Nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, as abordagens ganharam mais força pelo fato de que os cientistas se preocuparam com o estabelecimento de um estudo que abrangesse todo o conhecimento de outras disciplinas para explicar o envelhecimento (CALDAS, 2006).

Ao longo do século XX, houve uma polarização entre os teóricos e os cientistas que se preocupavam com o envelhecimento: alguns especialistas afirmaram que o envelhecimento resultava de “doenças degenerativas”, enquanto outros consideravam o envelhecimento como um processo natural, sem relação com qualquer particular patologia (ibid.).

Na psicologia, o envelhecimento é visto como parte integrante do processo de desenvolvimento humano. Teorias psicológicas do envelhecimento visam características amplas, como a personalidade, explorando facetas particulares da percepção ou memória. O propósito da psicologia é explicar como o comportamento se organiza no adulto e em que circunstâncias se torna ótimo ou desorganizado.

O profissional que deseja atuar na área da gerontologia precisa desenvolver algumas características importantes como sensibilidade, maturidade, capacidade de adaptação, amor pelo próximo, objetividade, criatividade, entre outras (BERGER, 1995).

Essas aptidões devem ser estimuladas por meio de formação específica, constituindo, assim, a gerontologia uma disciplina acadêmica e baseada em estudos científicos. Ao possibilitar uma educação acadêmica, a gerontologia se torna uma alternativa para trabalhar com os problemas e preconceitos que a sociedade e o próprio idoso continuam tendo em relação à velhice.

A gerontologia é um campo interdisciplinar que tem como principal objetivo estudar as mudanças típicas do processo do envelhecimento e de seus determinantes biológicos, psicológicos e socioculturais. É um campo multiprofissional e multidisciplinar. Embora ela envolva muitas disciplinas, esta pesquisa repousa sobre conceitos formados pela psicologia, investigando os potenciais de desenvolvimento humano, associados ao curso de vida do indivíduo.

Na compreensão de Papaléo Netto (1996), é uma disciplina científica multi-interdisciplinar, tendo como finalidade o estudo dos idosos, as características da

velhice como fase final do ciclo de vida, o processo de envelhecimento e seus determinantes biopsicossociais.

Papaléo Netto (1996) propõe a criação de uma nova área que aborde melhor a gerontologia e que poderia ser chamada de “Ciência do Envelhecimento”, estudando e pesquisando a questão do envelhecimento em todas as suas áreas de abrangência. Assim, por meio da “Ciência do Envelhecimento”, o ser humano seria estudado desde a concepção até a morte, baseando-se nas faixas etárias e relações intergeracionais.

O Brasil, até 1970, foi definido como um país jovem. A década de 70 foi um marco cronológico, na medida em que foi nesse período que a temática da velhice foi inserida nos meios acadêmicos. O processo histórico da ditadura brasileira aumentou os problemas sociais, fazendo com que a sociedade e o Estado passassem a perceber o envelhecimento populacional brasileiro. Um fato que comprovou essa situação foi a pesquisa de Goldstein (2001), que demonstrou o crescimento de produções científicas relacionadas à velhice, naquela época.

A partir dos anos 1980, o processo de transição demográfica, juntamente com o aumento da população idosa, intensificou-se, causando uma mudança considerável na pirâmide etária brasileira. Assim, a exemplo de outros grupos sociais, os idosos tiveram sua organização social, motivada pelas alterações no cenário da sociedade civil brasileira, começando a se expressar em várias alas políticas.

Como consequência de reivindicações, foram criados, na década de 1980 e 1990, os Fóruns e os Conselhos de Idosos, que passaram a se constituir em canais de participação social, reivindicando o espaço do idoso, como sujeitos de direito na sociedade.

A década de 90 foi relevante quanto à luta da democratização do Estado. Naquele momento, assistiu-se à formação de uma nova mentalidade da sociedade brasileira, multiplicando-se a formação das organizações não-governamentais (ONGs), na área prática de trabalho com idosos, focando a prestação de serviços sociais. Para Gohn (2001), as ações que as ONGs desenvolvem têm caráter emergencial. Na verdade, não se destinam a acabar com os problemas, mas a equacioná-los de maneira socialmente aceitável, integrando o idoso ao contexto social brasileiro, ressaltando sua independência e estilo de vida.

A evidência que a categoria “velhice” passa a ter, na década de 1990, é atribuída à criação de numerosos centros de convivência, espaços para a convivência coletiva, além das universidades Abertas para a Terceira Idade, expressão criada para se referir ao conjunto total dos idosos. A designação “velho” não era mais adequada para nomear as pessoas acima de 60 anos, por estar muito associada à decadência física e à incapacidade produtiva: surge então a designação “idoso” ou membro da terceira idade (LOPES, 2000).

O ano de 1999 foi considerado o Ano Internacional do Idoso, fechando essa década com chave de ouro ao valorizar o idoso quanto a sua importância na sociedade e implementar os estudos e pesquisas referentes ao tema.

A sociedade política brasileira também assumiu sua responsabilidade diante desse novo panorama etário brasileiro, elaborando a Política Nacional do Idoso, assim como o Estatuto do Idoso, a fim de preservar os direitos dessa categoria e evitar que essa faixa etária sofresse discriminações.

O Estatuto do Idoso veio resgatar os princípios constitucionais que garantem a dignidade da pessoa humana, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade. Esse estatuto também incentiva a criação de programas que atendam a especificidade dessa faixa etária, visando, principalmente, ao aprimoramento do conhecimento, como ferramenta à promoção do ser humano (LOPES, 2000).

As crescentes demandas sociais e de saúde nessa área, somadas a um dos maiores desafios, enfrentados atualmente, que são as grandes modificações pela transição demográfica e epidemiológica desencadeada pelo envelhecimento populacional, fazem surgir os primeiros cursos de pós-graduação em gerontologia no país. A Unicamp e a PUC-SP foram pioneiros.

Com a crescente demanda, considerando-se o importante papel das formações emergentes na sociedade, relacionando-a ao contexto de criação de áreas inovadoras em ensino, pesquisas e atuações profissionais que tomam como referência o processo de envelhecimento, surge o primeiro curso de bacharelado em gerontologia em março de 2005, na Universidade de São Paulo (USP), representando um marco importante na história da gerontologia brasileira. Até essa data, a formação em gerontologia ocorria em cursos de pós-graduação de caráter *stricto* e *lato sensu* (LIMA, 2009).

Atualmente, existem em funcionamento no país oito cursos de pós-graduação em gerontologia nas seguintes instituições: Universidade Católica de Brasília (UCB-DF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-PE), Universidade de Campinas (Unicamp/SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade de Passo Fundo (UPF-RS), Universidade São Judas Tadeu (USJT-SP) e Faculdade de Medicina de Marília (Famema-SP). Entre todos esses cursos, a PUC-SP é a única que tem como área de concentração a gerontologia social.

A graduação em gerontologia vem como uma das principais ferramentas para enfrentamento da nova realidade brasileira: a população brasileira está sofrendo alterações rápidas em seu perfil sociodemográfico, com aumento significativo na porcentagem de pessoas com mais de 60 anos de idade. Essa alteração gera novas demandas na área da saúde, na área da educação e na área social.

Esse fenômeno demandará um número expressivo de profissionais capacitados para compreender o processo de envelhecimento em seus aspectos biopsicossociais, como também para promover e gerenciar novos espaços, serviços e ações com e para idosos.

O bacharel em gerontologia recebe formação generalista e integrada sobre o fenômeno do envelhecimento e a velhice, como categoria etária e social, estando preparado para refletir criticamente sobre as especificidades desse processo e desse grupo; pesquisar sobre temas gerontológicos, além de propor, implementar, gerenciar e avaliar programas e ações nessa área.

A graduação em gerontologia foi possível graças à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394, de 20/12/96), que trouxe importantes possibilidades de transformações para o ensino superior no Brasil. As legislações complementares, incluindo leis, decretos, portarias ministeriais e resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE – determinaram uma série de modificações na vida acadêmica e das instituições de ensino superior (IES), assinala Lima (2009).

Lima cita as novas diretrizes curriculares com obrigatoriedade de flexibilização curricular, extinção dos currículos mínimos e a articulação da graduação com a pós-graduação ao introduzir o conceito de “educação continuada e permanente” para os futuros profissionais.

A autora cita que os objetivos da primeira graduação em gerontologia no país são:

Desenvolver uma modalidade de formação para impactar positivamente a qualidade de vida do idoso e sua família. Esse profissional, integrado à equipe multiprofissional, será capaz de atuar de forma autônoma, responsabilizando-se pela atenção às necessidades relacionadas ao envelhecimento em diferentes contextos.

Representa um importante recurso para a organização da atenção às pessoas idosas, atendendo às necessidades físicas, psicológicas e socioculturais. O profissional egresso desse curso terá competência para participar ativamente das transformações no perfil epidemiológico da saúde, em processo de transição, bem como para prevenir os agravos e promover o envelhecimento saudável e participativo. (LIMA, 2009, p. 26).

A Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ambas públicas e localizadas no Estado de São Paulo, foram as instituições pioneiras que criaram cursos de graduação em gerontologia. Ambas apresentam em seus projetos pedagógicos terem como objetivo formar profissionais críticos e com competência para desenvolverem estudos sobre o envelhecimento humano e contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas idosas.

Observa-se que, no Brasil, a construção de uma educação gerontológica avança principalmente a partir dos cursos de pós-graduação e graduação em gerontologia, fortalecida pela criação de universidades da terceira idade, importante *lócus* de programas para idosos, de pesquisa e de formação de recursos humanos, embora nelas ainda predominem ações pedagógicas não especializadas (NERI e CACHIONI, 2004).

3. O PAPEL DA PSICOLOGIA ANTE A LONGEVIDADE

O aumento da expectativa de vida aponta para efeitos sociais, psicológicos e econômicos, o que torna urgente a necessidade de discussão pública sobre seu impacto em todos esses aspectos que causará transformações também nos valores e expectativas da população. Ante esse fenômeno uma nova questão se coloca para reflexão em vista dos recentes estudos que se restringem ao rejuvenescimento: o prolongamento da vida por meio de reverter o próprio processo de envelhecimento.

Genoma, código genético e bioinformática são algumas expressões incorporadas recentemente ao vocabulário de muita gente e são proferidas como sinônimo de profundas mudanças nas áreas biomédica e biológica, uma espécie de certificado de cientificidade, sugerindo precisão, exatidão e solução para muitos problemas de saúde. (CÔRTE, 2005, p.246).

Nunca se falou tanto em longevidade como agora. Para o Médio Dicionário Aurélio (1980), longevidade é: 2. Vida longa, dilatada. Já o vocábulo *longevo* significa: 1. Que tem muita idade; grandevo, idoso; macróbio; 2. No sentido poético: duradouro, vivedouro, vivaz. Para Neri (2001, p.v21), citado anteriormente, *longevidade* “refere-se ao potencial máximo de duração da vida para os membros mais fortes de uma espécie”. Significa, então, o número de anos que os humanos têm em média a probabilidade de viver, sendo este definido em 120 anos.

Já extensão média de vida dos indivíduos de uma espécie é o conceito equivalente ao de “*expectativa de vida*, normalmente definida como a duração média de vida esperada, a partir do nascimento” (NERI, 2001, p. 21). Nesse conceito, percebe-se a inclusão dos fatores sociais e psicológicos, além dos biológicos que irão influenciar na expectativa de vida dos indivíduos.

Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto sobre os efeitos do tempo no corpo humano, surgindo um superinvestimento no prolongamento da estética corporal, retardando a visibilidade da velhice, em detrimento da subjetividade. A busca da fonte da juventude e o desejo da beleza eterna são anseios tão antigos quanto a própria história da humanidade. A cada dia que passa, novos avanços na medicina e no estilo de vida tentam viabilizar esse desejo, mas ainda não se criou um antídoto, uma técnica, cirurgia ou creme que impeça o processo de envelhecimento seguir seu curso.

Dessa forma, queremos deixar bem claro que a longevidade do ser humano não aumentou; o que aumentou foi a expectativa de vida. Isto é, o que estamos presenciando nesse momento é um maior número de pessoas, vivendo mais do que antes, aproximando-se mais do máximo de vida previsto na descrição da espécie (longevidade), porém a expectativa de vida continua variando de acordo com a época, lugar e condições de vida de cada um.

Envelhecer é um processo natural, dentro do desenvolvimento humano, mas “é associado à doença e, conseqüentemente, mais gastos em remédios, vitaminas, hidratantes e programas antienvelhecimentos” (CÔRTE, 2005, p. 241).

Para essa autora, o envelhecimento e a longevidade devem ser temas de mais estudos, de novas propostas profissionais e de mais investimento social e governamental que poderão levar a uma nova postura e visão frente à intervenção e ao cuidado que a população idosa merece e terá.

Dessa forma, é importante que os profissionais, especialmente o psicólogo, que trabalham com essa população tratem seus pacientes considerando seu passado (história de vida) seu presente (hábitos cotidianos) e seu futuro (expectativas e desafios), adotando uma visão multidisciplinar e amplificada desse processo.

O processo de envelhecimento e a velhice passaram a ser temas centrais dentro do aprimoramento no atendimento em saúde pública. Ante essa questão, o psicólogo terá de fazer frente a uma demanda maior por métodos, diagnósticos e processos terapêuticos, objetivando ações de tratamento e promoção da saúde emocional.

A psicologia pode e deve contribuir em três níveis principais: na crítica social, na intervenção comunitária e no atendimento de indivíduos.

No primeiro nível, a atuação deve se dar no questionamento quanto à efetividade social dos programas, conforme as necessidades dos participantes, ou seja, o quanto o que é oferecido à população idosa tem uma ação efetiva no que se propõe a realizar. Nas intervenções junto à comunidade, o foco está nos sistemas, nas organizações desta para oferecer suporte aos indivíduos que envelhecem. Por fim, as intervenções individuais se concentram na atenção ao idoso.

A família tem ficado no centro de estudo de profissionais das mais diferentes áreas com a simples constatação de que ela desempenha um importante papel

emocional de seus membros e que a complexidade dos fatores que interferem requer que todos esses profissionais tenham em mente a compreensão dela de forma histórica.

Para Neri (2004), cada vez mais, a psicologia e os psicólogos serão solicitados a dar respostas à população idosa, principalmente no Brasil em que as realidades econômica, social, cultural, psicológica e de saúde com o idoso são tão variadas. A autora assinala que são variadas as condições de trabalho e o nível de informação a respeito do tema, o que convida a uma construção gradual do campo e das formas de atuação enquanto ciência e profissão. Esses problemas se tornam desafios, que fazem com que o profissional de gerontologia e os estudiosos do tema procurem definir melhor sua atuação, no país, abrindo novo espaço para os profissionais da psicologia.

De acordo com Neri (2004, p. 71), “parte dos profissionais acompanha a literatura internacional de pesquisa e de intervenção, mas grande parte trabalha de forma intuitiva, procurando adaptar conhecimentos básicos da disciplina à solução de problemas emergentes”.

Essa afirmação da autora corrobora com o objetivo desta pesquisa, que visa contribuir para aumentar a pouca produção brasileira sobre o tema e caracterizar a visão do futuro psicólogo ante sua aprendizagem em relação a esse conhecimento.

Pensamos que o olhar do psicólogo deve ser ampliado e abranger todos os aspectos do processo de envelhecimento. Será que o idoso ao relatar, por exemplo, que o que ele sente é tristeza e falta de vontade para fazer as coisas do cotidiano, terá o diagnóstico de “estar com depressão” ou ele *está* depressivo por todas as mudanças que ocorreram em sua vida? Ter essa escuta diferenciada e ampliada, em muito auxiliará para a compreensão dessa etapa da vida.

3.1. A Psicologia como área disciplinar

Há cinquenta anos a psicologia como área disciplinar está no Brasil. A Lei nº 4119/62 regulamentou a profissão de psicólogo(a) no Brasil, em 27 de agosto de 1962. Mas, muito antes disso, a psicologia, como ciência, já fazia parte da vida da população brasileira, desde a época da colonização do país. Nessa época, os saberes psicológicos eram elaborados no âmbito da Medicina e da Educação. Entre

os anos de 1890 e 1930, a importação de ideias, o intercâmbio internacional, o ensino, a pesquisa e a prática contribuíram para a psicologia conquistar sua autonomia como campo de atuação profissional.

É importante destacar o momento político que se encontrava o Brasil, ao longo desse período. A estruturação do Conselho de Psicologia nasceu sob a égide da ditadura militar, que ocorreu, a partir de 1964, em meio à repressão que se estendeu até os anos 1970. Acompanhando os movimentos sociais para uma redemocratização brasileira, ganha força o pensar e fazer psicologia como uma forma de atuação política e promoção de mudanças no “*status quo*”.

A criação do Conselho Federal de Psicologia, em 1973, e, posteriormente, a criação dos Conselhos Regionais, constituíram-se como importantes passos para consolidar a regulamentação do exercício da profissão, sempre tendo em mente a importância de garantir a qualidade da psicologia, com seu exercício ético e sua colaboração ativa na consolidação dos valores democráticos no Brasil.

Como afirmou Carla Biancha Angelucci, conselheira presidente do CRP-SP (Jornal Brasil de Fato Christiane Gomes 27/08/2012):

Cinco décadas podem parecer pouco tempo para uma profissão se instituir, mas, ao mesmo tempo, foram 50 anos significativos para um país jovem como o Brasil. Encaramos a finalização de um processo de ditadura e, nos últimos 20 anos, acompanhamos a busca pela consolidação de um processo democrático no país. E a Psicologia se tornou referência para discutir políticas públicas e direitos humanos. Não vemos tantas outras profissões inserida nesse processo de maneira tão intensa e organizada.

A autora comenta ainda que ao longo dos últimos quinze anos, avançamos no reposicionamento de um modelo de psicologia que vem se distanciando das práticas tradicionalmente elitizadas e passa a responder às necessidades populares.

Mais do que nunca a psicologia e seus profissionais devem fazer parte das políticas públicas para a pessoa idosa, de maneira a incorporar medidas preventivas, na saúde, atividades sociais e artísticas como medida terapêutica e atividades de lazer e bem-estar como possibilidade de prazer e qualidade de vida.

(...) Nesse sentido, o envelhecimento demográfico e a longevidade no Brasil carecem da atenção dos profissionais da psicologia, uma vez que as pessoas e as autoridades nutrem importantes expectativas de compromisso com a qualidade de vida e com o

cuidado da vida. Diante disso, a questão da pessoa idosa tem sido apontada como um dos temas prioritários pelo Sistema Conselhos de Psicologia, que compreende os 17 Conselhos regionais e o Conselho Federal de Psicologia. (GOLDMAN, 2009, p. 19).

Aliás, essas novas configurações terão influência no mercado de trabalho e consequentemente trarão repercussões sobre a formação do profissional de psicologia, ressaltando a relevância de nossa pesquisa sobre a inclusão de disciplinas sobre os temas – processo de envelhecimento e velhice – na grade curricular das universidades de psicologia no Brasil.

Tanto a psicologia quanto os psicólogos brasileiros serão solicitados a dar respostas à população que envelhece e a que já está envelhecida. Num país de dimensões continentais são várias as realidades econômicas, sociais, culturais, psicológicas e de saúde dos idosos.

Entre as deliberações do 6º Congresso Nacional de Psicologia, realizado em 2007, quando foram definidas diretrizes para o Sistema de Conselhos com relação à questão do envelhecimento no Brasil, está à construção de referências para o psicólogo no atendimento ao idoso, na perspectiva de uma política de inclusão social e de atenção integral à saúde do idoso. Além disso, o congresso propôs realizar debates e ações sobre o estatuto do idoso, bem como sobre a atuação do psicólogo nas políticas públicas para esse segmento, apoiando a implementação de políticas que respeitem o Estatuto do Idoso. E propôs fomentar a criação de grupos de trabalho sobre os idosos, sobre o estatuto, sobre políticas públicas e assistência aos cuidadores (GOLDMAN, 2009).

A partir desses encontros e pesquisas, pode-se dizer que a psicologia tem muito a contribuir para o estabelecimento das condições que favorecem o envelhecimento com boa qualidade tanto através das investigações do processo de envelhecimento psicológico e os fatores que nele intervêm, seja no desenvolvimento de uma prática preventiva, desenvolvida em articulações multidisciplinares.

Nos últimos anos, têm crescido no Brasil os programas voltados para os idosos que, segundo Debert (1999), buscam a autoexpressão e a exploração de identidades que eram exclusivas da juventude, abrindo novos espaços, para que experiências inovadoras possam ser vividas coletivamente por essa população.

Essas novas oportunidades dadas à velhice vêm demonstrar que a sociedade brasileira está, hoje, mais sensível às questões do envelhecimento.

Apesar dessa visão mais abrangente e sistêmica, deverá aumentar a oferta de serviços de reabilitação cognitiva e de apoio psicológico ao idoso, “já que o avanço da velhice está associado a um risco aumentado de vulnerabilidade e disfuncionalidade” (NERI, 2004, p.72) por grande parte da sociedade e dos profissionais de saúde.

Ao mesmo tempo, “os serviços sociais, de bem estar, beleza, entretenimento, propaganda, lazer e educação necessitarão de serviços psicológicos de promoção à saúde, educação, reabilitação e planejamento ambiental”, os quais devem estar disponíveis como complemento à visão mais complexa desse “tempo” da vida (ibid., p. 72).

A atenção da psicologia se volta, então, para a prática preventiva, cujo objetivo consiste em eliminar ou diminuir o risco de alterações psicológicas e comportamentais para os indivíduos, buscando a maior integração entre eles e o ambiente em que vivem.

Durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada em São Paulo, com o tema "Compromisso com a construção do bem comum", em 2012, na Mesa intitulada “Desafios para a contribuição da Psicologia na política de assistência aos idosos”, Beltrina Côrte comentou que “as novas configurações sociais contemporâneas nas quais estamos imersos e das quais não escapamos, como as tecnologias e a longevidade, fazem parte da atual condição humana e exigem de cada um de nós posicionamentos diante de si, do outro e do mundo”.

Na ocasião, ela ressaltou que entre os desafios maiores da longevidade que a psicologia deve contemplar estão o cenário da solidão e isolamento no qual vive parte dos idosos e o suicídio. Aliás, o livro *Suicídio e alma*, do psicólogo James Hillman assinala que:

O suicídio é o problema mais alarmante da vida. Como se pode estar preparado para ele? Como se pode entendê-lo? Por que é evitado? Ele parece irremediavelmente destrutivo, deixando atrás de si culpa e vergonha e uma desalentada estupefação. (2009, p. 24)

Mas as possibilidades de atuação do profissional da psicologia devem ir além da assistência de cuidados. Acreditamos que devemos pensar em políticas relacionadas ao desenvolvimento do potencial humano e coletivo da velhice e suas contribuições à sociedade.

4. METODOLOGIA

4.1. Contexto metodológico

Visando refletir sobre a temática do envelhecimento/velhice na sociedade atual, em que concomitante ao aumento do número de idosos há necessidade de aumentar o número de profissionais engajados e aptos para atuar com essa demanda, buscamos conhecer as teorias a respeito do tema, por meio de uma pesquisa bibliográfica e as grades curriculares dos cursos de psicologia por meio do método documental.

O estudo tem como finalidade verificar como esse tema está sendo discutido e em que proporções, dentro das faculdades de psicologia de três estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, escolhidos por concentrarem o maior número de pessoas com idade média em anos maior que a do resto do país.

Para isso, foi preciso levantar e identificar o número de Instituições de Ensino Superior (IES) que disponibilizam *on-line*, especificamente no site das universidades os cursos de psicologia nos três estados escolhidos; após a identificação, o trabalho consistiu em mapear, analisar e avaliar as grades curriculares; e verificar se as disciplinas presentes nos fluxogramas curriculares abordam a temática do envelhecimento e longevidade, a fim de se contribuir para a formulação de subsídios reflexivo-críticos junto às políticas educacionais que levem em conta o aumento do número de idosos no Brasil e o tema do envelhecimento a serem abordados nesses cursos do país, trazendo assim mudanças sociais sobre o significado de velhice.

A estratégia de investigação escolhida foi a da pesquisa documental por ela possibilitar um conhecimento do passado, já que os dados documentais são capazes de oferecer conhecimento objetivo da realidade que foi escrita. As fontes documentais, segundo May (2004), tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social e cultural, permite também a obtenção de dados com menor custo de análise, além de favorecer a obtenção de informações sem constrangimento de sujeitos, pois a pesquisa não contém entrevista e nem questionários.

Considerando os objetivos deste trabalho, entendemos que a pesquisa documental – uma vez que se trata de uma forma de pesquisa cujo pesquisador utiliza documentos com a finalidade de extrair informações – nos permitiu examinar as grades curriculares dos cursos de psicologia, materiais à espera de um tratamento analítico, como afirma Helder (2006).

Esta pesquisa apresenta-se como um método de escolha e de análise de dados, possibilitando, a partir de dados passados, realizar inferências para o futuro, produzindo, assim, novos conhecimentos e novas formas de compreender os fenômenos e a forma como estes vêm se desenvolvendo. Este estudo também utilizou fontes que inclui documentos públicos, leis, registros estatísticos (IBGE) e registros institucionais (IES).

Assim, foram pesquisadas as matrizes curriculares dos cursos de graduação em psicologia de três estados com o número de pessoas com idade média em anos maior do país (32,1), segundo dados do IBGE (2010), que são: Rio Grande do Sul (34,9), Rio de Janeiro (34,5) e São Paulo (33,5).

Cabe destacar que, segundo o decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007 e pelo decreto 6.861 de 27 de maio de 2009, o Ministério da Educação dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de cursos e instituições e cursos superiores; e pela publicação da Portaria Normativa nº 40 de 12 de Dezembro de 2007, consolidada na Portaria Normativa nº 23 de 1º de Dezembro de 2010, em seu Art 32, § 1º – a Instituição deverá afixar em local visível junto à secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, informando, entre as seções, a de nº IV – Matriz Curricular do Curso; e no § 2º – a Instituição manterá em página eletrônica própria, e também na biblioteca, para consulta dos alunos e interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no § 1º.

Identificamos, em primeiro lugar, na plataforma do e-MEC, a existência de 84 cursos de Psicologia no Estado de São Paulo; 33 no estado do Rio Grande do Sul; e 23 no estado do Rio de Janeiro, totalizando 140 cursos de psicologia nesses três estados brasileiros. Desse total, esta pesquisa foi constituída por 11 cursos de psicologia, tendo como critério a inclusão das principais instituições públicas e privadas desses estados e suas respectivas instituições de ensino superior (IES).

No entanto, conforme constatado durante nossa pesquisa, nem todas as faculdades de psicologia disponibilizam via internet a grade curricular dos seus cursos, dificultando a coleta de informações.

A partir desses critérios, os 11 cursos de psicologia escolhidos (Quadro 2) foram: em São Paulo, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Campus Baixada Santista); a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); a Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e a Universidade de São Paulo (USP). No Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ); e a Universidade Estácio de Sá (Campus Copacabana). No Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Quadro 2 – Lista de universidades pesquisadas

IES	São Paulo	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul
Universidades Públicas	Unifesp (Santos) USP	UFRJ UERJ	UFRGS
Universidades Privadas	Mackenzie	Estácio de Sá	Unisinos
	PUC-SP	PUC-Rio	PUCRS

Fonte: Ednéia Salviano (2013).

Após o levantamento das instituições, verificou-se o perfil de cada curso de psicologia de maneira descritiva com base no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e à distância (2012), disponível no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),³ nos seguintes pontos: se o PPP contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social da região e do país; quais os objetivos do curso e se apresentam

3 Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf

coerência ao perfil do egresso, a estruturas curriculares e no contexto educacional; citar perfil do profissional egresso e suas competências; análise da estrutura curricular levando em conta aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, articulação de teoria e prática, disciplinas relacionadas ao envelhecimento populacional.

Depois de fazer o mapeamento e análise do perfil de cada curso de TL por região, segundo o método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977),⁴ percebeu-se em cada fluxograma curricular, um número extenso de disciplinas e cargas horárias. Como esta pesquisa prioriza investigar se o tema de envelhecimento é abordado no PPP e/ou fluxograma curricular, usou-se o critério de seleção e classificação das disciplinas relacionadas à educação em quatro blocos, cujas nomenclaturas das disciplinas eram comuns à maioria das matrizes. Com os blocos definidos se quantificou as disciplinas presentes ou ausentes na estrutura curricular dos cursos.

Após a coleta das grades curriculares, foi feito um levantamento das disciplinas que contemplavam o tema velhice/envelhecimento, psicologia do desenvolvimento ou alguma outra nomenclatura que seja convencionalizada, pelo meio acadêmico.

Foram feitos quadros descritivos das disciplinas, ano ou semestre em que são ministradas e por quantos semestres para cada curso. Posteriormente, foram realizados quadros comparativos entre eles.

4.2. Cenário demográfico dos cursos de Psicologia: RJ, SP e RS

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2011, o total da população brasileira era de 195,2 milhões de habitantes. Desse total, 23,5 milhões era composta de pessoas acima de 60 anos, representando 12,1% do total da população, a mesma porcentagem de pessoas com mais de 60 anos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, como podemos observar no Gráfico 6.

⁴Bardin (1977) assinala que a análise de conteúdo é um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.

Gráfico 6 – Número de pessoas com mais de 60 anos nos estados escolhidos

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011/IBGE

De acordo com o IBGE (2010), o número de pessoas com idade média em anos maior está nas regiões Sudeste e Sul do país, tanto na área urbana quanto na rural. No Quadro 3, constatamos que os dados relativos às regiões Sul e Sudeste, são respectivamente os seguintes: na região Sul, em 1991, a idade média em anos era de 27,7 e, em 2010, passou para 33,7, enquanto a região Sudeste era de 28,0, em 1991, passando para 33,6, em 2010. Portanto, as Regiões Sul e Sudeste se encontram acima da média do país: 1991 – 26,5 e 2010 – 32,1.

Quadro 3 – Idade média em anos, segundo as Grandes Regiões – 1991/2010.

Grandes Regiões	Idade média em anos					
	Total		Urbana		Rural	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Brasil	26,5	32,1	27,1	32,3	24,8	30,6
Norte	22,7	27,5	23,2	27,9	21,9	26,1
Nordeste	25,0	30,7	25,6	31,0	24,0	29,7
Sudeste	28,0	33,6	28,3	33,6	26,0	32,9
Sul	27,7	33,7	27,7	33,4	27,4	34,9
Centro-Oeste	25,1	31,0	25,2	30,9	24,6	31,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

No Quadro 4, observamos que o Rio Grande do Sul é o estado que apresenta o maior índice, segundo o IBGE (2010), com uma média da população de 34,9,

seguido pelo Rio de Janeiro (34,5) e São Paulo (33,5), conforme demonstra o Quadro 4.

Quadro 4 – Idade média em anos, segundo as Unidades da Federação – 1991/2010

Unidades da Federação	Idade média em anos	
	Total	
	1991	2010
Brasil	26,5	32,1
Rondônia	22,8	29,2
Acre	22,3	26,4
Amazonas	22,1	26,4
Roraima	22,7	26,3
Pará	22,8	27,6
Amapá	21,4	25,9
Tocantins	23,6	29,1
Maranhão	23,2	28,2
Piauí	24,2	30,8
Ceará	25,4	31,0
Rio Grande do Norte	25,9	31,5
Paraíba	26,2	31,9
Pernambuco	25,9	31,3
Alagoas	24,1	29,3
Sergipe	24,6	30,0
Bahia	24,7	31,1
Minas Gerais	26,9	33,2
Espírito Santo	26,1	32,4
Rio de Janeiro	29,6	34,5
São Paulo	28,1	33,5
Paraná	26,7	32,9
Santa Catarina	26,7	32,9
Rio Grande do Sul	29,1	34,9

Mato Grosso do Sul	25,5	31,3
Mato Grosso	23,9	30,1
Goiás	25,7	31,4
Distrito Federal	24,9	30,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

A região Sudeste e Sul, portanto, apresentam evolução semelhante da estrutura etária, mantendo-se como as duas regiões mais envelhecidas do país. As duas tinham, em 2010, 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais, enquanto a proporção de crianças menores de 5 anos era, respectivamente, de 6,5% e 6,4%. Nas últimas décadas, o Brasil tem registrado redução significativa na participação da população com idades até 25 anos e aumento no número de idosos. E a diferença é mais evidente se comparadas às populações de até 4 anos de idade e acima dos 65 anos, como se constata no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Pirâmide etária de SP, RJ e RS, Censo 2010.



Fonte: Censo 2010 (IBGE)

Esses dados justificam a escolha pelos estados localizados nas Regiões Sul e Sudeste e de suas faculdades de psicologia, a fim de observar se a situação curricular dos seus cursos contempla o processo de envelhecimento e velhice e, nesse sentido, se dão subsídios a seus alunos para estudarem e refletirem sobre esse contingente de idosos que está se formando.

5. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

5.1. Diretrizes nacionais

A Lei de Diretrizes Básicas, aprovada em 1996, LDBEN nº 9394/96, surge em função das transformações sociais e econômicas vividas em nosso país desde o final do século XX. Ela traz no capítulo IV, referente à Educação Superior, especificamente no artigo 53, o seguinte: “no exercício de sua autonomia, são asseguradas às Universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais e pertinentes” (LDBEN, 1996).

Em decorrência disso, as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a ter autonomia para fazer suas Propostas Curriculares, embora elas precisem estar de acordo com o que lhes é exigido e assim regulado conforme as precisões do Estado e do mercado, para que possam manter seus interesses.

A Resolução no. 5, de 15 de março de 2011, “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia”.⁵ Compete, portanto, às Instituições de Ensino Superior do País seguir os seguintes artigos:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;

II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;

III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos

⁵ Resolução CNE/CES 5/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2011 – Seção 1 – p. 19.

de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;

IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;

V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;

VII - aprimoramento e capacitação contínuos.

O artigo 4 da Resolução assinala que “A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício”. Entre as competências e habilidades gerais do exercício da profissão, destacamos:

Atenção à saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética.

O artigo seguinte, o 5, registra que a “A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes”:

I - *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;

II - *Fundamentos teórico-metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;

III - *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

IV - *Fenômenos e processos psicológicos* que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;

V - *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo

em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;

VI - *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Em relação às competências, o Art. 8 descreve que estas se reportam a desempenhos e atuações requeridas do formado em psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

I - analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;

II - analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;

III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

IV - identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;

V - escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;

VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;

VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;

VIII - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros;

IX - atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;

X - relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;

XI - atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;

XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;

XIII - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;

XIV - apresentar trabalhos e discutir ideias em público;

XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

A Resolução indica ainda em seu Art. 11 que a organização do curso de psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura. Entre elas, chamamos a atenção para:

Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas.

5.2. Panorama curricular dos cursos de Psicologia de SP, RJ e RS

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi criado um programa de educação chamado “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, visando à qualidade social da educação para todos, em prol do desenvolvimento de ações no país sobre a temática de inclusão social. Nesse contexto, Torado (2009, p. 8) cita que a educação em espaços não formais abriu caminhos para a desmistificação e a inclusão social da velhice no Brasil, visto que a educação formal nunca se importou com o crescimento do número de idosos no país. Segundo ela, a despeito do crescimento de idosos e dos marcos legais, as escolas ainda não incluíram em seus currículos, conteúdos sobre a velhice e o envelhecimento.

REGIÃO SUDESTE

A Região Sudeste é composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população entre 40 e 59 anos já representa 25,6% do total na região Sudeste e 26,2% no Sul do País.

A Região Sudeste é a região mais populosa e rica do Brasil, com 80.353.724 pessoas. De acordo com o Pnad 2011, São Paulo é o Estado com o maior número de idosos: 5,4 milhões, representando 12,9% do total dos habitantes, e o Rio de

Janeiro é a unidade da federação em que o grupo da terceira idade é mais expressivo em relação à população total – os idosos, 2,4 milhões, representam 14,9% dos residentes.

Portanto, o grande número de idosos na Região Sudeste é significativo e necessita de mudanças sociais e políticas para garantir longevidade com qualidade de vida. Vale lembrar que nas Regiões – Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste – o percentual de idosos supera o de crianças, o que nos faz indagar, se os cursos de psicologia vêm se adequando a essa nova configuração populacional.

Dessa Região, trabalhou-se, neste estudo, com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e neles, escolheu-se oito IES com curso de psicologia: quatro públicas (Unifesp, USP, UFRJ, Uerj) e quatro privadas (PUC-SP, Mackenzie, Estácio de Sá e PUCRJ).

Quadro:5 – Universidades da Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro)

IES	São Paulo	Rio de Janeiro
Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal de São Paulo - Unifesp/Campus Baixada Santista) • Universidade de São Paulo (USP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) • Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) • Universidade Estácio de Sá (Campus Copacabana)
Privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) • Universidade Presbiteriana Mackenzie 	<ul style="list-style-type: none"> • Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ)

Fonte: Ednéia Salviano (2013).

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Campus Baixada Santista)

A Unifesp, segundo informações disponíveis em seu site, teve sua origem na Escola Paulista de Medicina, fundada em 1933, federalizada, em 1956, e transformada em universidade em 1994. Após 16 anos de sua instalação e seis anos de uma importante fase de expansão, a Universidade Federal de São Paulo inicia, 2011, com seis *campi*, 52 cursos e 8 mil estudantes de graduação.

O curso de psicologia da Unifesp baixada santista foi implantado em 2006 e teve sua origem na Escola Paulista de Medicina fundada em 1933, sua Formação e qualificação de quadros profissionais voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico da região ou às demandas específicas de grupos e organizações sociais, no regime de cooperação.

Espera-se que o profissional associe seu cabedal técnico e científico uma visão crítica e reflexiva da realidade social, articulando sua atuação com o compromisso de construção de um mundo melhor. Ao lado das atividades curriculares obrigatórias, os estudantes encontram oportunidade de aprofundamento nos conhecimentos básicos de metodologia científica, atividades de extensão e prática de algumas especialidades, exercendo opcionalmente, atividades de monitoria e iniciação científica, com orientação docente.

O curso de psicologia articula saúde, clínica e intervenção como três termos indissociáveis que ela deve problematizar. É enfatizada a interação entre fenômenos biológicos, humanos e sociais, objetivando uma visão de saúde integral.

O eixo específico habilita o aluno a compreender a história e epistemologia da psicologia, ciclos de vida, psicologia social e do trabalho, psicologia institucional, teorias e práticas em psicologia, técnicas de avaliação psicológica, prevenção e promoção em psicologia e saúde, pesquisa em psicologia e saúde, ética em psicologia, estudos de grupo e técnicas psicoterápicas. O curso tem a duração de cinco anos, ocorre em tempo integral.

Tem como objetivo geral a formação de psicólogos que atuem em nossa sociedade na perspectiva da saúde e contribuam para o desenvolvimento da pesquisa e da clínica em psicologia.

O curso articula saúde, clínica e intervenção como três termos indissociáveis que a psicologia deve problematizar a partir de operadores conceituais que permitam a análise das formas instituídas e o fomento dos movimentos instituintes na base das mudanças subjetivas e sociais. Dessa forma, propõe uma articulação em equipes inter e multiprofissionais não reduzindo ao caráter remediativo e psicoterápico hegemônico no exercício profissional na área da saúde.

Trata-se de importante forma de trabalho, mas a prática clínica deve ir além, configurando atuações nos âmbitos individuais, grupais, organizacionais, institucionais, comunitários, etc. Propõe, portanto, a produção de coletivos como

primordial na formação em psicologia. Tal tarefa se faz de modo implicado quando já não se supõem a separação entre clínica, saúde e intervenção, percebendo a interação entre fenômenos biológicos, humanos e sociais, objetivando uma visão de saúde integral.

Universidade de São Paulo - USP

O curso de psicologia, segundo informações disponíveis em seu site, é oferecido pela Universidade de São Paulo desde 1958. Foi ministrado por pouco mais de uma década pela Faculdade de Filosofia, até se dar a criação, em 1970, do Instituto de Psicologia (Ipusp). A Biblioteca que serve ao curso mantém o maior e mais primoroso acervo nacional em psicologia – são mais de 24.000 volumes de livros, 4.000 teses, 300 periódicos correntes, além de modernos serviços de busca bibliográfica e serviços aos usuários.

O projeto pedagógico garante aos estudantes o contato com os principais domínios da psicologia, sempre em meio à oferta de uma grande diversidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atividades e projetos do curso, oferecido pelo Ipusp, buscam atingir as condições necessárias para a formação de psicólogos capazes de: atuar com competência destacada por meio de um exercício profissional, permeado por preceitos éticos, atitudes científicas e responsabilidade social; refletir criticamente sobre as várias formas de pensar e fazer psicologia; compreender a sua atividade como campo permanente de pesquisa e produção de conhecimento, tomando iniciativas para a atualização constante, sempre com a flexibilidade e a eficácia requeridas pela natureza do saber psicológico, bem como pelas características do contexto sociocultural e do mercado de trabalho; orientar sua prática de acordo com referenciais teóricos consistentes, repensando-os a partir de sua experiência, estabelecendo e mantendo o diálogo interdisciplinar; identificar em psicologia os diversos pressupostos epistemológicos das diversas orientações teóricas e das técnicas daí decorrentes.

Para isso, o curso busca permanentemente: fundamentar-se numa concepção que contempla a diversidade de modelos teórico-práticos que caracterizam os campos de conhecimento e de atuação em psicologia; promover contatos entre as diversas formas de pensar e fazer psicologia; garantir a especificidade do

conhecimento e da atuação em psicologia; favorecer a interdisciplinaridade, estabelecendo interfaces da psicologia com disciplinas afins/básicas; investir numa sólida formação científica, superando a dissociação entre ciência e exercício profissional. Para que isso seja possível, propõe-se:

Oferecer subsídios metodológicos para a análise do conhecimento e da investigação científica no âmbito das ciências humanas, biológicas e sociais, bem como fundamentar a utilização de técnicas e instrumentos de medida, análise e interpretação de dados.

- Proporcionar o desenvolvimento de atividades de iniciação científica nas diversas áreas da pesquisa em psicologia.
- Contemplar as demandas sociais e da comunidade na composição e orientação de programas de ensino e de estágio.
- Proporcionar experiências concretas de exercício profissional supervisionado, na forma de estágios, diversificados e devidamente regulamentados, nas principais áreas de atuação do psicólogo.
- Exigir e oferecer condições para um desempenho ético, baseado na dignidade do ser humano, no respeito mútuo, na justiça e na solidariedade.
- Proporcionar condições para que o aluno, no decorrer do curso, assuma de modo assistido e gradativo a responsabilidade por sua própria formação.

O currículo reformulado foi implementado a partir de 2004, quando então se efetivaram os esforços no processo de seu acompanhamento avaliativo e nos cuidados requeridos permanentemente na implementação deste, como qualquer outro, grande projeto

O Ipusp oferece o curso de Psicologia, em período integral, com duração mínima de 10 semestres, abrindo-se 70 vagas anuais para candidatos selecionados pelo vestibular. A formação de psicólogos é acompanhada pelas habilitações bacharelado e licenciatura em psicologia.

O curso, oferecido pelo Ipusp, possui caráter interdepartamental e interunidades, pois a sua constituição conta com a efetiva participação dos quatro departamentos do Instituto, bem como de departamentos de outras unidades da USP, na oferta de disciplinas obrigatórias e optativas do currículo. Em particular, a habilitação licenciatura em psicologia é oferecida conjuntamente com a Faculdade de Educação.

No que diz respeito às diferentes habilitações, a integração se dá por meio de suas disciplinas e atividades acadêmicas comuns. A formação do bacharel em psicologia, no currículo vigente, cumpre-se com as disciplinas obrigatórias cursadas até o 8º semestre. No currículo reformulado, essa habilitação irá requerer, além do cumprimento de disciplinas obrigatórias, a realização de atividades de pesquisa científica. A formação do licenciado em psicologia, em ambos os currículos, dá-se pelo cumprimento dos requisitos constantes da estrutura curricular da licenciatura, oferecida pela Faculdade de Educação da USP.

O curso de Psicologia é formado por pelo menos 06 disciplinas obrigatórias (Introdução à Antropologia, Introdução à Sociologia, Introdução à Probabilidade e Estatística I, Introdução à Probabilidade e Estatística II, Biologia Sistema Nervoso: Fisiologia, Morfologia e Farmacologia) sob responsabilidade de quatro diferentes unidades (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Biociências, Instituto de Ciências Biológicas).

No Ipusp, as disciplinas são: Psicologia do Desenvolvimento ; Personalidade e Ajustamento ; Psicologia Aplicada à Nutrição, Psicologia do Desenvolvimento I; Psicologia do Desenvolvimento II; Psicologia do Ajustamento; Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia do Ajustamento; Psicologia Aplicada à Odontologia; Psicologia do Excepcional; Desenvolvimento Psicomotor; Introdução à Psicologia; Fundamentos da Psicologia; Psicologia Social e do Trabalho; Introdução à Psicologia; Liderança e Comportamento; Psicologia Social.

No curso de Psicologia, ingressam anualmente 70 estudantes por meio do vestibular da Fuvest. Em números absolutos, passou-se de 390 a 445 alunos nesse período. Está em estudo, junto ao CTA do Instituto de Psicologia, um projeto para o aumento, em curto prazo, do número de vagas. A relação entre o número de candidatos inscritos no vestibular Fuvest para o curso de psicologia e o número de vagas existentes (70) se mantém relativamente estável nos últimos quatro anos é em torno de 31. Em 1999, em particular, a relação candidato-vaga na carreira foi próxima a 25 do curso de graduação, de 70 para 80 vagas.

O projeto pedagógico do curso de psicologia contempla mecanismos de avaliação e atualização permanentes, visando, com isso, à manutenção constante do projeto no que este representa a dinâmica da formação do estudante de

psicologia. Em sua estrutura curricular, o aluno deve cumprir 40% dos créditos-aula em disciplinas optativas, colocando-o em contato com a flexibilidade e atualidade características dessa modalidade de disciplinas.

A Comissão de Graduação do Ipusp busca apoiar ações que visem ao fomento de intercâmbios de seus alunos de graduação com a comunidade externa, seja no âmbito acadêmico quanto profissional. Nesse sentido, adota políticas de valorização de estágios externos à USP, por meio de convênios com órgãos públicos e privados, de modo a propiciar condições de contato dos alunos com os campos de atuação do psicólogo, integrando conhecimentos e habilidades adquiridas no curso. Em outro contexto, busca valorizar intercâmbios de estudantes de graduação com instituições de ensino de outros países. Atualmente, isso se dá por meio do recebimento de estudantes que cursam algumas disciplinas ou mesmo o curso completo em nosso Instituto, ou por alunos isolados do curso que exercem atividades acadêmicas em instituições do exterior.

São metas do Instituto de Psicologia no que diz respeito a sua graduação:

- Aprimorar permanentemente as condições de ensino que venham a formar psicólogos com sólida formação e qualificação, conforme a perspectiva do Projeto Pedagógico do curso:
- Implementar a reforma curricular;
- Estabelecer e consolidar a sistemática de avaliação e aprimoramento permanentes do Projeto Pedagógico do curso;
- Fortalecer a formação científica dos estudantes, concretizando possibilidades de iniciação científica e participação em eventos científicos;
- Reformular o programa de estágios no curso de Psicologia, imprimindo, nos mesmos, características integradoras, multidisciplinares, de estreito contato com a comunidade, de amplas opções no que diz respeito a campos de atuação tradicionais e inovadores na Psicologia;
- Ampliar e fortalecer atividades de caráter multidisciplinar;
- Ampliar o rol de disciplinas que abranjam campos emergentes da psicologia;
- Fortalecer atividades de extensão junto à comunidade;
- Fortalecer a criação e atualização de laboratórios didáticos;
- Incentivar a produção de materiais didáticos.

- Incentivar o intercâmbio de alunos de graduação com instituições nacionais e estrangeiras.

O Ipusp, por meio de seus departamentos, oferece várias políticas de assistência e prestação de serviços à comunidade. Através desses serviços, dá-se parte preponderante da formação profissional de nossos alunos, que se engajam em atividades práticas e estágios supervisionados. São contemplados vários tipos de atendimento, incluindo parcerias com outras instituições como: escolas, hospitais e empresas. Os departamentos, através dos seus laboratórios, oferecem serviços de pesquisa e atuação tanto na área clínica quanto na área educacional, sempre com o intuito de promover e divulgar novos conhecimentos e tipos de intervenções terapêuticas visando ao bem-estar da população em geral.

Dentro da política de inclusão social, são oferecidos atendimentos a populações carentes, ou que apresentam algum estigma de doença ou sofrimento mental, intelectual ou físico (deficiências), visando à reintegração física, social e psíquica dos indivíduos.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

A PUC-SP, segundo informações disponíveis em seu site, é uma universidade privada, comunitária, sem personalidade jurídica própria, mantida pela Fundação São Paulo, fundada em 1946. O curso de psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, implantado em 1963, atende as demandas efetivas de natureza econômica e social da região e do país. O curso tem entre seus objetivos, a formação de profissionais que atuem na sociedade na perspectiva da promoção de saúde e contribuam para o desenvolvimento dessa área científica. No nível de suas possibilidades de aplicação prática deve prover uma formação abrangente que garanta um aprendizado da psicologia em ampla gama de teorias, temáticas, técnicas, formas e campos de atuação, e propiciar o diálogo com outras áreas da ciência, permitindo uma visão da psicologia como uma das perspectivas sobre o fenômeno humano e instrumentalizando para a prática interdisciplinar.

O curso mantém a perspectiva de uma formação generalista, a saber, a organização do currículo em torno da interação teoria e prática; a formação interdisciplinar, implicando situar a psicologia no conjunto de conhecimentos sobre o homem, compreendendo-a em sua intersecção com diferentes ciências; a formação que garante a integração de novas áreas de intervenção, a partir de exigências da realidade social e dos avanços da produção de conhecimento.

São enfatizados também como referências importantes: a busca da promoção de saúde; a busca do compromisso com a transformação da realidade; a busca da postura científica que encara o conhecimento sempre em transformação e que caminha avaliando, revendo e reformulando a teoria para ampliar sua compreensão da realidade; o trabalho com a diversidade de perspectivas teóricas e práticas em psicologia, que busca aprofundamento e complexidade e que inclui a relação necessária com outras ciências e outros profissionais.

O curso é composto de 10 períodos letivos, com um total de 4119 horas (1.704 h de disciplinas teóricas, 1069 h de disciplinas teórico-prática 1; 525 h de teórico-prática 2; 172 h de práticas (incluindo a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso); 427 h estágio supervisionado; 222 h estágio em campo, perfazendo um total de 4658 h para conclusão do curso. É composto pelo núcleo comum, desenvolvido até o 8º período, que inclui disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas e estágios básicos nos 5º, 6º, 7º e 8º períodos. Nos 9º e 10º períodos acontecem as ênfases curriculares, com os respectivos estágios específicos.

Todas as atividades pedagógicas, em suas diferentes modalidades (disciplinas teóricas, disciplinas teórico-práticas, estágios básicos, estágios específicos, oficinas) atendem aos eixos estruturantes, que são: a) fundamentos epistemológicos e históricos; b) fundamentos teórico-metodológicos; c) procedimentos para investigação científica e prática profissional; d) fenômenos e processos psicológicos; e) interfaces e campos afins do conhecimento; e f) práticas profissionais.

Nos 7º e 8º períodos, os núcleos, ainda fazendo parte do conjunto de disciplinas e modalidades pedagógicas que garantem a formação básica do psicólogo, serão obrigatórios e girarão em torno de três grandes áreas, representativas da atuação do psicólogo na atualidade: saúde; educação e formação; trabalho e produção.

Quanto ao perfil do profissional egresso do curso, o Projeto Pedagógico assinala que a formação em psicologia na PUC-SP, considerando as dimensões ética, científica e política, tem a meta de formar o psicólogo com capacidade de exercer a atividade profissional, o ensino e a pesquisa em psicologia. Destaca-se no perfil do egresso, entre outras competências, as seguintes: discernir demandas e necessidades psicológicas no conjunto complexo do fenômeno humano no contexto histórico e social, articulando sua avaliação e intervenção com a de outros profissionais; e prestar serviços que considerem o conhecimento psicológico atualizado, mas também a possibilidade de criação de novos fazeres, com o compromisso de trabalhar pela saúde individual e coletiva.

Universidade Presbiteriana Mackenzie

A Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) , segundo informações disponíveis em seu site, é uma instituição privada, sem fins lucrativos, com sua mantenedora o Instituto Presbiteriano Mackenzie, uma associação civil de finalidade educacional e filantrópica.

Essa universidade teve origem na experiência escolar norte-americana que se estabeleceu em São Paulo. Em 1896, começou a funcionar sua Escola de Engenharia, ainda vinculada ao Mackenzie College da Universidade do Estado de Nova York, situação que permaneceu até 1927. Em 1952, foi reconhecida pelo Estado brasileiro como a Universidade Mackenzie, contando então com a Escola de Engenharia e as Faculdades de Arquitetura, a de Filosofia, Ciências e Letras e a de Economia.

O curso de psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie foi criado em 1989, com início da primeira turma em 1990, obteve reconhecimento pelo MEC no ano de 1993 e tornou-se Unidade Universitária em 1998. Desde agosto de 2006, integra o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Seu projeto pedagógico, norteado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, objetiva o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão de psicólogo. A matriz curricular inclui disciplinas e conteúdos articulados em eixos, que visam oferecer conhecimentos sobre:

- pressupostos e fundamentos que incorporam interfaces da psicologia com outras áreas do conhecimento e traçam os alicerces históricos e epistemológicos desta ciência;
- bases teórico-conceituais, que inserem os conceitos introdutórios específicos das principais linhas da psicologia;
- fundamentos teórico-metodológicos que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível e uma visão abrangente dos métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em psicologia;
- bases teórico-instrumentais, que aprofundam os níveis conceituais e preparam para a articulação entre teoria e prática;
- prática profissional através de estágios supervisionados nas diferentes áreas contempladas no Curso.

O Curso é composto por disciplinas teóricas, teórico-práticas e práticas e por estágios curriculares básicos e específicos, e inclui duas ênfases de aprofundamento: a ênfase em *psicologia e processos clínicos* e a ênfase em *psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde coletiva*.

A estrutura física para o desenvolvimento do processo de aprendizagem inclui biotério, laboratórios de anatomia e fisiologia, de análise experimental do comportamento e de neurociências do comportamento, e salas próprias para aprendizagem da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica. Inclui também salas de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e espaço destinado ao Laboratório de Estudos da Violência e ao Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo informações disponíveis em seu site, foi criada pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. A Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, que a reorganizou, mudou sua denominação para Universidade do Brasil. A atual identidade lhe foi conferida pela Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965. Em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro se constituiu pela reunião da Faculdade de

Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito, sendo esta o resultado da união das duas faculdades livres que existiam.

As novas diretrizes curriculares apontam, de forma indiscutível, para uma estrutura de formação acadêmica que prepare o psicólogo para atuar consistentemente com a demanda da comunidade ao qual está inserido. Essa transformação, consolidada pela experiência de inúmeros pesquisadores e psicólogos que atuam em diversos dispositivos de diferentes realidades brasileiras, impõe um projeto de ensino superior orientado para oferecer uma formação que produza um profissional com real qualificação, com aptidões para atuar de forma abrangente, efetiva, contemplando dimensões éticas, políticas e sociais.

Os problemas de nossa sociedade não podem estar isolados da formação, mas inseridos nos conteúdos teóricos, desenvolvendo profissionais críticos, ativos e conscientes de suas responsabilidades com a comunidade que o cerca. Nesse aspecto, o estágio se coloca como atividade integrada a esta tarefa crítica, promovendo uma visão dos diversos campos de atuação do psicólogo e sua intervenção sobre as variadas demandas sociais. Nesse caso, ele estaria estruturado sobre o desenvolvimento de duas competências, descritas nas diretrizes curriculares para o curso de psicologia (2004a, artigo 9º, a e b);

Fundado nas diretrizes e objetivos, acima expostos, o projeto pedagógico do IP/UFRJ se empenha na formação de um profissional de psicologia cujo perfil profissional se constitua no entrecruzamento de criticidade, competência e compromisso ético e social.

O traço crítico diz respeito tanto a uma posição em face da sociedade brasileira quanto diante dos desafios profissionais. No primeiro caso, trata-se de formar um profissional com a mais clara consciência das singularidades da nossa sociedade, notadamente na atuação e transformação de nossas práticas profissionais. No segundo caso, trata-se de formar um profissional capaz de identificar alternativas, avaliar prioridades e apreciar as implicações das soluções escolhidas – um psicólogo apto a compreender o sentido da sua intervenção profissional.

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

A história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, segundo informações disponíveis em seu site, começa em 1950, com a fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF). Ao longo dessas décadas, a Uerj cresceu e firmou-se como uma das principais universidades do país. Sua importância no espaço acadêmico brasileiro pode ser atestada pela qualidade da formação superior que oferece, pelo valor da sua produção científica, pelas centenas de projetos de extensão em desenvolvimento, pela promoção da cultura e pelos inúmeros serviços prestados à população.

Sua preocupação com o atendimento ao público e o aprimoramento constante de seus serviços fez com que a universidade fosse pioneira na criação de uma Ouvidoria própria: foi a primeira universidade pública do Estado do Rio de Janeiro a criar essa instância de exercício da cidadania. Instituição pública, sua missão se baseia em princípios de igualdade e pluralidade: também foi precursora na implantação do sistema de reserva de vagas para ingresso via vestibular.

O curso de psicologia da Uerj foi criado em 1964, dois anos após ter sido regulamentada a profissão de psicólogo (através da Lei nº 4.119 de 27/08/62). Nessa época, o curso se encontrava vinculado ao Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação, que por sua vez integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, o curso foi transferido para o Instituto de Biologia, onde permaneceu até 1971.

Mas foi só no ano de 1986, com a Resolução nº 531 do Conselho Universitário, que o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Comunicação foram desmembrados.

Hoje, o instituto possui uma estrutura administrativa e pedagógica que é constituída pelo Conselho Departamental, Direção Geral, Vice-Direção, Coordenação de Graduação, Secretaria de Graduação, Secretaria de Serviço de Psicologia Aplicada, Secretaria de Publicações, Secretaria da Pós-graduação em Psicologia Social e da Pós-graduação em Psicanálise. Possui três departamentos: o de Fundamentos em Psicologia, o de Psicologia Social e Institucional e o de Psicologia Clínica. Possui ainda as coordenações das pós-graduações *latu sensu* de Psicologia Social e Psicanálise; e as coordenações *strictu sensu* de Psicologia

Jurídica, de Psicanálise e Saúde Mental, de Psicopedagogia e de Psicologia Clínico-Institucional: modalidade Residência Hospitalar.

A missão do Instituto de Psicologia consiste em aplicar, produzir, difundir ideias e conhecimentos e abrir espaços na sociedade para o desenvolvimento profissional de psicólogos e pesquisadores do I.P da UERJ. Esse Instituto está comprometido com a formação profissional de alta qualificação, não restringindo em qualquer etapa do processo de formação, a ética e a responsabilidade social frente ao desenvolvimento dos conhecimentos de psicologia na esfera nacional e internacional.

O Instituto de Psicologia, oferece as habilitações de bacharel em psicologia e formação do psicólogo e, em parceria com a faculdade de educação, a licenciatura em psicologia.

Possui três departamentos: o de fundamentos em Psicologia, o de Psicologia Social e Institucional e o de Psicologia Clínica, todos eles com seus respectivos chefes e subchefes.

O curso de psicologia da UERJ tem uma carga horária de 4.160 horas, assim distribuídas, 1620 horas de disciplinas do núcleo básico, 840 horas por ênfase, 720 horas de disciplinas eletivas, 180 de monografia, 600 horas de estágio e 200 horas de atividades complementares, mínimo de 10 períodos e máximo de 16 períodos, com três ênfases: “Cognição e Personalidade”, “Psicologia e Saúde” e “Psicologia Social e Institucional”.

A formação do psicólogo se volta para além da composição e das investigações pertinentes a esse campo, já tradicionalmente reconhecido, e contempla a reflexão sobre a sociedade e os sujeitos contemporâneos, que se observam nas transformações aceleradas e geradoras de conflitos na modernidade.

Universidade Estácio de Sá

Estudado o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – para o período de 2008 a 2012, assentado no binômio: Qualidade e Inclusão Social.

Visa educar, incluindo a formação de cidadãos capazes de assumir, com competência, o compromisso profissional vinculado ao curso escolhido. No que tange à inclusão social, ressalta o propósito de democratizar os processos de

escolarização, incluindo os sociais com menores possibilidades de acesso aos cursos superiores, configurando a dimensão de responsabilidade social.

A Universidade Estácio de Sá, segundo informações disponíveis em seu site, originou-se de uma instituição que ministrava cursos livres, no final dos anos 1960. Em 1970, a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – Seses – sem fins lucrativos, estabeleceu-se como mantenedora da Faculdade de Direito. Em 1988, a Estácio de Sá foi reconhecida como universidade.

Sua filosofia é voltada para a qualidade de ensino, a profissionalização, a prestação de serviços à comunidade e o desenvolvimento de pesquisa.

O Programa de Treinamento Profissional – PTP – é calcado nos quatro pilares da Unesco, para a nova educação:

- Aprender a ser – desenvolvimento pessoal
- Aprender a conviver – desenvolvimento social
- Aprender a fazer – competência produtiva
- Aprender a conhecer – competência cognitiva.

O Programa destinado a oferecer, organizar, divulgar e implementar atividades complementares tem como objetivo promover a autoria dos conceitos acadêmicos com as nuances do mercado de trabalho contemporâneo: o trabalho voluntário.

A Universidade Estácio de Sá está presente no estado do Rio de Janeiro em vários *campi*, abrangendo as necessidades locais, oferecendo seus cursos e serviços, com infraestrutura física e logística compatível com a qualidade aferida pelos órgãos governamentais. As faculdades de psicologia se localizam em Campos dos Goyatacazes, com aulas no período da manhã e da noite, com 727 alunos; Ilha do Governador, funcionando manhã e noite, com 222 alunos; em Méier, funcionando manhã, tarde e noite, com 504 alunos; em Niterói, funcionando manhã, tarde e noite, com 644 alunos; em Norte Shopping, manhã e noite com 93 alunos, em Nova Friburgo, funcionando pela manhã e noite, com 328 alunos; em R9 – Taquara, funcionando manhã e noite com 501 alunos; em Rebouças funcionando manhã e noite com 495 alunos; em Resende, funcionando manhã e a noite com 233 alunos; e em Santa Cruz funcionando à noite com 277 alunos.

O Projeto Pedagógico Institucional tem como uma de suas metas viabilizar uma proposta educacional dinâmica e capaz de gerar novas ideias, formando indivíduos que possam contribuir para a construção de uma nova realidade.

A Universidade Estácio de Sá compreende a necessidade de promover a participação dos indivíduos como sujeitos da sociedade, da cultura e da história, priorizando a autonomia, a problematização e a conscientização.

Os cursos de graduação proporcionam:

- uma educação de natureza reflexiva e crítica, formadora do cidadão empreendedor consciente e integrado a sua realidade histórico-social;
- uma sólida formação técnica como preparação para a prática, condição fundamental para a compreensão do mundo físico e social;
- a valorização do pensamento científico e técnico nos estudos e trabalhos que desenvolvem;
- uma aprendizagem comprometida com o processo de emancipação e de auto realização do aluno, por meio de uma metodologia ativa, de caráter crítico-reflexivo.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) , segundo informações disponíveis em seu site, é uma instituição de direito privado que se rege por seu Estatuto e Regimento e pela legislação em vigor. Dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão, é uma universidade particular, confessional e comunitária. Baseado nos estatutos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Marco Referencial, expõe a missão que traça os rumos da universidade e também os compromissos que devem reger o comportamento de cada um dos que integram a comunidade universitária.

Segundo o Marco Referencial, em sua missão, a PUC-RIO prima pela produção e transmissão do saber, baseando-se no respeito aos valores humanos e na ética cristã, visando, acima de tudo, ao benefício da sociedade. A universidade afirma o primado da pessoa sobre as coisas, do espírito sobre a matéria e da ética sobre a técnica, de modo que a ciência e a técnica estejam a serviço da pessoa humana.

A PUC-RIO busca a excelência na pesquisa, no ensino e na extensão para a formação de profissionais competentes, inseridos na realidade brasileira e formados para colaborar, por meio dos conhecimentos adquiridos, para a construção de um mundo melhor, de acordo com as exigências da justiça e do amor cristão.

A universidade também se compromete com a verdade, o pluralismo cultural, o diálogo, a simplicidade no agir, a primazia do bem comum sobre os interesses individuais e o desenvolvimento do espírito de solidariedade.

Em todas as suas atividades, a PUC-RIO almeja colaborar na construção de uma sociedade baseada no respeito e na promoção de todos, de modo especial dos mais pobres e marginalizados, levando em conta os desafios que lhes são lançados pela situação social, política e cultural do Brasil e do mundo. Para tanto, constitui-se espaço para diálogo interdisciplinar e lugar privilegiado para a interrogação sobre o sentido da ciência e da vida.

Tal como disposto em seu Estatuto, a Sociedade Civil “Faculdades Católicas”, associação sem fins lucrativos de fins filantrópicos, tem por objetivo manter e administrar a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), zelando pela observância das finalidades e pela orientação da universidade.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi a primeira universidade, no país, a oferecer, a partir de 1953, o curso de formação de psicólogos, e também o primeiro curso de mestrado em psicologia, em 1966. Atualmente, o Departamento de Psicologia conta com um curso de graduação em psicologia e com um programa de pós-graduação que oferece os cursos de mestrado e doutorado em psicologia clínica, de especialização e de Extensão.

O curso de graduação oferece duas habilitações: formação de psicólogo e bacharelado. O novo currículo da graduação, implementado em 1999, possibilita ao aluno participar ativamente na sua formação acadêmica através da inserção nos núcleos temáticos que mais lhe interessem. Para incentivar o aluno de graduação à pesquisa, busca-se uma integração entre graduação e pós-graduação e a inserção dos alunos em grupos de pesquisa, visando-se, assim, formar profissionais capazes de avaliar criticamente seu campo de atuação e produzir novos conhecimentos, a partir de uma prática voltada para a realidade brasileira.

O currículo de formação de psicólogo da PUC-RIO se propõe a desenvolver um profissional que domine os conhecimentos psicológicos e os utilize nos vários

contextos de sua inserção. Deve, portanto, ser capaz de desenvolver procedimentos de avaliação, análise, prevenção e intervenção, mantendo o posicionamento crítico que enfatize a questão da cidadania e contemple a maioria da população. Assim, o psicólogo deve ser capaz de atuar profissionalmente, seja em nível individual, grupal, de comunidades ou instituições e de atuar em conjunto com profissionais de outras áreas de conhecimento, sempre que a correta atuação profissional ensejar. No aprofundamento da interrelação teoria e prática, deve de também ser capaz de associar a prática profissional à produção de conhecimento.

O currículo do curso de psicologia se organiza em torno de conjuntos de disciplinas com objetivos específicos comuns, e variados graus de interdependência mútua, agrupados da seguinte forma: Núcleo Central, Núcleo Complementar, Núcleo de Eletivas Livres, Núcleo Básico do CTCH, Núcleo de Formação Geral Religiosa.

Habilitação: Formação de Psicólogo

Título Conferido: Psicólogo

Prazo proposto pela Universidade: Formação de Psicólogo: 5 anos letivos

REGIÃO SUL

A Região Sul é composta por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, os idosos representam 14,7% do total dos residentes. Neste estudo trabalhamos apenas com as IES do estado do Rio Grande do Sul, a saber, uma pública (UFRGS) e duas privadas (Unisinos e PUCRS).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, o Rio Grande do Sul é um estado com baixa população de crianças, muitos idosos e viúvos.

Quadro 6 – Universidades da Região Sul (Rio Grande do Sul)

IES	Rio Grande do Sul
Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) • Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Fonte: Ednéia Salviano (2013).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

No relatório de 2007, o Instituto de Psicologia da Universidade, em nível de graduação abriga os cursos de psicologia e de licenciatura. Possui ainda, em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado em Psicologia e mestrado em Psicologia Social e Institucional.

As diretrizes básicas do Instituto de Psicologia, no período de 2007 a 2009 podem ser resumidas nas metas abaixo relacionadas e se fundamentam no trinômio básico que define a missão da Universidade e do Instituto de Psicologia: a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Meta 1 – Incentivo às atividades de Ensino: manter e ampliar a oferta de um ensino de qualidade a todos os cursos;

Meta 2 – Apoio às atividades de Pesquisa: apoiar institucionalmente os grupos de pesquisa e os pesquisadores no sentido de aportar infraestrutura necessária ao desenvolvimento de projetos aprovados pela Instituição. Manter o Comitê de Ética na Pesquisa.

Meta 3 – Manutenção e avaliação do relacionamento do Instituto de Psicologia com a Comunidade: tem como meta a divulgação sistemática de atividades relacionadas à comunidade, o apoio a sua implementação e a avaliação de seus resultados. O Instituto possui a Clínica de Atendimento Psicológico (Clinicap), e outros serviços permanentemente abertos à comunidade: Serviço de Orientação Profissional (SOP) e a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UNATI);

Meta 4 – Relacionamento interno da comunidade do Instituto: manutenção e aprimoramento dos canais de comunicação internos, melhora das condições de trabalho e da interatividade e reciprocidade nos modos de trabalhar;

Meta 5 – qualificação da infraestrutura do Instituto: aprimorar e ampliar as condições de infraestrutura e de segurança do Instituto;

Meta 6 – aprimoramento da Biblioteca do Instituto de psicologia: manter e ampliar o acervo, mobiliário e equipamentos de biblioteca.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), segundo informações disponíveis em seu site, é uma instituição de ensino superior privada jesuíta localizada na cidade brasileira de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Mantida pela Associação Antônio Vieira, vinculada à Companhia de Jesus, a Unisinos integra uma rede de 200 instituições de ensino superior jesuítas, com 2,2 milhões de alunos no mundo todo.

De acordo com a classificação do Índice Geral de Cursos de 2010, organizada pelo Ministério da Educação (MEC) A Unisinos está entre as quatro melhores universidades particulares do país.

O *campus* principal da Unisinos fica na cidade de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, importante polo econômico da região do Vale do Rio dos Sinos, distante 25 minutos da capital gaúcha, Porto Alegre. Dispõe de 90,55 hectares e 142km² de área de preservação ecológica, sendo, por isso, considerada a maior universidade em área do Estado. Além disso, o campus possui mais de 400 salas de aula, 150 laboratórios modernos e uma das maiores bibliotecas universitárias da América Latina.

Concentra mais de 31 mil estudantes em 57 cursos de graduação, 25 programas de pós-graduação (mestrados e doutorados) recomendados pelo Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), além de especializações, MBAs e cursos de formação específica. Atualmente, possui cerca de 240 pesquisas em andamento. Tem em sua base mais de 2000 funcionários e docentes – dos quais 86% são mestres, doutores e pós-doutores, porcentagem superior à média brasileira.

Em 2010, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos anunciou seus planos de expansão rumo à capital. Uma parceria com o Colégio Anchieta, tradicional escola jesuíta da capital, permite que sejam agregados ao novo campus cinco cursos tecnológicos e quatro bacharelados de graduação: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Jogos Digitais, Segurança da Informação, Logística, Gestão de Recursos Humanos, Administração: Gestão para Inovação e Liderança, Nutrição, Enfermagem e Ciências Contábeis. Além disso, Design, Design de Moda, Relações Internacionais, Jornalismo e Administração estão em vias de aprovação.

A **faculdade de Psicologia** da Unisinos prepara o aluno para atuar em diferentes campos profissionais e para os desafios das transformações contemporâneas. A **graduação em psicologia** é dividida em duas ênfases: Clínica Contemporânea e Práticas Sociais e Institucionais. Durante o bacharelado, estuda-se os **fenômenos psíquicos**, de forma articulada com as dimensões históricas, sociais, políticas e econômicas.

- **Bacharelado:** Cinco anos de duração (Diurno e Noturno)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Segundo informações disponíveis em seu site, entidade privada sem fins lucrativos mantém vínculo jurídico com sua mantenedora, a União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA, entidade jurídica de direito privado.

É uma instituição confessional católica e comunitária, tendo como Chanceler o Arcebispo de Porto Alegre. O título de Pontifícia, outorgado pelo Papa Pio XII, em 1º de novembro de 1950, significa a marca de união e de filial devotamento à Santa Sé.

Constitui-se fisicamente pelo Campus, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e por outras duas unidades, uma no município de Uruguaiana, no interior do Estado, e outra em Viamão, na Região Metropolitana.

O curso de psicologia da PUCRS foi o primeiro curso criado na Região Sul do Brasil, iniciando suas atividades em 30 de junho de 1953. Sem dúvida, representa um marco inicial e referencial para a profissão e para os psicólogos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Mantendo a tradição de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, o curso de graduação em psicologia da PUCRS demonstrou uma vez mais seu espírito pioneiro quando, atendendo necessidades da comunidade acadêmica, foi a primeira Faculdade a implantar, em Porto Alegre, uma turma no turno da noite, a partir de 1/2006.

Dessa maneira, aliando tradição e inovação, a Faculdade de Psicologia – Fapsi se caracteriza por oferecer um ensino de qualidade e por formar profissionais críticos e comprometidos com a construção psíquica do indivíduo. O curso tem duração de 5 anos igual a 10 semestres e as aulas se desenvolvem nos turnos tarde/noite.

O projeto pedagógico assinala que as disciplinas permitem uma formação generalista capacitando o aluno para desempenhar atividades profissionais no âmbito da Clínica e Saúde, Educação, Trabalho, Justiça, Comunidade, Esportes, entre outras.

Desde o início do curso o estudante é inserido em práticas interdisciplinares, estágios supervisionados, disciplinas eletivas, atividades complementares e atividades de iniciação científica. Os alunos desenvolvem atividades acadêmicas no laboratório de informática e no laboratório de processos psicológicos.

A Faculdade de Psicologia conta com o Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia – Sapp –, oferecendo campo de estágio e prática disciplinar tanto para o curso de graduação quanto para o de pós-graduação. O Sapp também oferece a atividade de Orientação Profissional Individual ou em Grupo. Além disso, a Faculdade tem como campo de intervenção o Hospital São Lucas da PUCRS, o Centro de Extensão Universitária Vila Nossa Senhora de Fátima (CEVNSF) e várias outras instituições (públicas e privadas) conveniadas.

6. O LUGAR DO ENVELHECIMENTO NAS EMENTAS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA - REGIÃO SUDESTE E SUL

6.1. São Paulo

Quadro 7 – Disciplinas que abordam o envelhecimento – São Paulo

Estado	Universidade	Disciplina	Semestre	Ementa
SP	UNIFESP (Santos)	Psicologia do Desenvolvimento Humano II	6°	Levar os alunos a analisarem os processos de desenvolvimento a partir de uma perspectiva de ciclo vital e suas características na vida adulta e no envelhecimento, considerando os aspectos históricos e socioculturais. Objetivos Específicos: - Conhecerem a concepção de ciclo vital nas fases da vida adulta e no envelhecimento; - Conhecerem as crises psicossociais no decorrer do ciclo vital nas fases da vida adulta e no envelhecimento.
	USP (São Paulo)	Psicologia do Desenvolvimento	4°	Não Consta
		Psicologia da Morte	5°	O aluno deverá ser capaz de: - sensibilizar-se e escutar os processos internos perante a morte, o luto, comportamentos autodestrutivos e à própria morte. - conhecer algumas abordagens teóricas envolvendo o conceito de morte: psicanalítica, analítica e fenomenológica. Favorecer a reflexão sobre a ação psicológica em relação a pessoas vivendo situações de perda e de morte.

	Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo)	Psicologia do Desenvolvimento do Adulto	5°.	A disciplina apresenta as principais contribuições teóricas da psicanálise e das principais correntes da psicologia concernente aos processos psíquicos envolvidos na idade adulta e velhice.
	PUC-SP (São Paulo)	Psicologia do Desenvolvimento II e III	4° e 5°	Não Consta
		Psicologia e Envelhecimento (optativa)	8°	Estudos científicos referentes ao envelhecimento da população brasileira: Mitos sobre a longevidade. Sociedade, Cultura e Velhice.

Fonte: Ednéia Salviano (2013).

Analisando o quadro acima, podemos observar que a disciplina Psicologia do Desenvolvimento é dada em um ou dois semestres nos cursos analisados, não obedecendo, contudo, a mesma série em que é ministrada, variando do 4° ao 6° semestre. Das quatro universidades pesquisadas de São Paulo, via internet, apenas a PUC não apresenta a grade curricular com seus objetivos.

Na **Unifesp**, a disciplina “Psicologia do Desenvolvimento Humano II: Adulto e Idoso” apresenta como objetivo geral: levar os alunos a analisarem os processos de desenvolvimento a partir de uma perspectiva de ciclo vital e suas características na vida adulta e no envelhecimento, considerando os aspectos históricos e socioculturais; e conhecer a concepção de ciclo vital nas fases da vida adulta e no envelhecimento e as crises psicossociais no decorrer do ciclo vital nas fases da vida adulta e no envelhecimento.

Na USP, a disciplina “Psicologia do Desenvolvimento Humano” não consta ementa na internet, mas consta a disciplina “Psicologia da Morte” como optativa livre contendo em seu conteúdo programático os seguintes temas: a visão social e histórica das atitudes frente à morte, a discussão sobre o trabalho de Philippe Ariès, a história da morte no Ocidente, a visão oriental sobre a morte, a morte no processo do desenvolvimento humano, percepção da morte em crianças, adolescentes, adultos e idosos, espaço para comunicação sobre a morte nas instituições de saúde e educação.

Algumas abordagens teóricas e a questão da morte: psicanálise, abordagem junguiana e abordagem fenomenológico-existencial, perdas, separação, morte, o luto como processo de elaboração das perdas, suicídio e comportamentos autodestrutivos, adoecimento e aproximação da morte. pacientes terminais uma revisão do conceito, o processo de hospitalização, o trabalho psicológico com pessoas gravemente enfermas e seus familiares, trabalho do psicólogo com pessoas vivendo processos de morte, a bioética nos processos de vida e morte: morrer com dignidade, eutanásia, suicídio assistido, distanásia.

No **Mackenzie**, a disciplina “Psicologia do Desenvolvimento do Adulto”, dada no 5º semestre, visa conhecer os princípios gerais do desenvolvimento humano do adulto e do idoso, segundo as principais correntes da psicologia; identificar as características de natureza física, cognitiva, emocional e social de cada uma dessas etapas do ciclo vital; e analisar a morte como uma das etapas do desenvolvimento humano.

O conteúdo programático dessa disciplina contempla questões ligadas ao envelhecimento, tais como a) desenvolvimento da velhice: abordando o envelhecimento e suas formas; a aposentadoria, doença e morte; psicanálise e envelhecimento: a representação inconsciente da morte; e b) perspectiva da morte em que aborda: morte no processo de desenvolvimento humano; significado e preparação: os cinco estágios de Kluber-Ross; a nona idade de Erikson.

A **PUC-SP** apresenta a disciplina “Psicologia do Desenvolvimento II e III”, ministrada no 4º e 5º semestre, mas a ementa não está disponibilizada na internet. Também apresenta a matéria “Psicologia e Envelhecimento”, optativa, com a seguinte ementa: Estudos científicos referentes ao envelhecimento da população brasileira: Mitos sobre a longevidade. Sociedade, Cultura e Velhice.

6.2. Rio de Janeiro

Quadro 8 – Disciplinas que abordam o envelhecimento – Rio de Janeiro

Estado	Universidade	Disciplina	Semestre	Ementa
RJ	UFRJ (Rio de Janeiro)	Psicologia do Desenvolvimento II	6°	Desenvolvimento Infantil
	UERJ (Rio de Janeiro)	Psicogerontologia	-	O conteúdo poderá variar de semestre para semestre conforme as opções de cursos oferecidas pelos professores deste Instituto.
		Psicologia do Desenvolvimento IV	-	A maturidade no Desenvolvimento Humano. Aspectos psicológicos da vida adulta. Teorias do Desenvolvimento Adulto. Desenvolvimento das Relações Afetivas e Sociais Adultas. Autoconceito e papéis na vida adulta. A velhice como estágio do desenvolvimento normal do ser humano. Cultura, personalidade e desenvolvimento. Teorias Psicológicas da velhice.
		Terceira Idade: Identidade e Sociedade	6°	A gerontologia e suas afinidades com outros campos do saber. Os aspectos biopsicossociais do envelhecimento e da velhice. A psicoterapia com pacientes idosos e sua especificidade. Finitude e morte.
	Estácio (Rio de Janeiro)	Psicologia do Desenvolvimento II e III	4° e 5°.	<ul style="list-style-type: none"> • Não Consta.
	PUC-Rio (Rio de Janeiro)	Psicologia do Desenvolvimento	3°	Análise do ciclo vital como diferenciação progressiva da vida humana. Concepções de desenvolvimento e aspectos metodológicos. Práticas institucionais e desenvolvimento humano. Prática supervisionada de observação de campo. Questões éticas.

Fonte: Ednéia Salviano (2013).

Encontramos, no Rio de Janeiro, uma grande disparidade em termos de temas relacionados ao envelhecimento nas ementas dos cursos analisados.

Na **UFRJ**, a disciplina “Psicologia do Desenvolvimento II”, expressa claramente apenas, temas referentes a crianças e adolescentes.

Já a **Uerj** tem em sua grade curricular três disciplinas que tratam da temática. A primeira delas é a matéria “Psicogerontologia”, a qual registra que pretende dar ao aluno uma visão do que seja Gerontologia e, mais especificamente, a Psicogerontologia como área de atuação do psicólogo; levar os alunos a refletirem sobre os aspectos biopsicossociais que envolvem o processo de envelhecimento; e introduzir os alunos nas técnicas psicoterápicas mais aplicadas aos idosos.

No conteúdo programático dessa matéria, incluída na disciplina de Tópicos Especiais em Psicologia XX – Psicogerontologia foram destacados seis tópicos de estudo. O primeiro deles trata da delimitação de campos em relação à Geriatria, Gerontologia e Psicogerontologia como áreas de saber. O segundo tópico se refere aos aspectos psicológicos do envelhecimento, abordando preconceitos e estereótipos, e sexualidade e velhice. O terceiro tópico reflete sobre as principais teorias do envelhecimento (sociais e psicológicas).

Os aspectos socioculturais do envelhecimento é tema do quarto tópico, no qual os alunos estudam as perdas, aquisições e troca de papéis; o trabalho e aposentadoria; e as relações Intergeracionais. No quinto tópico, é visto os aspectos existenciais do envelhecimento, como a solidão e depressão; e a morte, o morrer e o luto. No último tópico, o sexto, os alunos refletem sobre as abordagens psicoterápicas na velhice: tratamento individual, a família do idoso e a psicoterapia, e a terapia de apoio ao idoso institucionalizado.

A segunda disciplina que aborda o envelhecimento, “Psicologia do Desenvolvimento IV”, tem como objetivos levar o aluno a conhecer os principais aspectos psicossociais da idade adulta e da velhice, bem como a uma visão do ciclo de vida em perspectiva. O conteúdo programático contempla dois tópicos gerais. No primeiro deles os alunos estudam a maturidade no desenvolvimento humano: o conceito de maturidade; caracterização do estágio; aspectos psicológicos da vida adulta, como as mudanças de papéis e o autoconceito de identidade; e climatério, significado biológico e social, características psicológicas, e aspectos psicopatológicos.

Na terceira disciplina, intitulado “Velhice e Desenvolvimento”, os alunos refletem sobre a velhice como estágio do desenvolvimento; a cultura, personalidade e envelhecimento; o velho na história e na cultura; as implicações sociais e culturais, como os estereótipos e preconceitos; além dos fatores biológicos e intrapsíquicos do envelhecimento. O último tema estudado neste tópico trata das principais teorias psicológicas da velhice.

A **Estácio de Sá** apresenta a matéria “Psicologia do desenvolvimento II e III” ministrada no 4º e 5º semestre, mas não disponibiliza via internet sua ementa.

A **PUC-RIO** contempla em sua grade curricular a matéria “Psicologia do Desenvolvimento”, ministrada no 3º semestre, em que se analisa o ciclo vital como diferenciação progressiva da vida humana. Concepções de desenvolvimento e aspectos metodológicos. Práticas institucionais e desenvolvimento humano. Prática supervisionada de observação de campo. Questões éticas.

6.3. Rio Grande do Sul

Quadro 9 – Disciplinas que abordam o envelhecimento – Rio Grande do Sul

Estado	Universidade	Disciplina	Semestre	Ementa
RS	UFRGS (Porto Alegre)	Introdução às Questões do envelhecimento	8º	Busca-se entender o processo histórico da construção social da velhice.
	UNISINOS (Vale dos Sinos)	Psicologia do Envelhecimento Humano	7º	Analisar conceitos, teorias e desenvolvimentos das diferentes concepções teóricas sobre a velhice. Lidar com as controvérsias científicas, identificando redes de grupos de trabalho e de pesquisa em psicologia do envelhecimento humano, em nível local e global. Propor e desenvolver ações (transdisciplinares), comunicando-se com especialistas de outros campos e trabalhando em rede. Acompanhar e assessorar pessoas que

				cuidam de idosos. Capacidade de reflexão sobre o processo pessoal de envelhecimento associado à atuação profissional, numa atitude crítica e ética e política.
		Psicologia do Adulto	8º	Analisar conceitos, teorias e evolução da Psicologia do Adulto. Compreender os processos de saúde e adoecimento. Reconhecer e identificar as principais psicopatologias. Reconhecer a necessidade de intervenção, indicando alternativas de tratamento. Problematizar os valores em torno dos conhecimentos e das possibilidades de intervenção. Questionar e debater conceitos e teorias relativos ao estudo da Psicologia do Adulto, mantendo uma atitude crítica. Relacionar teorias do desenvolvimento, contexto social e experiências concretas.
	PUC-RS (Porto Alegre)	Ciclo Vital e Psicanálise	1º	O indivíduo do nascimento ao final da vida: fecundação, gestação, infância, puberdade, adolescência, idade adulta e morte. A vida amorosa, a laborativa e a do lazer. Aspectos abordados sob a ótica do referencial psicanalítico.
		Psicologia do Desenvolvimento	1º	Ciclo vital do ser humano. Características e transformações desde a fecundação até a morte. Ênfase nas implicações psíquicas, biológicas, sociais e culturais.

Fonte: Ednéia Salviano (2013).

No Rio Grande do Sul, a **UFRGS** tem em sua grade curricular uma disciplina intitulada “Introdução às Questões do envelhecimento”, ministrada no 8º semestre em que são estudadas as principais teorias sobre o envelhecimento, bem como alternativas para a construção de políticas sociais públicas para responder às novas questões que estão sendo colocadas, incluindo a institucionalização do idoso.

Unisinos apresenta a disciplina “Psicologia do Envelhecimento Humano” em sua grade, a qual é ministrada no 7º semestre que analisa conceitos, teorias e relações interpessoais no desenvolvimento das diferentes concepções sobre a velhice, características biológicas, sociais, culturais e espirituais do envelhecimento e suas implicações psicológicas, velhice na realidade regional e brasileira, velhice na contemporaneidade, saúde do velho: promoção da saúde e envelhecimento bem-sucedido. Principais patologias e psicopatologias da velhice. Intervenções psicológicas: individuais e grupais.

Outra disciplina registrada é a “Psicologia do Adulto”, ministrada no 8º semestre, e em seu conteúdo programático são apresentados os seguintes temas: inserção do adolescente no mundo adulto, compreensão do desenvolvimento psicológico do adulto numa perspectiva integral, diferentes etapas e características da vida do adulto: jovem, intermediário, tardio. A morte. Temas contemporâneos do contexto brasileiro, relativos ao adulto, psicopatologia do adulto, possibilidades de intervenção.

Já a **PUC-RS** tem registrado em sua grade curricular a disciplina “Ciclo Vital e Psicanálise”, ministrada no primeiro semestre. A ementa apresenta os temas que são tratados, abordados sob a ótica do referencial psicanalítico, a saber: o indivíduo do nascimento ao final da vida: fecundação, gestação, infância, puberdade, adolescência, idade adulta e morte; além da vida amorosa, a laborativa e a do lazer.

Outra disciplina registrada que trata do envelhecimento é “Psicologia do Desenvolvimento”, ministrada no primeiro semestre, a qual aborda o ciclo vital do ser humano; características e transformações desde a fecundação até a morte; com ênfase nas implicações psíquicas, biológicas, sociais e culturais.

Dos 11 cursos de psicologia das Regiões Sudeste e Sul do país analisados neste estudo, a USP não disponibiliza a ementa da disciplina Psicologia do Desenvolvimento, a PUC-SP, na disciplina Psicologia do Desenvolvimento, e a UNISINOS que não consta nenhuma ementa, o que dificultou o trabalho do

pesquisador como também a consulta dos próprios alunos e da população em geral. As instituições que abrigam os cursos analisados estão, assim, descumprindo determinações do Ministério da Educação com base na Portaria Normativa Nº 40, citada anteriormente.

Cinco IES abordam e citam a temática do envelhecimento, principalmente nas disciplinas Psicologia do Desenvolvimento do Adulto. A UERJ, além de abordar a temática na disciplina Psicologia do Desenvolvimento IV, contempla diretamente o tema através das disciplinas Psicogerontologia e Terceira Idade: Identidade e Sociedade.

A PUC-SP disponibilizou via internet apenas a ementa de uma disciplina optativa – Psicologia e Envelhecimento – que aborda diretamente essa questão.

A USP apresenta em sua grade a disciplina Psicologia da Morte, tema que se completa no estudo do envelhecimento.

A UFRGS e a Unisinos, apesar de não disponibilizarem ementas, têm em suas grades curriculares duas disciplinas que abordam o envelhecimento em seus títulos, são elas: Introdução às questões do envelhecimento e Psicologia do envelhecimento humano, respectivamente.

Por fim, a PUC-RS, que disponibiliza sua ementa, expressa tratar do envelhecimento na disciplina Ciclo Vital e psicanálise.

Ante o crescimento do número de pessoas acima de 60 anos e os desafios que a longevidade vem impondo à sociedade contemporânea, acreditamos que as IES precisam urgentemente incluir a temática do envelhecimento mais diretamente em seus cursos de psicologia, assim como o faz a Uerj e não apenas na disciplina Psicologia do Desenvolvimento, cuja temática da velhice é muito pouco trabalhada. A educação sobre o envelhecimento, por ser uma realidade latente nas regiões estudadas, é inclusive promovida pela Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94, art.10 § 3, c), como abordado anteriormente.

Lembramos que à área de educação, compete, entre outros itens:

- inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;

- desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso.
- Contudo, observamos que essas competências, às vezes, não são seguidas, mantendo-se uma grande defasagem entre a teoria e a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional é uma realidade brasileira, especialmente nas Regiões Sudeste e Sul, estudados nesta pesquisa, e exigem que desafios sejam enfrentados de maneira multiprofissional, em especial pela psicologia, demandando atenção em suas diversas dimensões, que contemplam aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais, entre outros, além da prevenção e promoção da saúde.

Ante a constatação de que existem poucos psicólogos qualificados para atender essa nova demanda, faz-se necessário formar estudantes dos cursos de graduação em psicologia, que possam ser inseridos no mercado de trabalho com competência, como reza as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos. Nelas, recomenda-se a explicitação e o detalhamento às ênfases curriculares adotadas pelas IES, como a psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades, para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas.

Assim, para que os profissionais que trabalham na área do envelhecimento, incluindo o psicólogo, possam ser capazes de prestar serviço de qualidade e pertinentes, é necessário que sejam capacitados para entenderem os limites e as peculiaridades decorrentes do processo de envelhecimento e que possam incluir e reconhecer também as modificações psicológicas, emocionais e sociais do idoso na velhice; conhecimentos próprios da gerontologia, geriatria e psicologia do desenvolvimento.

Contudo, identifica-se que os aspectos referentes ao envelhecimento humano, ainda se constituem em um tema com abordagem mínima nos currículos dos cursos de graduação em psicologia.

A inclusão de conteúdos relativos ao envelhecimento humano, especialmente na psicologia, incluída na área de saúde, irá colaborar na qualificação desses profissionais para além de simples capacitação, como também promover maior percepção e conhecimento de seu próprio processo de envelhecimento.

Como citado por Joan Erikson (p. 27), somente ao atingir seu período máximo do envelhecimento, na quarta idade, é que se pode compreender com mais propriedade a perspectiva do sujeito em sua singularidade. A partir da aprendizagem em lidar com suas próprias fraquezas e dificuldades no adoecer, amadurecer e envelhecer o profissional que trabalha com o idoso poderá levar novidades no tratamento e nos desafios dessa fase.

Neste estudo, verificou-se que, mesmo nas universidades que continham em sua grade curricular disciplinas voltadas para o tema: processo de envelhecimento e/ou velhice, faz-se necessário ampliar as discussões para sua implementação e inserção.

Uma disciplina que pensamos ser primordial para a formação de psicólogos em geral, seria a que abordasse a última fase do ciclo vital da família: a Fase Última, que é especificamente a etapa que o idoso da terceira e quarta idade se encontram e que só foi encontrada em uma universidade.

A função social da universidade é muito importante e sua preocupação com o homem e o ambiente em que vive faz parte de seu compromisso com os problemas da sociedade e do mundo e sua contribuição para a comunidade enquanto agente de transformação, sendo um espaço de reflexão e de promoção de responsabilidade social.

É necessário registrar a dificuldade encontrada durante a pesquisa, em relação à visibilidade das ementas, que deveriam constar nos sites das IES, indo até contra a disposição de lei que obriga essa transparência. Parece que as IES escondem suas ementas com medo que sejam copiadas pelas concorrentes.

Esse fato nos levou também a total falta de parâmetros para a compreensão e a apresentação do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) usado pelas IES's, para nortear sua política de trabalho. Esta foi outra dificuldade encontrada durante a pesquisa, pois a apresentação dos dados ficou um pouco desigual, não conseguindo fazê-la de maneira mais didática e organizada.

Em relação às disciplinas existentes nos cursos pesquisados, identificou-se uma variabilidade de denominações, o que nos leva a suspeitar da falta de critérios e de conteúdos realmente essenciais para uma aprendizagem inovadora, relacionada à velhice e ao processo de envelhecimento. Fica também a questão

sobre a orientação que o próprio MEC encaminha para as IES's. Será que não há uma orientação consensual sobre o nome da disciplina e o que deve ser ministrado? Sabemos que as instituições de ensino superior têm autonomia para incluir em suas ementas o que desejam, mas pelo menos o essencial para a disciplina não deveria ser administrado pelo MEC?

De certo modo, há um consenso de que a velhice, sob a perspectiva atual, engloba o processo de se desenvolver, numa busca de equilíbrio entre perdas e ganhos, sendo a velhice o momento de “se buscar competências” para um equilíbrio, apesar de dificultado por perdas como as limitações físicas ou de saúde. Assim, as disciplinas versam para essa abordagem, considerando os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.

Porém, necessita-se trabalhar no sentido de desmistificar atitudes e pensamentos que persistem na transmissão dos valores na sociedade referentes a esse tópico. São eles: redução do envelhecimento ao processo orgânico; consideração do processo de envelhecer como decadência; e interpretação da velhice como problema.

A universidade pode colaborar para mudar essa maneira de encarar e se relacionar com o assunto, principalmente, se durante a formação, o psicólogo especificamente em sua graduação possa ter disciplinas que o instrumentalize a lidar sem preconceitos e estereótipos com essa população.

As disciplinas que envolvem a família, como referência importante para o conhecimento dessa temática, não aparecem na grade curricular da graduação, sendo que nos cursos de pós-graduação em gerontologia e psicogerontologia são timidamente citados, mostrando a força da passagem geracional desses mitos e a fragilidade em conseguir quebrá-los.

A fim de se promover mudanças culturais quanto à velhice, envelhecimento e longevidade, como também formar recursos humanos com competência para lidar com a população idosa no país, sugere-se a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação do Envelhecimento e Longevidade Humana nas grades curriculares dos cursos de psicologia, como as já existentes atualmente: Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004) (Anexo B), e as

Políticas de Educação Ambiental (Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto No 4.281 de 25 de junho de 2002) (Anexo C).

Nosso objetivo, de delinear a situação da temática envelhecimento/velhice nas grades dos cursos de psicologia foi parcialmente atingido, vistas as dificuldades expostas acima. Contudo fica aberta a possibilidade de novas pesquisas, em que as grades de outras instituições dos estados pesquisados possam ser conhecidas e comparadas, além de ampliar em nível nacional.

Espera-se também que o acesso às grades seja facilitado, especialmente pelo cumprimento do decreto 6.861 de 27 de maio de 2009, já citado anteriormente, e que norteou a ideia desta pesquisa documental, em que o Ministério da Educação dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de cursos e instituições e cursos superiores, e afirma em seu § 2º, que a Instituição manterá em página eletrônica própria, e também na biblioteca, para consulta dos alunos e interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações de seus cursos e disciplinas ministradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. O. *A trama da vida: maturidade e gênero*. São Paulo. Humanidades, 1999, pp. 120-131.

ALVES, L. C.; LEITE, I. C.; MACHADO, C. J. Perfis de saúde dos idosos no Brasil: análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2003 utilizando o método grade of membership. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, mar./2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2008000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 19 fev. 2013.

ARAÚJO, L. F. de; LUCENA E CARVALHO, V. A. M. Aspectos Sócio-históricos e Psicológicos da Velhice. *Mneme - revista de humanidades*, v. 06, n. 13, dez./2004-jan./2005. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acessado em 17 fev. 2013.

ARGAS, H. S. *Psicologia do Envelhecimento*. São Paulo: Fundo Editorial, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERAPIA FAMILIAR (ABRATEF). *VIII Congresso Brasileiro de Terapia Familiar*. Gramado: ABRATEF, 2008.

AURÉLIO B. H. F. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

AZEVEDO, A. L. *Velhice e seus processos sócio-históricos*. Lisboa: Argumento, 2001

BALTES P. B.; BALTES M. M. *Successful Aging: Perspectives from the Behavioral Sciences*. New York: Cambridge University Press, 1990.

BALTES, P. B.; BALTES, M. M. (orgs.). *The psychology of Control and aging*. Hillsdale: Erlbaum, 1986.

BALTES, P. B.; SMITH, J. Novas fronteiras para o futuro do envelhecimento: da velhice bem sucedida do idoso jovem aos dilemas da Quarta Idade. **A terceira Idade**, São Paulo, v. 17, n. 36, 2002 pp. 7-31.

BATESON, G. *Pasos hacia una ecología de la mente*. 2.ed. Buenos Aires: Lolhé, 1976.

BATISTONI, S. S. T. Contribuições da Psicologia do Envelhecimento para as práticas clínicas com idosos. *Psicologia em Pesquisa*, UFJF, v. 3, n. 02, jul-dez/2009.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERGER, L. "Contexto dos cuidados gerontológicos". In: BERGER, L; MAILLOUX-POIRIER, L. (Org.). *Pessoas idosas: uma abordagem geral*. Lisboa: Lusodidacta, 1995, pp. 1-9.

BERTALANFFY, L. V. *Teoria general de los sistemas. Fundamentos, desarrollo, aplicaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BIAGGIO, A. *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRANDÃO, J. S. *Dicionário Mítico – Etimológico da Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1991, vol. I.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 1 948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1948.htm>. Acessado em 16 jun. 2011.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acessado em 19 fev 2013.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1994/8842.htm>>. Acessado em 19 fev. 2013.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009. *Síntese de Indicadores 2007*. Brasília, 2007.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009. *Síntese de Indicadores 2009*. Brasília, 2009.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009. *Síntese de Indicadores 2011*. Brasília, 2011.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011*. IBGE, 2011.

CACHIONI, M. Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidades da Terceira Idade. *Revista Kairós Gerontologia*, Unicamp, v. 14, n. 2, jun/2011, pp. 119-141.

CALDAS, C. P. "O desenvolvimento histórico e teórico da gerontologia". In: VERAS, R.; LOURENÇO, R. *Formação humana em geriatria e gerontologia: Uma perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro, UnATI; 2006. p.26-30.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro. In: A. A. Camarano (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio Janeiro: IPEA, 2004.

CARIDADE, A. Longevidade e gerotranscendência. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/artigos/artigo789.htm>>. Acessado em 15 fev. 2013.

CARTER, B. E; MCGOLDRICK, M. E. *As mudanças no ciclo de vida familiar, uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. O. *A Família como Modelo – desconstruindo a patologia*. Campinas: Editorial Psy II, 1994.

CERVENY, C. M. O., BERTHOUD, C .M. E. *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O., BERTHOUD, C. M. E. *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 5, de 15 de março de 2011. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia, 2011.

CÔRTE, B. Biotecnologia e Longevidade: o envelhecimento como um problema solucionável? In: CÔRTE, B., MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (orgs.). *Velhice Envelhecimento Complex (idade)*. São Paulo: Vetor, 2005.

DEBERT, G. G. A construção e a reconstrução da Velhice – família classe social e etnicidade. In: NERI, L. A.; DEBERT, G. G. (orgs.). *Velhice e Sociedade*. Papirus, Campinas, 1999.

ERIKSON, E. H. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ERIKSON, J. M. “Gerotranscendência”. In: ERIKSON, E. H. (org.). *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artmed, 1998. pp. 103-108.

FALCÃO, D. V. S. *Doença de Alzheimer: Um estudo sobre o papel das filhas cuidadoras e suas relações familiares*. Tese de Doutorado em Enfermagem. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006 pp. 22-26.

FALCÃO, D. V. S., Dias, C. M. S. B., BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; SALOMÃO, N. M. R. “As relações familiares entre as gerações: possibilidades e desafios”. In: FALCÃO, D. V. S.; DIAS, C. M. S. B. (orgs.). *Maturidade e velhice: pesquisas e intervenções psicológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 59-80.

FALCÃO, D. V. S.; BAPTISTA, M. N. Avaliação Psicológica de Famílias com Idosos. In: FALCÃO, D. V. S. (org.). *A Família e o Idoso: Desafios da contemporaneidade*. Campinas: Papirus, 2010 (Coleção Vivacidade).

FÉRES-CARNEIRO, T.; PNCIANO, E. L. T.; MAGALHÃES, A. S. Família e casal: da tradição à modernidade. In: CERVENY, C. M. de O. (org.). *Família em movimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FERNANDES, F. *As pessoas idosas na legislação brasileira: direito e gerontologia*. São Paulo: LTr, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLEURY, M. L. *Família e Dependência Química: uma relação delicada*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

GADOTTI, M. *A Educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

GOHN, M. G. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época).

GOLDENBERG, M. *Corpo Envelhecimento e Felicidade*. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 2011.

GOLDMAN, C. *Abertura em Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008.

GOLDSTEIN, L. L. A Pesquisa Gerontológica no Brasil. *Especiaria – Revista da UESC*, ano IV, n. 7, jan.-jun./2001.

HELDER, R. R. *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HILLMAN, J. *Suicídio e alma*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

IBGE. *Censo 2000*. Disponível em: <www.tabnet.datasus.gov.br>. Acessado em: 19 fev 2013.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 19 fev 2013.

IBGE. *Projeção da População do Brasil: 1980-2050*. Brasil, IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/default.shtm>. Acessado em 16 fev 2013.

IBGE. XII Censo Demográfico (2010). Brasil: IBGE, 2010.

JORDÃO NETTO, A. *Universidade Aberta para a Maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social*. Disponível em: <http://www.redadultosmaiores.com.ar/buscador/files/DESAR004.pdf> acessado em 22 jan 2013.

LIMA, A. M. M. Graduação em Gerontologia: da inovação pedagógica à formação da identidade profissional do gerontólogo. *Revista Kairós*, caderno temático – graduação em gerontologia: desafios e perspectivas, São Paulo, v. 4, 2009, pp. 19-31.

LIMA, A. P.; VIEGAS, S. M. A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice. *Psicologia – revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, Lisboa, v. 6, 1988.

MACEDO, R. M. S. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? *Cadernos de Pesquisa*, n. 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1994.

MANNHEIM, K. O problema das gerações. In: MANNHEIM, K. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Res Editora, 1982.

MARQUES, A. M. Reflexões sobre o envelhecer nas três últimas décadas do século XX. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, 2009.

MAY, T. *Pesquisa Social: Questões, métodos e processos*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, M. R. S. S. B. et. al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paul Enferm*, n. 18, v. 4, 2005.

MINAYO, M. C. S. *Visão Antropológica do Envelhecimento Humano. Velhices: Reflexões Contemporâneas*. São Paulo: SESC-PUCSP; 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa n. 40, de dezembro de 2007. DOU n° 239, de 13-12-2007, Seção 1, pp. 39-43.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Estatuto do Idoso*. Brasília: Ministério da Saúde; 2003, pp. 17.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a

MINUCHIN, S. *Família, Funcionamento e Tratamento*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed; 1982.

MORIN, E. *Os Meus Demônios*. Tradução de Fernando Martinho, Portugal: Publicações Europa-América, 1995.

MOSQUERA, J. *Vida adulta: personalidade e desenvolvimento*. Porto Alegre: Sulina; 1978.

MOTA, M. E. Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas em Psicologia*, UFJF, MG: 2005 vol. 13 nº 2, pp. 105-111.

NERI, A. L. Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*. Passo Fundo, 69-80 – jan./jun. 2004.

NERI, A. L. *Palavras-chave em gerontologia*. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2008;

NERI, A. L. *Psicologia do Envelhecimento: temas selecionados na perspectiva de curso de vida*. Campinas: Papyrus, 1995.

NERI, A. L. *Qualidade de vida no adulto maduro: Qualidade de Vida e Idade Madura*. Campinas: Papyrus, 1993.

NERI, A. L., YASSUDA, M. S. (orgs.). *Velhice bem sucedida*. Campinas: Papyrus, 2004.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (orgs.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. *E por falar em boa velhice*. Campinas: Papyrus, 2000.

NERI, A. L. (org.). *Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papyrus, 2001.

NETTO, A. J. *Educação Permanente e a Estrutura Curricular da Universidade Aberta à Maturidade da PUC/SP (2006)*. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/pforum/ect3.htm>>. Acessado em 15 fev 2013.

NETTO, A. J. *Gerontologia Básica*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997

OLIVEIRA, M, K. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, pp. 211-229, maio/ago. 2004.

PALACIOS, J. Introdução à psicologia evolutiva: história, conceitos básicos e metodologia. In: COLL, C.; PALACIOS, J; MARCHESI, A.(orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAPALÉO NETTO, M.; PONTE, J. R. Envelhecimento: Desafio na Transição do Século. *Gerontologia*, São Paulo, Atheneu, 1996.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. *Desenvolvimento Humano*. Tradução de Daniel Bueno. 7ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PAPP, P. *O Processo de Mudança: uma abordagem prática à terapia sistêmica da família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PEIXOTO, C. E. “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade”. In: Barros, M. L. de (org.). *Velhice ou Terceira Idade?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-17.

PEIXOTO, C. E. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: _____(org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2528%20aprova%20a%20politica%20nacional%20de%20saude%20da%20pessoa%20idosa.pdf>>. Acessado em: 19 fev 2013.

QUETELET, A. *A Treatise on Man and the Development of his Faculties*. Edinburgh: William and Robert Chambers, 1835.

RODRIGUES, A. *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes 1999.

RODRIGUES, R. A .P. et al. Política nacional de atenção ao idoso e a contribuição da enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, sept. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300021&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 19 fev 2013.

SALGADO, M. A. *Velhice, uma nova questão social*. 2. ed. São Paulo: SESC-CETI. 1982.

SALVIANO, E. *O impacto do empobrecimento na velhice*. Dissertação de mestrado em Gerontologia. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. SEADS - SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Políticas públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2009.

SCHHELP, D. A ditadura dos jovens. *Veja*, São Paulo, Ed. 1876, ano 37, n. 33, p. 11-15, ago. 2004.

SENNA, D .M., ANTUNES, E. H. “Abordagem da família (a criança, o adolescente, o adulto e o idoso no contexto da família)”. In: Ministério da Saúde (BR). *Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Manual de condutas médicas*. São Paulo: IDS; 2002, pp. 4-6

SESC. *Documento Institucional do SESC. Trabalho Social com Idosos*. São Paulo: SESC, 1999.

SILVA, J. L., ALVES, L. F., COELHO, M. R. M. “A Família em Fase Última”. In: CERVENY, E; BERTHOLD, C. M. E. *Família e Ciclo Vital – Nossa Realidade em Pesquisa*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997

SIQUEIRA, M. E. C. “Teorias sociológicas do envelhecimento”. In: NERI, A. L. (org.). *Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papiros, 2001.

THOMPSON, P. *A voz do passado – História oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TODARO, M. A. *Vovô vai à escola: a velhice como tema transversal no ensino fundamental*. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

UNITED NATIONS. *World Population Ageing*. New York: Department of Economic and Social Affairs – Population Division, 2009.

VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papiros 2002.

VÉRAS, M. P. B. “Prefácio”. In: SESC. *Velhices: reflexões contemporâneas*. São Paulo: SESPUCSP, 2006.

VERAS, R. P. “O Brasil envelhecido e o preconceito social”. In: VERAS, R. P. *Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará:UNATI/Uerj; 1999, pp. 35-50.

SITES:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.planejamento.unifesp.br/arquivos/pdi-2011-2015>>. Acessado em: 22 jan 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.usp.br/gvr/pdf/PDI-VIIEncontro.pdf>>. Acessado em: 22 jan 2013.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/portal/principal.php>>. Acessado em: 22 jan 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www3.pucsp.br/psicologia>>. Acessado em: 22 jan 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www1.ufrgs.br/Graduacao/xInformacoesAcademicas/cursos.php>>. Acessado em: 22 jan 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.uerj.br/>>. Acessado em: 22 Jan. 2013.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/3872810/pdi_2008-2012_unesa.pdf>. Acessado em: 22 jan 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em:
<<http://www.puc-rio.br/cpa/docs/PDIpublico.pdf>>. Acessado em: 22 jan 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:
<<http://www1.ufrgs.br/Graduacao/xInformacoesAcademicas/cursos.php>>. Acessado em: 22 jan 2013.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:
<<http://www.pucrs.br/fapsi/curriculocurso.htm>>. Acessado em 22 jan 2013.

UNIVERSIDADE RIO DOS SINOS. Disponível em:
<<http://www.unisinos.br/graduacao/>>. Acessado em: 22 jan 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Diretrizes curriculares do curso de psicologia

ANEXO B – Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africanas

ANEXO C – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002

ANEXO D – Grade Curricular Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

ANEXO E – Grade Curricular Universidade São Paulo (USP)

ANEXO F – Grade Curricular Universidade Presbiteriana Mackenzie

ANEXO G – Grade Curricular Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

ANEXO H – Grade Curricular Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

ANEXO I – Grade Curricular Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

ANEXO J – Grade Curricular Universidade Estácio de Sá

ANEXO K – Grade Curricular Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio)

ANEXO L – Grade Curricular Universidade Federal Rio Grande Sul (UFRS)

ANEXO M – Grade Curricular Pontifícia Católica Rio Grande do Sul (PUCRS)

ANEXO N – Grade Curricular Universidade Rio dos Sinos (Unisinos)

ANEXO A – Diretrizes curriculares do curso de psicologia**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO No 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011⁽¹⁾**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9o, § 2o, alínea “c”, da Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 62 e 65 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Resoluções CNE/CP nos 1, de 18 de fevereiro de 2002, e 2, de 19 de fevereiro de 2002, e na Resolução CNE/CES no 8, de 7 de maio de 2004, com fundamento nos Pareceres CNE/CES nos 1.314/2001, 72/2002, e 62/2004, e no Parecer CNE/CES no 338/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 7 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1o A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2o As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3o O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;

II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;

III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;

IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;

V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;

VII - aprimoramento e capacitação contínuos.

(*) Resolução CNE/CES 5/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2011 – Seção 1 – p. 19. Art. 4º A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - *Atenção à saúde*: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

II - *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;

IV - *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;

V - *Administração e gerenciamento*: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

VI - *Educação permanente*: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos,

habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

I - *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;

II - *Fundamentos teórico-metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;

III - *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

IV - *Fenômenos e processos psicológicos* que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;

V - *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;

VI - *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 6o A identidade do curso de Psicologia no País é conferida através de um *núcleo comum* de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos.

Art. 7o O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8o As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

I - analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;

- II - analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;
- IV - identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;
- V - escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;
- VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
- VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- VIII - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros;
- IX - atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- X - relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
- XI - atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;
- XIII - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
- XIV - apresentar trabalhos e discutir ideias em público;
- XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

Art. 9o As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

- I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;

III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;

IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;

V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;

VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;

VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em *ênfases curriculares*, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Art. 11. A organização do curso de Psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura.

§ 1o A definição das ênfases curriculares, no projeto do curso, envolverá um subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e/ou potenciais, e com a vocação e as condições da instituição.

§ 2o A partir das competências e habilidades definidas, o projeto de curso deverá especificar conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

§ 3o A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem a possibilidade de escolha por parte do aluno.

§ 4o O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no País podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que, no projeto de curso, as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo.

§ 1o O subconjunto de competências definido como escopo de cada ênfase deverá ser

suficientemente abrangente para não configurar uma especialização em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. São possibilidades de ênfases, entre outras, para o curso de Psicologia:

a) *Psicologia e processos de investigação científica*, que consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas;

b) *Psicologia e processos educativos*, que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas;

c) *Psicologia e processos de gestão*, que abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições;

d) *Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde*, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas;

e) *Psicologia e processos clínicos*, que envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos;

f) *Psicologia e processos de avaliação diagnóstica*, que implica a concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

§ 2o As definições gerais das ênfases propostas no projeto de curso devem ser acompanhadas pelo detalhamento das competências e pelo conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento pelo formando.

§ 3o As ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas.

Art. 13. A Formação de Professores de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no País.

§ 1o O projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:

- a) complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;
- b) possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;
- c) formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

§ 2o A proposta complementar para a Formação de Professores de Psicologia deve assegurar que o curso articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais*, que prepara o formando para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;
- b) *Psicologia e Instituições Educacionais*, que prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições, em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político-pedagógicos autônomos e emancipatórios;
- c) *Filosofia, Psicologia e Educação*, que proporciona ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;

d) *Disciplinaridade e interdisciplinaridade*, que possibilita ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada.

§ 3o A Formação de Professores de Psicologia deve oferecer conteúdos que:

- a) destaquem e promovam uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;
- b) articulem e utilizem conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor;
- c) considerem as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;
- d) promovam o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;
- e) estimulem a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

§ 4o Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino.

§ 5o A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

§ 6o A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

- a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas; b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

§ 7o As atividades referentes à Formação de Professores, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização.

§ 8o Os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar

terão apostilada, em seus diplomas do curso de Psicologia, a licenciatura.

Art. 14. A organização do curso de Psicologia deve, de forma articulada, garantir o desenvolvimento das competências do núcleo comum, seguido das competências das partes diversificadas – ênfases – sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação.

Art. 15. O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo comum e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso.

Art. 16. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de autoavaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 17. As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 18. Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 19. O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

I - aulas, conferências e palestras; II - exercícios em laboratórios de Psicologia; III - observação e descrição do comportamento em diferentes contextos; IV - projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso; V - práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios,

como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas; VI - consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de

fontes relevantes; VII - aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos;

VIII - visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;

IX - projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;

X - práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em

situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 20. Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis – básico e específico – cada um com sua carga horária própria.

§ 1o O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

§ 2o Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3o Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso.

Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que essas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 25. O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 26. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES no 8, de 7 de maio de 2004, e demais disposições em contrário.

PAULO SPELLER

ANEXO B – Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africanas

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. (*)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei no 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. § 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que

garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos

institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5o Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5o, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7o Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8o Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 9o Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roberto Cláudio Frota Bezerra Presidente do Conselho Nacional de Educação

(*) CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

ANEXO C – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002**Decreto No 4.281, de 25 de junho de 2002**

Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, DECRETA:

Art. 1o A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 2o Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do art. 14 da Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

§ 1o Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de Educação Ambiental em cada Ministério.

§ 2o As Secretarias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação proverão o suporte técnico e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor.

§ 3o Cabe aos dirigentes a decisão, direção e coordenação das atividades do Órgão Gestor, consultando, quando necessário, o Comitê Assessor, na forma do art. 4o deste Decreto.

Art. 3o Compete ao Órgão Gestor: I - avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de educação ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área; II - observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Nacional de Educação - CNE; III - apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário; IV - sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais definidas, garantindo o processo participativo; V - estimular e

promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais; VI - promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações; VII - indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental; VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental; IX - levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de educação ambiental;

X - definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal; XI - assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em Educação Ambiental : a) a orientação e consolidação de projetos; b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem sucedidos; e, c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 4o Fica criado Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor, integrado por um representante dos seguintes órgãos, entidades ou setores: I - setor educacional-ambiental, indicado pelas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental;

II - setor produtivo patronal, indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, garantida a alternância; III - setor produtivo laboral, indicado pelas Centrais Sindicais, garantida a alternância;

IV - Organizações Não-Governamentais que desenvolvam ações em Educação Ambiental , indicado pela Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG; V - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

VI - municípios, indicado pela Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA; VII - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; VIII - Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, indicado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, excluindo-se os já representados neste Comitê;

IX - Conselho Nacional de Educação - CNE; X - União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; XI - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; XII - da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; XIII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente - ABEMA.

§ 1o A participação dos representantes no Comitê Assessor não enseja qualquer tipo de

remuneração, sendo considerada serviço de relevante interesse público. § 2º O Órgão Gestor poderá solicitar assessoria de órgãos, instituições e pessoas de notório saber, na área de sua competência, em assuntos que necessitem de conhecimento específico.

Art. 5º Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados: I - a todos os níveis e modalidades de ensino; II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental; III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde; IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; V - a projetos financiados com recursos públicos; e VI - ao cumprimento da Agenda 21.

§ 1º Cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de Educação Ambiental.

§ 2º O Órgão Gestor estimulará os Fundos de Meio Ambiente e de Educação, nos níveis Federal, Estadual e Municipal a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental.

Art. 7º O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos orçamentos deverão consignar recursos para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 8º A definição de diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em âmbito nacional, conforme a atribuição do Órgão Gestor definida na Lei, deverá ocorrer no prazo de oito meses após a publicação deste Decreto, ouvidos o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e o Conselho Nacional de Educação - CNE.

Art. 9o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 25 de junho de 2002, 181o da Independência e 114o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Presidente da República

Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação

José Carlos Carvalho, Ministro do Meio Ambiente

ANEXO D – Grade Curricular Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

CURSO DE PSICOLOGIA UNIFESP – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR

1o. Termo	2o. Termo	3o. Termo	4o. Termo	5o. Termo	6o. Termo	7o. Termo	8o. Termo	9o. Termo	10o. Termo
Tendências Atuais 60h	Psicologia e Saúde 60h	Psicologia, Ideologia e Cultura 60h	Psicologia Social e Trabalho 60h	Psicologia e Humanismo I 60h	Psicologia e Humanismo II 60h	Psicoterapia Corporal I 60h	Psicologia e Comunidade II 40h	Seminários de Pesquisa em Psicologia III: Desenvolvimento de TCC 40h	Seminários de Pesquisa em Psicologia IV: Desenvolvimento de TCC 40h
Psicologia Experimental: Motivação e Percepção 60h	Constituição e Emergência do Psicológico: Uma abordagem histórico-cultural 60h	Constituição e Emergência do Psicológico: Produção de Subjetividade e Contemporaneidade 60h	Psicologia Experimental: Aprendizagem 120h	Psico diagnóstico I 60h	Psico diagnóstico II 60h	Psicologia e Comunidade I 40h	Saúde Mental I 60h	Estágio Serviço de Psicologia (abordagens eletivas) Psicodinâmica Cognitivo-Comportamental Corporal Humanista 60h	Estágio Serviço de Psicologia (abordagens eletivas) Psicodinâmica Cognitivo-Comportamental Corporal Humanista 60h
Ética 40h	Metodologia Científica 40h	Teoria Freudiana sobre Neurose e sexualidade 60h	Teoria Freudiana Narcisismo, Castração, Feminilidade e Cultura 60h	Escolas da Psicanálise 40h	Grupos e Instituições I 60h	Psicologia Cognitivo Comportamental I 60h	Seminários de Pesquisa em Psicologia: Desenvolvimento de TCC II 40h	Estágio Ênfase Saúde Sub-áreas eletivas: Saúde Mental Saúde da Mulher Psicologia Hospitalar HIV – Aids Psicologia e Comunidade Saúde do Trabalhador Educação em Saúde 440h	Estágio Ênfase Saúde Sub-áreas eletivas: Saúde Mental Saúde da Mulher Saúde da Criança Psicologia Hospitalar HIV – Aids Psicologia e Comunidade Saúde do Trabalhador Educação em Saúde 440h

Do Átomo à Célula 240h	Dos Tecidos aos Sistemas I 160h	Neurociências I 60h	Neurociências II 60h	Seminário de Pesquisa em Psicologia I: Desenvolvimento de TCC 40h	Psicologia e Educação I 60h	Psicodinâmica I 60h	Psicologia Cognitivo Comportamental II 60h		
Indivíduo, Cultura e Sociedade 60h	Trabalho, Corpo e Significado 60h	Prática Supervisionada em Psicologia e Saúde I 40h	Prática Supervisionada em Psicologia e Saúde II 40h	Psicopatologia 40h	Psicologia do Desenvolvimento II 60h	Pesquisa e Estatística em Psicologia I 40h	Psicologia Hospitalar/ Psíquico mática		
Saúde como Processos: contextos, concepções e práticas I 80h	Saúde como Processos: contextos, concepções e práticas II 80h	Dos Tecidos aos Sistemas II 200h	Fundamentos biológicos do Adoecimento Humano 80h	Psicologia do Desenvolvimento I 60h	Estágio Básico Integrado 120h	Grupos e Instituições II 60h	Pesquisa e Estatística em Psicologia II 40h		
		A Constituição do Humano e suas Temporalidades 40h	Estigma, Preconceito e Direito 40h	Prática Supervisionada em Psicologia e Saúde II 40h	Prática Supervisionada em Psicologia e Saúde III 40h	Psicologia e Educação II 60h	Estágio Interdisciplinar em Saúde 120h		
		Prática Clínica Integrada: análises de demandas e necessidades em saúde 80h	Clínica Integrada: atuação em grupos populacionais 80h	Psicologia e Política I 40h	Psicologia e Política II 40h	Estágio Básico Integrado 120h			
				Clínica Integrada: produção do cuidado 80h					
CH 540	CH 460	CH 600	CH 540	CH 460	CH 480	CH 500	CH 440	CH 540	CH 540

CHT 5260 + 263 (atividade complementar) = 5523

ANEXO E – Grade Curricular Universidade São Paulo (USP)

Grade Curricular

Legenda: CH=Carga horária Total; CE=Carga horária de Estágio; CP=Carga horária de Práticas como Componentes Curriculares;

AAAC=Carga horária em Atividades Acadêmicas-Científico-Culturais

Disciplinas Obrigatórias										
1º Período Ideal	éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
<u>BIO0105</u>			6	0	0					
	Biologia									
<u>FSL0109</u>			4	0	0					
	Introdução à Sociologia (p/fac. de Psicologia)									
<u>MAE0116</u>			4	0	0					
	Noções de Estatística									
<u>PSA1200</u>			3	1	5					
	Psicologia da Aprendizagem									
<u>PSC1120</u>			2	1	0					
	Introdução à Psicologia Clínica: História e Fundamentos									
<u>PSE1140</u>			2	1	0					
	História e Filosofia da Psicologia									
<u>PSE1141</u>			4	1	0					
	Etologia									
			25	4	95					
	Subtotal:									
2º Período Ideal	éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
<u>0420100</u>			8	0	20					
	Neurociências									

BIO0105 - Biologia

Requisito

<u>4701381</u>	Introdução à Pesquisa em Psicologia	2	1	0						
<u>FLA0106</u>	Introdução à Antropologia	4	0	0						
<u>PSC1221</u>	Introdução à Psicanálise: Freud	3	1	5						
<u>PSE1242</u>	Análise Experimental do Comportamento I - Processos Básicos	4	1	0						Requisito
PSE1141 - Etologia										
	Subtotal:	21	3	05						

3º Período Ideal										
		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	A
<u>FLF0477</u>	Epistemologia das Ciências Humanas	2	1	0						
<u>PSA1301</u>	Psicologia do Desenvolvimento I	2	1	0						
<u>PSA1302</u>	Psicologia da Personalidade: Fundamentos	3	1	5						
PSE1140 - História e Filosofia da Psicologia										
<u>PSC1322</u>	Introdução à Psicopatologia	3	1	5						Requisito
PSC1120 - Introdução à Psicologia Clínica: História e Fundamentos										
<u>PSC1221</u>	Introdução à Psicanálise: Freud									Requisito
<u>PSE1343</u>	Análise Experimental do Comportamento II - Processos Complexos no Ser Humano	4	1	0						Requisito
PSE1242 - Análise Experimental do Comportamento I - Processos Básicos										
<u>PST1360</u>	Psicologia Social I	3	1	5						Requisito
	Subtotal:	17	6	35						

4º Período Ideal										
		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	A
<u>PSA1403</u>	Psicologia do Desenvolvimento II	2	1	0						
PSA1301 - Psicologia do Desenvolvimento I										
	Subtotal:	2	1	0						Requisito

PST1461 - Psicologia Social II

Requisito

Subtotal: 19 8 25

	éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
6º Período Ideal										
<u>PSA1607</u>		2		1	0					
	Introdução às Técnicas Projetivas Gráficas									
<u>PSA1302</u>										Requisito
	Psicologia da Personalidade: Fundamentos									
<u>PSA1404</u>										Requisito
	Introdução às Técnicas de Exame Psicológico									
<u>PSC1221</u>		2		1	0					Requisito
	Introdução à Psicanálise: Freud									
<u>PSA1608</u>										Requisito
	Psicologia e Educação									
<u>PSA1506</u>		2		1	0					Requisito
	Sujeito, Educação e Sociedade									
<u>PSC1626</u>		2		1	0					Requisito
	Corpo e Sujeito: Diferentes Perspectivas, Diferentes Diagnósticos e Tratamentos									
<u>PSC1221</u>		3		1	5					Requisito
	Introdução à Psicanálise: Freud									
<u>PSE1646</u>										Requisito
	Percepção e Cognição									
<u>PSE1545</u>		3		1	5					Requisito
	Psicologia Sensorial									
<u>PST1665</u>										Requisito
	Processos Grupais									
<u>PST1461</u>		3		2	05					Requisito
	Psicologia Social II									
<u>PST1666</u>										Requisito
	Psicologia Social do Trabalho e das Organizações									
<u>PST1564</u>		15		7	35					Requisito
	Processos Cognitivos em Psicologia Social									
Subtotal:		19		8	25					

	éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
7º Período Ideal										
<u>4701783</u>		2		1	0					
	Ética Profissional em Psicologia									
<u>PSC1322</u>		4		2	20					Requisito
	Introdução à Psicopatologia									
<u>PSA1709</u>										Requisito
	Aconselhamento Psicológico									
Subtotal:		15		7	35					

<u>PSA1710</u>	Psicologia Institucional	3	1	5						
<u>PSC172Z</u>	Atendimento Clínico: o Processo Diagnóstico	4	2	20	4	5				
	PSA1301 - Psicologia do Desenvolvimento I									Requisito
	PSA1404 - Introdução às Técnicas de Exame Psicológico									Requisito
<u>PSC1728</u>	Investigação Psicológica Pelas Técnicas: Tat, Cat e Rorschach	2	1	0						
	PSA1404 - Introdução às Técnicas de Exame Psicológico									Requisito
	PSC1221 - Introdução à Psicanálise: Freud									Requisito
	Subtotal:	15	7	35					1	05

8º Período Ideal		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
<u>4701280</u>	A Diversidade do Conhecimento em Psicologia: Aspectos Históricos e Epistemológicos.	3	1			5					
<u>PST176Z</u>	Orientação Profissional I	3	2			05					
	PST1563 - Psicologia das Relações Humanas I										Requisito
	PST1665 - Processos Grupais										Requisito
	PST1666 - Psicologia Social do Trabalho e das Organizações										Requisito
	Subtotal:	6	3			80				5	0

Disciplinas Optativas Eletivas

2º Período Ideal		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
<u>MAE0126</u>	Noções de Estatística II	4	0			0					
	MAE0116 - Noções de Estatística										Requisito
<u>PSE2251</u>	Relacionamento Amoroso: Teoria e Pesquisa	3	1			5					
	PSE1141 - Etologia										Requisito
<u>PST2271</u>	Psicologia e Situação: treze lições	4	1			0					

FSL0109 - Introdução à Sociologia (p/fac. de Psicologia)

Requisito

4º Período Ideal		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E	C	P	C	A
<u>4701241</u>	Psicologia e Saúde		4	2	2	20	3				
<u>PSA2411</u>	Prática de Pesquisa em Psicologia I		2	2	2	0	6				
<u>PSA2413</u>	A Psicologia Analítica de Carl G. Jung		2	1	1	0	0				
PSA1302 - Psicologia da Personalidade: Fundamentos											
<u>PSA2414</u>	Psicologia da Personalidade: a Perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade		3	1	1	5					
PSA1302 - Psicologia da Personalidade: Fundamentos											
<u>PSA2517</u>	Metapsicologia Freudiana I : a Noção de Representação.		3	1	1	5					
PSA1302 - Psicologia da Personalidade: Fundamentos											
<u>PSC2431</u>	Psicopatologia: Aspectos Teóricos e Prática Clínica		2	1	1	0	3				
PSC1322 - Introdução à Psicopatologia											
<u>PSC2632</u>	Pesquisa em Psicologia Clínica e Psicanálise		3	1	1	5					
4701381 - Introdução à Pesquisa em Psicologia											
PSC1221 - Introdução à Psicanálise: Freud											
<u>PSE2352</u>	Treino de Pesquisa em Psicologia I		2	2	2	0	6				
<u>PST2471</u>	Psicologia Social Comunitária		3	1	1	5	3				
PST1360 - Psicologia Social I											
5º Período Ideal		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	H	E <td>C <td>P <td>C <td>A</td> </td></td></td>	C <td>P <td>C <td>A</td> </td></td>	P <td>C <td>A</td> </td>	C <td>A</td>	A
<u>PSA2515</u>	Prática de Pesquisa em Psicologia II		2	2	2	0	6				
PSA2411 - Prática de Pesquisa em Psicologia I											
<u>PSA2516</u>	Psicologia da Personalidade: Reich e Freud		2	1	1	0					

	Aula	Trab.																	
<u>PSA2619</u>		2	1	0															
Técnicas Gráficas Expressivas																			
<u>PSA1302</u>																			
PSA1302 - Psicologia da Personalidade: Fundamentos																			
<u>PSA1505</u>																			
PSA1505 - Avaliação Individual das Funções Intelectuais																			
<u>PSA2811</u>		4	2	20															
PSA2811 - Psicologia Escolar e Práticas Institucionais																			
<u>PSA1608</u>		2	2	0															
PSA1608 - Psicologia e Educação																			
<u>PST2774</u>		2	2	0															
PST2774 - Prática de Pesquisa em Psicologia Social I																			
<u>PST1461</u>		4	2	20															
PST1461 - Psicologia Social II																			
<u>PST2775</u>		4	2	0															
PST2775 - Grupo e Instituição: Abordagem Psicossocial e Psicanalítica																			
<u>PST1665</u>		3	2	05															
PST1665 - Processos Grupais																			
<u>PST2776</u>		3	2	05															
PST2776 - Trabalho e Saúde: a Compreensão a Partir da Psicologia Social																			
<u>PST1666</u>		2	1	0															
PST1666 - Psicologia Social do Trabalho e das Organizações																			
<u>PST2777</u>		3	2	05															
PST2777 - Gestão de Pessoas																			
<u>PST2779</u>		3	2	05															
PST2779 - Psicologia, Desemprego e Carreira Profissional: Campo de Investigação e Prática																			
<u>PST1665</u>		2	1	0															
PST1665 - Processos Grupais																			
<u>PST1666</u>		2	1	0															
PST1666 - Psicologia Social do Trabalho e das Organizações																			
8º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	H	E	C	P	C	A	ACA									
<u>PSA2812</u>		4	2	20															
PSA2812 - Fundamentos Fenomenológico-existenciais do Aconselhamento Psicológico																			
<u>PSA1709</u>		4	2	20															
PSA1709 - Aconselhamento Psicológico																			
<u>PSC2733</u>		4	2	20															
PSC2733 - Atendimento Clínico I																			
<u>PSC1727</u>		4	1	0															
PSC1727 - Atendimento Clínico: o Processo Diagnóstico																			
<u>PSC2835</u>		4	1	0															
PSC2835 - Atuação do Psicólogo em Instituição de Saúde I																			
<u>PSC1727</u>		2	1	0															
PSC1727 - Atendimento Clínico: o Processo Diagnóstico																			
<u>PST2778</u>		2	1	0															
PST2778 - Psicologia Organizacional																			

<u>PSA3516</u>	Sujeito, Política e Psicanálise I	2	1	0
<u>PSC3533</u>	Clínica Psicoterápica: na Atualidade das Consultas Terapêuticas Segundo a Conceituação de D.W. Winnicott	3	1	6 0
<u>PSC1423 - Psicanálise: Klein, Bion e Winnicott</u>				Requisito
<u>PSE3456</u>	Questões Atuais em Análise do Comportamento: Teoria e Prática	2	1	0
<u>PSE1242 - Análise Experimental do Comportamento I - Processos Básicos</u>				Requisito
<u>PSE1343 - Análise Experimental do Comportamento II - Processos Complexos no Ser Humano</u>				Requisito
<u>PSE3551</u>	Psicofarmacologia	2	1	0
<u>PSE1343 - Análise Experimental do Comportamento II - Processos Complexos no Ser Humano</u>				Requisito
<u>PSE3555</u>	Análise Comportamental de Fenômenos Sociais e Práticas Culturais	2	1	0
<u>PSE1242 - Análise Experimental do Comportamento I - Processos Básicos</u>				Requisito
<u>PSE1343 - Análise Experimental do Comportamento II - Processos Complexos no Ser Humano</u>				Requisito
<u>PST3571</u>	Amor: Um Fenômeno Social e Existencial	3	0	5
<u>PST3572</u>	Introdução à Psicologia Anomálfica: A Perspectiva Psicossocial	2	1	0
<u>PST3472 - Introdução à Psicologia da Religião</u>				Requisito

6º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	Créd. E	Créd. E	Créd. P	Créd. C	Créd. A
<u>4703691</u>	Ações Comunitárias I	3	1	5	6	0		
<u>PSA3012</u>	Freud e Foucault: interlocuções pertinentes	2	1	0				
<u>PSA3212</u>	Violência e Formação do Indivíduo na Perspectiva da Teoria Crítica	3	1	5				
<u>PSA3616</u>	Metapsicologia Freudiana III: a Angústia	3	1	5				
<u>PSA1302 - Psicologia da Personalidade: Fundamentos</u>								Requisito
<u>PSA3811</u>	Sujeito, Política e Psicanálise II	2	1	0				
<u>PSA3812</u>	Michel Foucault: Relações de Poder e Subjetividade	2	1	0				
<u>PSC3633</u>	O Atendimento Clínico Cognitivo-comportamental: Novas Perspectivas	4	1	0	1	5		

<u>PSC383Z</u>	Técnicas de Investigação Psicológica: Tat e Cat	2	1	0					
	PSA1301 - Psicologia do Desenvolvimento I								Requisito
	PSC1322 - Introdução à Psicopatologia								Requisito
<u>PST387Z</u>	Trabalho, Diversidade e Exclusão	2	1	0					
<u>PST3878</u>	A Cidade, o Imaginário e a Experiência Subjetiva no Mundo Contemporâneo	3	1	5					Requisito
	PST1563 - Psicologia das Relações Humanas I								Requisito
	PST1564 - Processos Cognitivos em Psicologia Social								Requisito

9º Período Ideal									
		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	E	E	C	A
<u>4702994</u>	Estágio Supervisionado II	2	5	80	1	50			
	4702893 - Estágio Supervisionado I								Requisito
<u>PSA3919</u>	Especificidades do Aconselhamento Psicológico	4	2	20	4	8			
<u>PSC3933</u>	Fundamentos Clínicos do Acompanhamento Terapêutico I	2	1	0					
	PSC1727 - Atendimento Clínico: o Processo Diagnóstico								Requisito

10º Período Ideal									
		éd. Aula	Cr	éd. Trab.	Cr	E	E	C	A
<u>PSA3011</u>	Práticas Psicológicas em Instituições	4	2	20	4	8			
	PSA3919 - Especificidades do Aconselhamento Psicológico								Requisito
<u>PSC3034</u>	Fundamentos Clínicos do Acompanhamento Terapêutico II	2	2	0	4	5			
	PSC3933 - Fundamentos Clínicos do Acompanhamento Terapêutico I								Requisito
<u>PSC3931</u>	Psicologia da Saúde - Abordagem Bio-psico-social: Psicossomática, Hospitalar, Psico-oncologia.	3	1	5	5	0			

PSC1322 - Introdução à Psicopatologia

PSC1727 - Atendimento Clínico: o Processo Diagnóstico

Requisito

Requisito

ANEXO F – Grade Curricular Universidade Presbiteriana Mackenzie

Curso de Psicologia - CCBS Plano de Ensino 2º Semestre - 2012

Cód. Disc. = Código da disciplina

CH = carga horária total da disciplina

T = número de horas/aula teóricas semanais

T/P = número de horas/aula teórico-práticas semanais

P. Gr. = número de horas/aula práticas em grupo semanais

E.B. = número de horas/aula semanais de supervisão de estágio básico

E. E. = número de horas/aula semanais de supervisão de estágio específico

1ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
020.2154.4	Anatomia e Fisiologia	6	4	2		
041.2102.3	Ética e Cidadania I	2	2			
083.2107.8	Introdução ao Método Científico	2	2			
100.2104.3	Estatística Aplicada	4		4		
092.2105.0	Leitura e Produção de Texto Científico	2		2		
083.2105.1	Introdução à Psicologia	4	4			
083.2106.1	História da Psicologia	4	4			
093.2101.2	Filosofia	4	4			
020.2102.1	Introdução à Genética Humana	2		2		
Total		30	20	10		
2ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
041.2202.1	Ética e Cidadania II	2	2			
083.2212.0	Instrumentos de Avaliação Psicológica I	4		4		
083.2214.7	Metodologia Científica	2	2			
083.2207.4	Processos Psicológicos Básicos	4	4			
020.2202.8	Genética Humana e do Comportamento	4	2	2		

020.2203.6	Neurociências do Comportamento I	6	4	2		
083.2213.9	Análise Experimental do Comportamento I	4	2	2		
041.2203.8	Introdução às Ciências Sociais	4	4			
Total		30	20	10		

3ª. Etapa

Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
083.2317.8	Psicanálise I	4	4			
083.2303.8	Psicologia do Desenvolvimento Infantil	4	4			
083.2313.5	Instrumentos de Avaliação Psicológica II	6	2	4		
083.2305.4	Projeto de Pesquisa em Psicologia	4	2	2		
083.2306.2	Introdução à Psicologia Social	4	4			
084.2301.6	Dinâmica de Grupo e Relações Humanas	2		2		
083.2316.1	Análise Experimental do Comportamento II	2	2			
083.2314.3	Neurociências do Comportamento II	2		2		
041.2301.8	Antropologia	2	2			
Total		30	20	10		

4ª. Etapa

Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
083.2407.7	Psicologia do Desenvolvimento do Adolescente	4	4			
083.2414.1	Instrumentos de Avaliação Psicológica III	2		2		
083.2415.8	Supervisão de Estágio Básico em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico I	2				2
084.2404.7	Psicologia e Sociedade	4	4			
083.2416.6	Análise Aplicada do Comportamento	2	2			
083.2413.1	Psicanálise II	4	4			
084.2405.5	Psicologia da Aprendizagem	4	4			
080.2405.7	Introdução à Psicopatologia	4	4			
080.2404.9	Introdução à Psicologia Fenomenológico Existencial	2	2			

083.2412.3	Práticas Investigativas em Psicologia I	2			2	
Total		30	24	2	2	2
Atividades Práticas EB = 30h. no semestre*						
(*fora da grade)						
5ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
083.2508.1	Psicologia do Desenvolvimento do Adulto	4	4			
080.2512.6	Psicopatologia	4	4			
080.2511.8	Psicopatologia Infantil	2	2			
083.2511.1	Instrumentos de Avaliação Psicológica IV	4	2	2		
084.2505.1	Psicologia da Saúde	4	4			
084.2506.1	Psicologia e Deficiência	4	4			
080.2509.6	Teorias Psicológicas de Orientação Fenomenológico- Existencial	2	2			
084.2508.6	Psicologia do Cotidiano	2	2			
084.2507.8	Supervisão de Estágio Básico em Psicologia Social I	2				2
083.2512.1	Práticas Investigativas em Psicologia II	2			2	
Total		30	24	2	2	2
Atividades Práticas EB = 40h. no semestre*						
(*fora da grade)						
6ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
080.2657.2	Psicofarmacologia	2	2			
080.2609.2	Teorias e Técnicas em Psicoterapia Comportamental e Cognitiva	4	4			
084.2611.2	Psicologia Organizacional e do Trabalho I	4	4			
084.2608.2	Psicologia Jurídica	4	4			
083.2606.1	Psicologia Comunitária	4	4			
083.2611.8	Instrumentos de Avaliação Psicológica V	2	2			

083.2612.6	Supervisão de Estágio Básico em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico II	2				2
084.2610.4	Teorias e Processos Grupais	2		2		
084.2607.4	Psicologia Escolar I	4	4			
083.2613.4	Supervisão de Estágio Básico em Pesquisa I	2				2
Total		30	24	2		4
Atividades Práticas EB = 65h. no semestre*						
(*fora da grade)						
7ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
080.2711.0	Teorias e Técnicas Psicoterápicas Psicodinâmicas	4	4			
083.2708.4	Psicodiagnóstico	4	4			
080.2716.1	Psicologia Analítica	4	4			
083.2707.6	Orientação Profissional	2	2			
084.2712.7	Psicologia e Análise Institucional	2	2			
084.2713.5	Supervisão de Estágio Básico em Psicologia Social II	2				2
084.2708.9	Psicologia Escolar II	4	4			
084.2714.3	Psicologia Organizacional e do Trabalho II	4	4			
083.2706.8	Ética Profissional	2	2			
083.2709.2	Supervisão de Estágio Básico em Pesquisa II	2				2
Total		30	26			4
Atividades Práticas EB = 80h. no semestre*						
(*fora da grade)						
8ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
080.2835.4	Psicoterapia Breve	4	4			
080.2838.9	Teorias e Técnicas em Psicoterapia Infantil	4	4			

083.2809.9	Supervisão de Estágio Básico em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico III	4				4
080.2820.6	Psicologia Hospitalar	4	4			
084.2808.5	Psicologia da Família	2	2			
084.2809.3	Psicologia e Práticas Institucionais	6	6			
080.2837.0	Teorias e Técnicas Psicoterápicas Analíticas	2	2			
Total		26	22			04
Atividades Práticas EB = 60h. no semestre*						
(*fora da grade)						
Eletivas						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	T	T/P	P.Gr	EB
083.2811.0	Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde Coletiva	2				
083.2810.2	Psicologia e Processos Clínicos	2				
9ª. Etapa						
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	E. E.			
083.2917-6	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia da Saúde I	4	4			
083.2907.9	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Breve do Adulto I	4	4			
083.2908.7	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia do Adolescente I	4	4			
083.2909.5	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Breve Infantil I	4	4			
083.2910.9	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Junguiana I	4	4			
083.2911.7	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Comportamental e Cognitiva I	4	4			
083.2912.5	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Organizacional e do Trabalho I	4	4			
083.2913.3	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Escolar I	4	4			
083.2914.1	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Comunitária I	4	4			

083.2915.1	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Jurídica I	4	4
Total		12	12
O aluno deve realizar três modalidades de estágio específico			
Atividades Práticas EE = 60h. no semestre em cada modalidade*			
(*fora da grade)			
10ª. Etapa			
Cód. Disc.	Nome da Disciplina	CH	E. E.
083.2017-9	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia da Saúde II	4	4
083.2004.7	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Breve do Adulto II	4	4
083.2005.5	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia do Adolescente II	4	4
083.2007.1	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Breve Infantil II	4	4
083.2006.3	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Junguiana II	4	4
083.2008.1	Supervisão de Estágio Específico em Psicoterapia Comportamental e Cognitiva II	4	4
083.2014.4	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Organizacional e do Trabalho II	4	4
083.2015.2	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Escolar II	4	4
083.2012.8	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Comunitária II	4	4
083.2013.6	Supervisão de Estágio Específico em Psicologia Jurídica II	4	4
Total		12	12
O aluno deve realizar três áreas de estágio específico			
Atividades Práticas EB = 60h. no semestre*			
(*fora da grade)			

ANEXO G – Grade Curricular Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Psicologia

PERÍODO	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS / DISCIPLINAS
1	ANTROPOLOGIA
1	BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PSICOLOGIA I
1	BASES FISIOLÓGICAS DO COMPORTAMENTO - MÓDULO A
1	DESENVOLVIMENTO INTERPESSOAL
1	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA I
1	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO TEOLÓGICO I
1	PSICANÁLISE I - FREUD
1	PSICOBIOLOGIA
1	PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL I
1	PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA I
2	BASES EPISTEMOLÓGICAS II
2	BASES FISIOLÓGICAS DO COMPORTAMENTO - MÓDULO B
2	ESTATÍSTICA I
2	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA II
2	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO TEOLÓGICO II
2	PSICANÁLISE II - FREUD
2	PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL II
2	PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA II

2	SOCIOLOGIA
3	<p>ESTATÍSTICA II</p> <p>3 MODELOS DE INVESTIGAÇÃO I</p> <p>3 NEUROLOGIA I</p> <p>3 PROCESSOS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA (PMIP) I:PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DIAGNÓSTICA</p> <p>3 PSICANÁLISE III - FREUD</p> <p>3 PSICOLOGIA ANALÍTICA I - JUNG</p> <p>3 PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL III</p> <p>3 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I</p> <p>3 PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA III</p> <p>3 PSICOLOGIA SOCIAL I</p> <p>3 TEORIA PSICODRAMÁTICA</p>
4	<p>ELETIVA TEMÁTICA</p> <p>4 GENÉTICA HUMANA</p> <p>4 MODELOS DE INVESTIGAÇÃO II</p> <p>4 NEUROLOGIA II</p> <p>4 PROCESSOS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA (PMIP) II:INVESTIGAÇÃO DE RECURSOS INTELECTUAIS E ADAPTATIVOS</p> <p>4 PSICANÁLISE IV - LACAN</p> <p>4 PSICOLOGIA ANALÍTICA II - JUNG</p> <p>4 PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL IV</p> <p>4 PSICOLOGIA CONSTRUTIVISTA</p> <p>4 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II</p> <p>4 PSICOLOGIA SOCIAL II</p>
5	<p>ELETIVA TEMÁTICA</p> <p>5 ELETIVA TEÓRICA</p> <p>5 ESTÁGIO BÁSICO I</p> <p>5 GRUPOS: TEORIAS E PRÁTICAS</p> <p>5 PROCESSOS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA (PMIP) III: ANÁLISE DA EXPRESSÃO VERBAL</p> <p>5 PROCESSOS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA (PMIP) IV: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO - RORSCHSCH I</p>

5	PSICANÁLISE V - MELANIE KLEIN
5	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO III
5	PSICOLOGIA E EXCEPCIONALIDADE
5	PSICOLOGIA SOCIAL III PSICOPATOLOGIA I
6	BASES NEUROLÓGICAS DO PSICODIAGNÓSTICO
6	ELETIVA DE PESQUISA
6	ELETIVA TEMÁTICA
6	ESTÁGIO BÁSICO II
6	PROCESSOS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA (PMIP) V: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO - RORSCHACH II
6	PROCESSOS E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA (PMIP) VI: ANÁLISE DA EXPRESSÃO GRÁFICA
6	PSICANÁLISE VI - MELANIE KLEIN E WINNICOTT
6	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO IV
6	PSICOLOGIA INSTITUCIONAL
6	PSICOLOGIA SOCIAL IV PSICOPATOLOGIA II
7	ÉTICA PROFISSIONAL
7	NÚCLEO 1 - DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: SUPERVISÃO DE ESTÁGIO
7	NÚCLEO 1 - PROGRAMA 1: O PROCESSO DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO - A PRÁTICA CLÍNICA
7	NÚCLEO 1 - PROGRAMA 2: CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO
7	NÚCLEO 1: REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA COMO PSICÓLOGO CLÍNICO: SUPERVISÃO DE ESTÁGIO
7	NÚCLEO 2 - PROGRAMA 1: A PSICOLOGIA E A SAÚDE - PRESSUPOSTOS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO
7	NÚCLEO 2 - ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: SUPERVISÃO DE ESTÁGIO
7	NÚCLEO 2 - PROGRAMA 2: TRABALHO DE GRUPO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE
7	PROJETO DE PESQUISA
7	TEÓRIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS I

PERÍODO ATIVIDADES PEDAGÓGICAS / DISCIPLINAS

8	ELETIVA TEÓRICA
8	NÚCLEO 3 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

- 8 NÚCLEO 3 - PROGRAMA 1: O PROCESSO EDUCACIONAL: SAÚDE OU ALIENAÇÃO ?
 - 8 NÚCLEO 3 - PROGRAMA 2: A AÇÃO DO PSICÓLOGO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
 - 8 NÚCLEO 3 - PROGRAMA 3: A CRIANÇA E O JOVEM NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO: UMA LEITURA PSICOLÓGICA
 - 8 NÚCLEO 4 P.2: PSICOSSOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES NO TRABALHO
 - 8 NÚCLEO 4 - PROGRAMA 3: SAÚDE DO TRABALHADOR
 - 8 NÚCLEO 4 - PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES: SUPERVISÃO DE ESTÁGIO
 - 8 NÚCLEO 4 - PROGRAMA 1: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL
 - 8 TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS II
- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

- 5º ANO
- NÚCLEO A - ESTÁGIO
 - NÚCLEO A - PROGRAMAS TEÓRICOS
 - NÚCLEO B - ESTÁGIO
 - NÚCLEO B - PROGRAMAS TEÓRICOS
- 9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (SEM)

- 10 OFICINA DE PROJETOS (SEM)

ANEXO H – Grade Curricular Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

1º PERÍODO – 2013.1 PLANO A

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ªFEIRA	SALA	4ªFEIRA	SALA	5ªFEIRA	SALA	6ªFEIRA	SALA
07:30 09:10	Anatomia	B 16 1º ANDAR CCS			Introd. à Metodologia Científica - IPA (Nilma)	4				
09:20 11:00	Anatomia	B 16 1º ANDAR CCS			Introd. à Metodologia Científica - IPA (Nilma)	4	Psicologia I CB (IPA) Ricardo Cabral	6	Economia IPA (Murilo)	7
11:10 12:50	Anatomia	B 16 1º ANDAR CCS			Introd. à Metodologia Científica - IPA (Nilma)	4	Psicologia I CB (IPA) Ricardo Cabral	6	Economia IPA (Murilo)	7
13:00 14:40	Genética	L 11 SUB SOLO CCS	Sociologia	IFCS	Filosofia I	IFCS				

14:50 16:30	Histologia	L 11 SUB SOLO CCS	Sociologia	IFCS	Filosofia I	IFCS			
16:40 18:20	Embriologia	L 11 SUB SOLO CCS							

1º PERÍODO – 2013/1

PLANO B

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA
0 7:30 0	Anatomia	B 16 1º A NDAR C CS								
0 9:20 1 1:00	Anatomia	F 16 1º A NDAR C CS					Economi a IPB Murilo	4		
							Economi a	4		

1 1:10 1 2:50	Anatomia	16 1º A NDAR C CS						IPB Murilo			
1 3:00 1 4:40	Genética	L 11 S UB S OLO C CS	Sociologia	FCS	Filosofia I	FCS	Introd. à Metodologia Científica - IPB (Nilma)	Psicologia (IPB) Anna Carolina/Marcos Eichler	4		
1 4:50 16:30	Histologia	L 11 SUB SOLO CCS	Sociologia	IFCS	Filosofia I	FCS	Introd. à Metodologia Científica - IPB (Nilma)	Psicologia (IPB) Anna Carolina/Marcos Eichler	4	4	
16:40 18:20	Embriologia	CCS L 11 SUB SOLO					Introd. à Metodologia Científica - IPB (Nilma)		4		

2º PERÍODO – 2013.1										
Horário	2ª FEIRA	SALA	3ªFEIRA	SALA	4ªFEIRA	SALA	5ªFEIRA	SALA	6ªFEIRA	SALA
07:30 09:10	Behaviorismo (IPA) (Amandio)	4	Fisiologia I	C 1 SUB SOLO ccs	Behaviorismo (IPB) (Amandio)	5			Fisiologia I	C 1 SUB SOLO CCS
09:20 11:00	Behaviorismo (IPA) (Amandio)	4	Fisiologia I	C 1 SUB SOLO CCS	Behaviorismo (IPB) (Amandio)	5			Fisiologia I	C 1 SUB SOLO CCS
11:10 12:50			Fisiologia I (Aula até 12h)	C 1 SUB SOLO CCS					Fisiologia I (Aula até 12h)	C 1 SUB SOLO CCS
13:00 14:40	Antropologia Cultural 13:40/17:00	IFCS	Historia da Psicologia (Arthur)	7	Filosofia II	IFCS			Estatística I	7
14:50 16:30	Antropologia Cultural	IFCS	Historia da Psicologia (Arthur)	7	Filosofia II	IFCS			Estatística I	7
16:40 18:20									Estatística I	7

3º PERÍODO – 2013/1										
Horário	2ª FEIRA	SALA	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA
07:30 09:10	Elab. Medidas I Cláudio Cavas (IPA) Marcela Reis	5			Elab. Medidas I (IPA) Marcela Reis	8			Prát. Pesq. Percepção (IPA) (Beatriz)	7
09:20 11:00	Planejamento de Pesquisa (IPA) (Victor Bento)	5	Psic. do Desenvolv I Lucia Rabello Início 08:20hs	8	Psic. da Percepção (IPA) Fernanda Bruno	7	Gestaltismo (IPA) Arthur	9	Gestaltismo (IPB) Beatriz	CPV
11:10 12:50	Planejamento de Pesquisa (IPA) (Victor Bento)	5	Psic. do Desenvolv.I Lucia Rabello Término 11:50hs	8	Psic. da Percepção (IPA) Fernanda Bruno	7	Gestaltismo (IPA) Arthur	9	Gestaltismo (IPB) Beatriz	CPV
13:00 14:40	Planejamento de Pesquisa (IPB) ----- Elab. Medidas I	5 8	Fisiologia II	C 10 SUB SOLO CCS	Reunião de Atividades		Estadística II	7	Fisiologia II	CCS C 1 SUB SOLO

11:10 12:50	Psic. Social I (Carlos Américo)	7			Psic. Desenv. II Luciana Loyola			Psic. Desenv. II Luciana Loyola
13:00 14:40	Psic. Social I (Carlos Américo)	7			Reuniões Atividades		Análise de Pesquisa em Psicologia (Ana Paula)	8
14:50 16:30	Psicanálise (IPB) Anna Carolina						Análise de Pesquisa em Psicologia (Ana Paula)	8
16:40 18:20					Psicanálise (IPB) Anna Carolina	6		

5º PERÍODO – 2013/1

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA
07:30 09:10	Testes Objetivo IPA Pedro Paulo	6	Psic. Motivação Emoção (IPA) Ricardo Cabral	9	Psic.Social II/IPB Francisco Portugal	6			Psic. Social II/IPA	5
09:20 11:00	Testes Objetivo IPA	6	Psic. Motivação Emoção (IPA)	9	Psic. da Personalidade I	80 CPV			Psic. Motivação Emoção	4

	Pedro Paulo		Ricardo Cabral		Fernando Gastal				(IPB) Paula Ventura
11:10 12:50	Testes Objetivo IPA Pedro Paulo	6	Prát. Pesq. Motivação e Emoção Ricardo	80 CPV	Psic. da Personalidade I Fernando Gastal	CPV			Psic. Motivação Emoção (IPB) 4
13:00 14:40	Testes Objetivos IPB Crsitina Wigg	4	Psic.Social II/IPB Ângela Arruda	6	Reunião de Atividades		Psic.Social II/IPB Angela Arruda	5	
14:50 16:30	Testes Objetivos IPB Crsitina Wigg	4			Tóp.Esp. em Personal. D IPC 252 Ana Lila	4			
16:40 18:20	Testes Objetivos IPB Crsitina Wigg	4			Tóp.Esp. em Personalidade D IPC252	4			

6º Período - 2013/1

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA
07:30 09:10			Psic.da Aprendizagem/IPA Ângela Oliv a	80 7	Téc. Proj. Expressi vas I	CPV	Psic.daAprendi zagem/IPA Ângela Oliv a	80 7	Tóp.Esp. Psicome- tria F	6

16:30	em Psic. Experimental	Psic.Social III					Expressi			
16:40 18:20							Téc. Proj. Expressi vas I (IPB)	9		

7º PERÍODO - 2013/1

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ªFEIRA	SALA	4ªFEIRA	SALA	5ªFEIRA	SALA	6ªFEIRA	SALA
07:30										
09:10					Psicoterapia Breve					
09:20	Teoria	CPV			Psicoterapia				Psicoterapia	
11:00	Psicanalítica E (Tânia Coelho)				Breve Antonio Geraldo				psia Breve	

11:10	Psicopatologia	IPUB			Psicopatologia	IPUB				
12:50	I (FML 476)	PSIQ.			I (FML 476)	PSIQ				
13:00	Psicopatologia	IPUB	Tóp.Esp.		Psicopatologia	IPUB			Téc. Proj.	ESS
14:40	I FML 476		Psicometria IPM251 Josiane		I (FML 476)	PSIQ			Exp. II IPA/IPB	
14:50			Tóp.Esp.		Tóp.Esp.	9			Téc. Proj.	ESS
16:30			Psicometria IPM251 Josiane		Psicometria C Cristina Monteiro				Exp. II IPA/IPB (Eliza)	
16:40					Tóp.Esp.em	9			Téc. Proj.	ESS
18:20					Psicometria C				Exp. II IPA/IPB	

ºPERÍODO - 2013/1

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA
07:30 09:10	Tóp. Esp. Psic. Social D	9								
09:20 11:00	Tóp. Esp. Psic. Social D Carlos Américo	9	DGRH I João Batista	7	Tóp. Esp. Psic. Clínica I Ana Cristina IPC254	6	DGRH I João Batista	7	Psicolinguística II Leila Sanches	9
11:10 12:50					Tóp. Esp. Psic. Clínica I Ana Cristina IPC254	6			Psicolinguística II Leila Sanches	9
13:00 14:40	Psicopatologia II ----- Tóp. Esp. Psic. Social Q	CPV	TEPEX A IPG250 Virginia Kastrup	4	Reunião de Atividades		Teoria Psic. C Angelica	CPV	Psicoterapia Infantil Luciana Loyola	9
14:50 16:30	Psicopatologia II Até 16:50 ----- Tóp. Esp. Psic. Social	CPV	TEPEX A IPG250 Virginia Kastrup	4	Prát. Política de Saúde /IPA Ana Szapiro Top. Esp. em Psic. IPM256 Cristina Wigg	5	Ecologia Social Comunidades Tânia Maciel	5	Psicoterapia Infantil Luciana Loyola	9

				D	CPV													
14:50 16:30	Tóp.Esp.Psic. Social O João Batista	7	Tóp.Esp.Psi Social C Marcos Jardim	Regina	9	Psic.Escolar (IPA) Cristina Poli	7	Gestalt- Terapia Mônica Alvim	6	Tópicos Esp. em Psicometria (Nilma)	5							
16:40 18:20	Tóp.Esp.Psic. Social O João Batista	7				Psic.Escolar (IPA) Cristina Poli	7	Gestalt- Terapia Mônica Alvim	6									

10º Período – 2013/1

Horário	2ª FEIRA	SALA	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA
07:30 09:10										
09:20 11:00	Tóp. Esp. Pers. E (IPC 253) Lucia Novaes	CPV	Sexualidade Marta Rezende Tóp.esp. em Psic.Clinica II Fernanda Canavêz	ESS	Tóp.Esp.Psic. Social N Simone Ouwinhas	CPV			TTP Fátima Dysman Terapia Comporta- Mental Marcele	8 5

11:10 12:50	Tóp. Esp. Pers. E (IPC 253) Lucia Novaes	CPV	Sexualidade Marta Rezende ----- Tóp.esp. em Psic.Clínica II Fernanda Canavêz	ESS	Tóp.Esp.Psic. Social N Psic.Institucional Rita Louzada	CPV				Carvalho TTP Fátima Dysman Terapia Comporta- mental Marcele Carvalho	8 5
13:00 14:40	Psic. Humanista Existencial Fernando	9								TEAP II Marcele Carvalho	8
14:50 16:30	Psic. Humanista Existencial Fernando	9	Psic.Social da Família Angelina	6	Técnica de Avaliação Psicologia da Criança	CPV				TEAP II Marcele Carvalho	8
16:40 18:20			Psic.Social da Família Angelina	6	Técnica de Avaliação Psicológica da Criança (Elza)	CPV				TEAP II Marcele Carvalho	8

OUTRAS UNIDADES – 2013/1

Horário	2ª Feira	3ª FEIRA	SALA	4ª FEIRA	SALA	5ª FEIRA	SALA	6ª FEIRA	SALA	Sábado
---------	----------	----------	------	----------	------	----------	------	----------	------	--------

Estágio Específico IV	P.S.SI	0h	2
Estágio Específico V	.SI	0h	2
CP.S			

360h

Eletivas Restritas

24

Estágio Específico IV	P.S.SI	0h	2
Estágio Específico V	.SI	0h	2
CP.S			

360h

Eletivas Restritas

24

Ênfase: Psicologia e Saúde

Estágio

Ênfase: Psicologia Social e Institucional

Eletivas Restritas

Disciplinas Obrigatórias do Núcleo Comum - 104 Créditos - 1620 h - (420x2)

Disciplinas Obrigatórias das Ênfases - 52 Créditos - (26x2) = 840 h - (420x2)

Eletivas Restritas - 48 Créditos (24x2) - 720 h (360x2)

Estágio Básico - 2 Créditos - 60 h

Estágio Específico - 18 Créditos (9x2) - 540 h (270x2)

Monografia - 12 Créditos - 180 h

Atividades Complementares - 200 h

Carga Horária - 4160 h - Créditos - 236

Curso	Disciplina	Carga Horária	Créditos	Observações
Psicologia e Instituições Familiares	SI02-11762	0h	4	Psicologia e Instituições Familiares - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Psicologia e Instituições Familiares - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Psicologia e Instituições Familiares - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Psicologia e Instituições Familiares - Ênfase em Saúde
Psicologia e Instituições de Saúde	SI02-11762	0h	4	Psicologia e Instituições de Saúde - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Psicologia e Instituições de Saúde - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Psicologia e Instituições de Saúde - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Psicologia e Instituições de Saúde - Ênfase em Saúde
Estágio Específico I	SI02-11762	0h	4	Estágio Específico I - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Estágio Específico I - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Estágio Específico I - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Estágio Específico I - Ênfase em Saúde
Estágio Específico II	SI02-11762	0h	4	Estágio Específico II - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Estágio Específico II - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Estágio Específico II - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Estágio Específico II - Ênfase em Saúde
Estágio Específico III	SI02-11762	0h	4	Estágio Específico III - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Estágio Específico III - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Estágio Específico III - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Estágio Específico III - Ênfase em Saúde
Estágio Específico IV	SI02-11762	0h	4	Estágio Específico IV - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Estágio Específico IV - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Estágio Específico IV - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Estágio Específico IV - Ênfase em Saúde
Estágio Específico V	SI02-11762	0h	4	Estágio Específico V - Ênfase em Saúde
	SI02-11763	0h	4	Estágio Específico V - Ênfase em Saúde
	SI02-11764	0h	3	Estágio Específico V - Ênfase em Saúde
	SI02-11765	0h	4	Estágio Específico V - Ênfase em Saúde

Tempo de Integralização: Mínimo 10 Períodos - Máximo 16 Períodos e Formação de Psicólogo concomitante com a licenciatura será de 18 períodos.

ANEXO J – Grade Curricular Universidade Estácio de Sá

Matriz curricular de Psicologia para ingressantes a partir de 2010. ESTACIO DE SÁ

Curso: 21 - PSICOLOGIA

Currículo: 110		Vigência: 01/01/2010 Até a presente data.											
Autorização:													
Reconhecimento:													
Renovação:													
Período: 1													
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	Carga Horária			Créditos			ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
				T	P	C	T	P	C				
CCJ001	FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
CEL0014	ANÁLISE TEXTUAL	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0007	FILOSOFIA	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0012	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		
SDE0015	INTRODUÇÃO A PSICOLOGIA	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0234	FUNDAMENTOS DE NEUROANATOMIA	MINIMA		44	44	0	2	2	0	0	0		
Período: 2													
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	Carga Horária			Créditos			ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
				T	P	C	T	P	C				
CEL0016	MATEMÁTICA BÁSICA	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
CEL0017	METODOLOGIA CIENTÍFICA	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
GST0015	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0006	ESTATÍSTICA BÁSICA	MINIMA		44	44	44	2	2	2	0	0		
SDE0026	FUNDAMENTOS EPISTÉMICOS DA PSICOLOGIA	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0038	TEORIAS E SISTEMAS PSICOLÓGICOS I	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0065	DESENVOLVIMENTO HUMANO I	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0134	ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0		
Período: 3													
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	Carga Horária			Créditos			ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
				T	P	C	T	P	C				
SDE0033	PSICOLOGIA DA PERCEPÇÃO	MINIMA		0	44	44	0	2	2	0	0		
SDE0140	PESQUISA EM PSICOLOGIA I	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0015	
SDE0151	PSICOFISIOLOGIA	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0	SDE0234	
SDE0154	PSICOLOGIA DA MOTIVAÇÃO E EMOÇÃO	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0015	
SDE0185	TEORIAS E SISTEMAS PSICOLÓGICOS II	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0	SDE0038	
SDE0210	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I EM PSICOLOGIA: OBSERVAÇÃO	MINIMA		0	44	0	0	2	0	0	0	SDE0015	
SDE0371	ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0		
Período: 4													
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	Carga Horária			Créditos			ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
				T	P	C	T	P	C				
CCAD169	COMUNICAÇÃO COMUNITARIA	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
CCAD340	TÉCNICAS DE ORATÓRIA	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0066	DESENVOLVIMENTO HUMANO II	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		
SDE0083	ÉTICA NA SAÚDE	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0153	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM E MEMÓRIA	MINIMA		44	44	44	2	2	2	0	0	SDE0015	
SDE0155	PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0	SDE0015	
SDE0180	TÉCNICAS DE EXAME PSICOLÓGICO I	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0015	
SDE0186	TEORIAS E SISTEMAS PSICOLÓGICOS III	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0	SDE0015	
Período: 5													
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	Carga Horária			Créditos			ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
				T	P	C	T	P	C				
SDE0157	PSICOLOGIA DO PENSAMENTO E DA LINGUAGEM	MINIMA		44	44	44	2	2	2	0	0		
SDE0162	PSICOLOGIA SOCIAL I	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0	SDE0015	
SDE0181	TÉCNICAS DE EXAME PSICOLÓGICO II	MINIMA		0	44	44	0	2	2	0	0	SDE0180	
SDE0187	TEORIAS E SISTEMAS PSICOLÓGICOS IV	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0372	DESENVOLVIMENTO HUMANO III	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		
Período: 6													
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	Carga Horária			Créditos			ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
				T	P	C	T	P	C				
SDE0067	PROCESSOS GRUPAIS	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0		
SDE0161	PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	MINIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0163	PSICOLOGIA SOCIAL II	MINIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0162	
SDE0167	PSICOPATOLOGIA	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0	SDE0155	
SDE0211	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II EM PSICOLOGIA	MINIMA		0	44	0	0	2	0	0	0	SDE0210	
SDE0274	FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA DA SAÚDE	MINIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		

Período: 7		Carga Horária			Créditos								
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	T	P	C	T	P	C	ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
SDE0135	ORIENTAÇÃO VOCACIONAL	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	2160		
SDE0141	PESQUISA EM PSICOLOGIA	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0140	
SDE0149	PSICODIAGNÓSTICO	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	0		
SDE0152	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0163	
SDE0165	PSICOLOGIA HOSPITALAR	MÍNIMA		88	0	0	4	0	0	0	2400		
SDE0188	TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	2160		
SDE0212	ESTÁGIO SUPERVISIONADO BÁSICO III EM PSICOLOGIA	MÍNIMA		0	44	0	0	2	0	0	1800	SDE0211	

Período: 8		Carga Horária			Créditos								
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	T	P	C	T	P	C	ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
CEL0101	LIBRAS	OPTATIV		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0060	CLÍNICA PSICANALÍTICA	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	2500		
SDE0156	PSICOLOGIA DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS	MÍNIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		
SDE0158	PSICOLOGIA ESCOLAR	MÍNIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		
SDE0159	PSICOLOGIA JURÍDICA	MÍNIMA		44	0	0	2	0	0	0	2500		
SDE0160	PSICOLOGIA DA SAÚDE	MÍNIMA		44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0189	TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	2500		
SDE0213	EST.SUP.ESPECIFICO A EM PSIC. E PROC. CLINICOS	ELETIVA	EST	88	0	132	4	0	6	0	2500	SDE0212	
SDE0249	EST.SUP- ESP. A EM PSICO E PREV E PR. SAÚDE	ELETIVA	EST	88	0	132	4	0	6	0	0		
SDE0250	PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0251	PSICOLOGIA, SAÚDE E SOCIEDADE	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		

Período: 9		Carga Horária			Créditos								
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	T	P	C	T	P	C	ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
SDE0114	GESTALT TERAPIA	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0147	PRODUÇÃO AVANÇADA DE TRABALHO ACADÊMICO I	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	3000	SDE0141	
SDE0150	PSICOFARMACOLOGIA	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	3600		
SDE0175	SEMINÁRIOS AVANÇADOS EM PSICOLOGIA	MÍNIMA		88	0	0	4	0	0	0	3000		
SDE0190	TERAPIA EXISTENCIAL HUMANISTA	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0214	EST.SUP.ESPECIFICO B EM PSIC. E PROC. CLINICOS	ELETIVA	EST	88	0	132	4	0	6	0	3600	SDE0213	
SDE0252	EST. SUP ESP. B PSICO PREV E PROMO DE SAUDE	ELETIVA	EST	88	0	132	4	0	6	0	0		
SDE0253	PSICOLOGIA E SAÚDE DO TRABALHADOR	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0254	PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E SAÚDE	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0255	SAÚDE COLETIVA E DESENVOLV. SUSTENTÁVEL	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		

Período: 10		Carga Horária			Créditos								
Código	Disciplina	Tipo	Gr.	T	P	C	T	P	C	ED	Matur.	Pré-Req.	Co-Req.
CCED219	HIGIENE E SAÚDE OCUPACIONAL	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
GST0002	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS I	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
GST0021	PSICOLOGIA NAS ORGANIZAÇÕES	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
GST0144	GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
GST0149	GESTÃO PÚBLICA	ELETIVA	G1	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0148	PRODUÇÃO AVANÇADA DE TRABALHO ACADÊMICO II	MÍNIMA		44	0	44	2	0	2	0	0	SDE0147	
SDE0164	PSICOLOGIA, GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	MÍNIMA		88	0	0	4	0	0	0	0		
SDE0191	TÓPICO ESPECIAL PSI. E PROCESSOS CLÍNICOS I	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	3600		
SDE0192	TÓPICO ESPECIAL PSI. E PROCESSOS CLÍNICOS II	ELETIVA	CLIN	44	0	0	2	0	0	0	3600		
SDE0215	EST.SUPERV.ESPEC. C EM PSI. E PROC. CLINICOS	ELETIVA	EST	88	0	132	4	0	6	0	0	SDE0214	
SDE0247	EST. SUP ESPECIAL C PSICO E PREV. DE SAUDE	ELETIVA	EST	88	0	0	4	0	0	0	0		
SDE0248	TOP. ESPEC PSICO E PROM. PREVENÇÃO SAUDE I	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		
SDE0290	TOP ESPECIAL PSICO E PROMO PREV. DE SAÚDE II	ELETIVA	SAU	44	0	0	2	0	0	0	0		

Carga Horária Resumida

Tipo Participação	Grupo Eletivas	Horas Min.	Horas Teórica	Horas Prática	Horas Campo	Horas ED	Total Horas	Crédito Teórico	Crédito Prático	Crédito Campo	Total Créditos
MÍNIMA		3828	2506	396	836	0	3828	118,0	18,0	38,0	174,0
ELETIVA	EST	44	616	0	396	0	1012	28,0	0,0	18,0	46,0
ELETIVA	G1	88	396	0	0	0	396	18,0	0,0	0,0	18,0
ELETIVA	SAUD	44	308	0	0	0	308	14,0	0,0	0,0	14,0
ELETIVA	CLIN	44	308	0	132	0	440	14,0	0,0	6,0	20,0
OPTATIVA		0	44	0	0	0	44	2,0	0,0	0,0	2,0
PTIATIVIDADES COMPLEMENTARES		100	0	0	0	0	100	0,0	0,0	0,0	0,0

Total 4148 4268 396 1364 0 6128 194,0 18,0 62,0 274,0

Carga Horária Resumida - Estágio

Tipo Participação	Horas Min.	Total Horas
-------------------	------------	-------------

ANEXO K – Grade Curricular Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio)

Periodização - Formação de Psicólogo

Código	Nome da Disciplina	Créditos
1º PERÍODO		
<u>FIL 0102**</u>	Optativas de Filosofia - Núcleo Básico do CTCH	4
<u>NBH 0121**</u>	Optativas de Sociologia/História - Núcleo Básico do CTCH	4
<u>PSI 1020</u>	Fundamentos em Neurociências	8
<u>PSI 1600</u>	Método Científico em Psicologia	4
<u>PSI 1817</u>	História da Psicologia	6
2º PERÍODO		
<u>CRE 1100</u>	O Humano e o Fenômeno Religioso	4
<u>LET 1910</u>	Análise e Produção de Texto Acadêmico	4
<u>PSI 1831</u>	Métodos Quantitativos	4
<u>PSI 1848</u>	Processos Psicológicos Básicos	8
<u>PSI 1910</u>	Teoria Psicanalítica	4
3º PERÍODO		
<u>CRE 0700**</u>	Optativas de Cristianismo	4
<u>PSI 1016</u>	Metapsicologia Freudiana	4
<u>PSI 1850</u>	Psicologia e Desenvolvimento	6
<u>PSI 1860</u>	Psicopatologia	6
<u>PSI 1899</u>	Linguagem e Cognição	4
4º PERÍODO		
<u>CRE 1141</u>	Ética Cristã	2
<u>PSI 1869</u>	Abordagem Psiquiátrica dos Quadros Clínicos	4
<u>PSI 1870</u>	Psicologia Social	6
<u>PSI 1900</u>	Psicologia e Instituições	6
<u>PSI 1981</u>	Estágio Básico I	4
5º PERÍODO		
<u>PSI 1839</u>	Métodos Qualitativos	4
<u>PSI 1903</u>	Psicologia e Saúde	4
<u>PSI 1930</u>	Psicoterapias	6
<u>PSI 1950</u>	Psicologia, Trabalho e Organizações	6
<u>PSI 1982</u>	Estágio Básico II	4
6º PERÍODO		
<u>PSI 1024</u>	Avaliação Psicológica	6

<u>PSI 1898</u>	Linguagem e Subjetividade	4
<u>PSI 1983</u>	Estágio Básico III	4

7º PERÍODO

<u>PSI 1960</u>	Psicologia e Educação	6
<u>PSI 1984</u>	Estágio Básico IV	4

8º PERÍODO

<u>CRE 1161</u>	Ética Profissional	2
<u>PSI 1970</u>	Monografia I	6

9º PERÍODO

<u>PSI 1971</u>	Monografia II	6
<u>PSI 1985</u>	Estágio Básico V	10

10º PERÍODO

<u>PSI 1986</u>	Estágio Básico VI	10
-----------------	-------------------	----

PERÍODO LETIVO INDETERMINADO

ACP 0900	Atividades Complementares	12
ELD 0900	Eletivas do Departamento	40
ELL 0900	Eletivas Livres - Dentro/Fora do Departamento	20

Total de créditos: 250

* Consulte o conjunto de disciplinas que compõem este grupo no [PUC online](#) ou na secretaria do seu curso.

As disciplinas optativas são relacionadas em grupo e podem ser cursadas separadamente até se completar o número de créditos que devem ser cumpridos. Informações sobre as disciplinas que compõem cada grupo podem ser obtidas diretamente no [PUC online](#) ou na secretaria do seu curso.

As disciplinas eletivas são de escolha do aluno, desde que obedecidos o tipo e o número de créditos estabelecidos no currículo para cada tipo de eletiva.

ANEXO L – Grade Curricular Universidade Federal Rio Grande Sul (UFRGS)

Currículo PSICOLOGIA-HABIL PSICÓLOGO 267

Créditos Obrigatorios: 250

Créditos Eletivos: 27

Créditos Complementares: 0

Número de tipos de atividades complementares: 2

Semestre selecionado: 2013/1

Etapa 1

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
CBS05540	<u>ELEMENTOS DE ANATOMIA E HISTOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO</u>	60	4	Obrigatória
MAT02280	<u>ESTATÍSTICA BÁSICA I</u>	60	4	Obrigatória
PSI01221	<u>HISTÓRIA DA PSICOLOGIA</u>	60	4	Obrigatória
HUM04002	<u>INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA - A</u>	60	4	Obrigatória
PSI01014	<u>PSICOLOGIA EXPERIMENTAL I A</u>	60	4	Obrigatória
PSI01222	<u>PSICOLOGIA GERAL</u>	60	4	Obrigatória

Etapa 2

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
HUM01178	<u>EPISTEMOLOGIA DA PSICOLOGIA</u> HISTÓRIA DA PSICOLOGIA e PSICOLOGIA GERAL	60	4	Obrigatória
CBS03342	<u>FISIOLOGIA PSICOLÓGICA I</u> ELEMENTOS DE ANATOMIA E HISTOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO	60	4	Obrigatória
PSI01012	<u>PESQUISA EM PSICOLOGIA A</u>	60	4	Obrigatória
PSI01227	<u>PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I</u> HISTÓRIA DA PSICOLOGIA e PSICOLOGIA GERAL	60	4	Obrigatória
PSI01007	<u>PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A</u> PSICOLOGIA GERAL	60	4	Obrigatória
PSI01015	<u>PSICOLOGIA EXPERIMENTAL II A</u> PSICOLOGIA EXPERIMENTAL I A	60	4	Obrigatória

Etapa 3

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
CBS03343	<u>FISIOLOGIA PSICOLÓGICA II</u> FISIOLOGIA PSICOLÓGICA I	60	4	Obrigatória
PSI01013	<u>PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA I</u> PESQUISA EM PSICOLOGIA A	60	4	Obrigatória
PSI01228	<u>PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II</u> PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I	60	4	Obrigatória
PSI01008	<u>PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II - A</u> PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A	60	4	Obrigatória
PSI01016	<u>PSICOLOGIA EXPERIMENTAL III-A</u> PSICOLOGIA EXPERIMENTAL II A	60	4	Obrigatória
PSI02223	<u>PSICOLOGIA SOCIAL I - A</u> INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA - A	60	4	Obrigatória
PSI01018	<u>TÉCNICAS PSICOMÉTRICAS I A</u> ESTATÍSTICA BÁSICA I e PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I e PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A	60	4	Obrigatória

Etapa 4

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI02613	<u>PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO I</u> PSICOLOGIA SOCIAL I - A	60	4	Obrigatória
PSI03243	<u>PSICOLOGIA DO EXCEPCIONAL I</u> PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II - A e PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I e PSICOLOGIA SOCIAL I - A	60	4	Obrigatória
PSI02234	<u>PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM I</u> PSICOLOGIA SOCIAL I - A	60	4	Obrigatória

PSI02224	<u>PSICOLOGIA SOCIAL II - A</u> PSICOLOGIA SOCIAL I - A	60	4	Obrigatória
PSI03268	<u>PSICONEUROLOGIA I</u> FISIOLOGIA PSICOLÓGICA II	60	4	Obrigatória
PSI01019	<u>TÉCNICAS PSICOMÉTRICAS II A</u> TÉCNICAS PSICOMÉTRICAS I A	60	4	Obrigatória

Etapa 5

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI02262	<u>ÉTICA PROFISSIONAL</u> EPISTEMOLOGIA DA PSICOLOGIA e PSICOLOGIA SOCIAL II - A	60	4	Obrigatória
PSI03282	<u>MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO I</u> PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I	60	4	Obrigatória
PSI02614	<u>PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO II</u> PSICOLOGIA SOCIAL II - A e PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO I	60	4	Obrigatória
PSI02271	<u>PSICOLOGIA DO TRABALHO I</u> PSICOLOGIA SOCIAL II - A	60	4	Obrigatória
PSI02235	<u>PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM II</u> PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM I	60	4	Obrigatória
PSI03610	<u>PSICOPATOLOGIA I</u> PSICOLOGIA DO EXCEPCIONAL I e PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I e PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A	60	4	Obrigatória

Etapa 6

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI03612	<u>ESTÁGIO EM PSICOPATOLOGIA</u> ÉTICA PROFISSIONAL	150	10	Obrigatória
PSI03283	<u>MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO II</u> MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO I e PSICOPATOLOGIA I	60	4	Obrigatória
CBS09397	<u>PSICOFARMACOLOGIA</u> ÉTICA PROFISSIONAL e PSICOPATOLOGIA I	60	4	Obrigatória
PSI03248	<u>PSICOLOGIA CLÍNICA I</u> PSICOPATOLOGIA I	60	4	Obrigatória
PSI02272	<u>PSICOLOGIA DO TRABALHO II</u> PSICOLOGIA DO TRABALHO I	60	4	Obrigatória
PSI02270	<u>PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM III</u> PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM II e PSICOPATOLOGIA I	60	4	Obrigatória
PSI03611	<u>PSICOPATOLOGIA II</u> PSICOPATOLOGIA I	60	4	Obrigatória
PSI01252	<u>TÉCNICAS PROJETIVAS I</u> PSICOPATOLOGIA I	60	4	Obrigatória

Etapa 7

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI03284	<u>MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO III</u> TÉCNICAS PROJETIVAS I e MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO II	60	4	Obrigatória
PSI03249	<u>PSICOLOGIA CLÍNICA II</u> PSICOLOGIA CLÍNICA I	60	4	Obrigatória
PSI02273	<u>PSICOLOGIA DO TRABALHO III</u> PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO II e PSICOLOGIA DO TRABALHO II	60	4	Obrigatória
PSI01253	<u>TÉCNICAS PROJETIVAS II</u> TÉCNICAS PROJETIVAS I	60	4	Obrigatória
PSI03245	<u>TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS I</u> PSICOLOGIA CLÍNICA I e MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO II	60	4	Obrigatória

GRUPO [1] DE ALTERNATIVAS - [10] CRÉDITOS EXIGIDOS

PSI02288	<u>PSICOLOGIA DA COMUNIDADE ESCOLAR I - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO II e ÉTICA PROFISSIONAL e PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM III	150	10	Alternativa
PSI02005	<u>PSICOLOGIA SOCIAL I - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM III	150	10	Alternativa

- e PSICOLOGIA DO TRABALHO II
- e ÉTICA PROFISSIONAL
- e PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO II

Etapa 8

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI03250	<u>PSICOLOGIA CLÍNICA III</u> PSICOLOGIA CLÍNICA II	60	4	Obrigatória
PSI03246	<u>TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS II</u> TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS I	60	4	Obrigatória

GRUPO [1] DE ALTERNATIVAS - [10] CRÉDITOS EXIGIDOS

PSI02289	<u>PSICOLOGIA DA COMUNIDADE ESCOLAR II - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA DA COMUNIDADE ESCOLAR I - ESTÁGIO	150	10	Alternativa
PSI02006	<u>PSICOLOGIA SOCIAL II - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA SOCIAL I - ESTÁGIO	150	10	Alternativa

Etapa 9

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI03292	<u>PSICOLOGIA CLÍNICA I - ESTÁGIO</u> TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS II e PSICOLOGIA CLÍNICA III e MÉTODOS E TÉCNICAS DE EXPLORAÇÃO E DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO III e ESTÁGIO EM PSICOPATOLOGIA	150	10	Obrigatória

GRUPO [1] DE ALTERNATIVAS - [10] CRÉDITOS EXIGIDOS

PSI02290	<u>PSICOLOGIA DO TRABALHO I - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA DO TRABALHO II e ÉTICA PROFISSIONAL e PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO II	150	10	Alternativa
PSI02011	<u>PSICOLOGIA SOCIAL III - ESTÁGIO PSI</u> PSICOLOGIA SOCIAL II - ESTÁGIO	150	10	Alternativa

Etapa 10

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
PSI03293	<u>PSICOLOGIA CLÍNICA II - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA CLÍNICA I - ESTÁGIO	150	10	Obrigatória

GRUPO [1] DE ALTERNATIVAS - [10] CRÉDITOS EXIGIDOS

PSI02291	<u>PSICOLOGIA DO TRABALHO II - ESTÁGIO</u> PSICOLOGIA DO TRABALHO I - ESTÁGIO	150	10	Alternativa
PSI02012	<u>PSICOLOGIA SOCIAL IV - ESTÁGIO PSI</u> PSICOLOGIA SOCIAL III - ESTÁGIO PSI	150	10	Alternativa

Eletiva/Facultativa

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
EDU03036	<u>AÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA SALA DE AULA</u>	30	2	Eletiva
LET02208	<u>ALEMÃO INSTRUMENTAL I</u>	60	4	Eletiva
LET02209	<u>ALEMÃO INSTRUMENTAL II</u> ALEMÃO INSTRUMENTAL I	60	4	Eletiva
PSI02010	<u>AMBIENTES VIRTUAIS PARA A APRENDIZAGEM</u>	30	2	Eletiva
PSI01038	<u>ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO</u>	60	4	Eletiva
PSI01024	<u>ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA INCLUSÃO</u>	30	2	Eletiva
EDU03384	<u>BASES PSICOPEDAGÓGICAS E SOCIAIS DA APRENDIZAGEM</u>	30	2	Eletiva
CBS01030	<u>BIOQUÍMICA APLICADA À PSICOLOGIA</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI03031	<u>CLÍNICA EM SAÚDE MENTAL COLETIVA</u>	60	4	Eletiva
PSI01034	<u>DESENVOLVIMENTO ATÍPICO</u>	30	2	Eletiva
MAT02281	<u>ESTATÍSTICA BÁSICA II</u> ESTATÍSTICA BÁSICA I	60	4	Eletiva
PSI02281	<u>ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE ORGANIZAÇÕES</u> PSICOLOGIA DO TRABALHO II	60	4	Eletiva
PSI02037	<u>ESTUDOS AVANÇADOS EM APRENDIZAGEM</u>	60	4	Eletiva

PSI02618	<u>ESTUDOS EM PSICOLOGIA I</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI02619	<u>ESTUDOS EM PSICOLOGIA II</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI02620	<u>ESTUDOS EM PSICOLOGIA III</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
FIS02009	<u>EXPLORANDO O UNIVERSO: DOS QUARKS AOS QUASARES</u> Créditos Obrigatórios: 12	30	2	Eletiva
HUM01135	<u>FILOSOFIA DA CULTURA</u>	60	4	Eletiva
PSI02038	<u>FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E SUBJETIVIDADE</u>	60	4	Eletiva
LET02248	<u>FRANCÊS INSTRUMENTAL I</u>	60	4	Eletiva
LET02249	<u>FRANCÊS INSTRUMENTAL II</u> FRANCÊS INSTRUMENTAL I	60	4	Eletiva
EDU03033	<u>FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS E PSICOPEDAGÓGICOS DA APRENDIZAGEM</u>	30	2	Eletiva
PSI02039	<u>GÊNERO E SEXUALIDADE NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEOS</u>	60	4	Eletiva
BIO07014	<u>GENÉTICA PARA A PSICOLOGIA</u> ELEMENTOS DE ANATOMIA E HISTOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO	60	4	Eletiva
HUM03348	<u>HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL I</u>	60	4	Eletiva
HUM03349	<u>HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL II</u> HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL I	60	4	Eletiva
HUM03352	<u>HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL GERAL I</u>	60	4	Eletiva
HUM03353	<u>HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL GERAL II</u> HISTÓRIA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL GERAL I	60	4	Eletiva
PSI02040	<u>INFÂNCIA E SOCIEDADE</u>	60	4	Eletiva
LET02268	<u>INGLÊS INSTRUMENTAL I</u>	60	4	Eletiva
LET02269	<u>INGLÊS INSTRUMENTAL II</u> INGLÊS INSTRUMENTAL I	60	4	Eletiva
PSI01010	<u>INTERAÇÃO PAIS-BEBÊ</u> PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A	60	4	Eletiva
PSI03001	<u>INTRODUÇÃO À PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI02004	<u>INTRODUÇÃO A QUESTÕES DO ENVELHECIMENTO</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
HUM01861	<u>INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO FILOSÓFICO</u>	60	4	Eletiva
EDU03071	<u>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)</u>	30	2	Eletiva
LET01177	<u>LITERATURA GREGA EM TRADUÇÃO</u>	60	4	Eletiva
HUM01168	<u>LÓGICA</u>	60	4	Eletiva
PSI03032	<u>MÉTODO CLÍNICO E DIAGNÓSTICO II</u>	60	4	Eletiva
PSI01039	<u>NEUROPSICOLOGIA</u>	60	4	Eletiva
EDU03017	<u>ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</u> Créditos Obrigatórios: 45	60	4	Eletiva
PSI03007	<u>PESQUISA EM PSICANÁLISE I</u>	60	4	Eletiva
PSI03008	<u>PESQUISA EM PSICANÁLISE II</u>	60	4	Eletiva
PSI01603	<u>PESQUISA EM PSICOLOGIA COGNITIVA I</u> PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A	75	5	Eletiva
PSI01604	<u>PESQUISA EM PSICOLOGIA COGNITIVA II</u> PESQUISA EM PSICOLOGIA COGNITIVA I	75	5	Eletiva
PSI03009	<u>PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA I</u>	60	4	Eletiva
PSI03010	<u>PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA II</u>	60	4	Eletiva

PSI02041	<u>POLÍTICAS DE JUVENTUDE E SUBJETIVIDADE</u>	60	4	Eletiva
PSI01617	<u>PRÁTICA EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL</u> SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	45	3	Eletiva
PSI03033	<u>PROCESSOS CLÍNICOS III</u>	60	4	Eletiva
PSI02042	<u>PROCESSOS GRUPAIS II</u> PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO I	60	4	Eletiva
PSI02043	<u>PROCESSOS GRUPAIS III</u> PROCESSOS GRUPAIS II ou PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E DINÂMICA DE GRUPO II	60	4	Eletiva
PSI02044	<u>PROCESSOS GRUPAIS IV</u> PROCESSOS GRUPAIS III	60	4	Eletiva
PSI03034	<u>PSICANÁLISE E ARTE</u>	60	4	Eletiva
PSI03005	<u>PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO</u>	45	3	Eletiva
PSI03035	<u>PSICANÁLISE E LINGUAGEM</u>	60	4	Eletiva
PSI03251	<u>PSICOLOGIA CLÍNICA IV</u> PSICOLOGIA CLÍNICA III	60	4	Eletiva
PSI01033	<u>PSICOLOGIA COMUNITÁRIA</u>	30	2	Eletiva
PSI01001	<u>PSICOLOGIA COMUNITÁRIA I</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI01002	<u>PSICOLOGIA COMUNITÁRIA II</u> PSICOLOGIA COMUNITÁRIA I	60	4	Eletiva
PSI02204	<u>PSICOLOGIA DA COMUNICAÇÃO</u>	30	2	Eletiva
PSI03006	<u>PSICOLOGIA DA DIFERENÇA E INCLUSÃO SOCIAL</u>	30	2	Eletiva
PSI03036	<u>PSICOLOGIA DA LINGUAGEM E DA COMUNICAÇÃO - A</u>	60	4	Eletiva
PSI01041	<u>PSICOLOGIA DO ADOLESCENTE</u>	60	4	Eletiva
PSI03244	<u>PSICOLOGIA DO EXCEPCIONAL II</u> PSICOLOGIA DO EXCEPCIONAL I	60	4	Eletiva
PSI02003	<u>PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI02045	<u>PSICOLOGIA EM MOVIMENTOS SOCIAIS</u>	60	4	Eletiva
PSI01017	<u>PSICOLOGIA EXPERIMENTAL IV A</u> PSICOLOGIA EXPERIMENTAL III-A	60	4	Eletiva
PSI01009	<u>PSICOLOGIA HOSPITALAR</u> PSICONEUROLOGIA I e PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I - A	60	4	Eletiva
PSI03269	<u>PSICONEUROLOGIA II</u> PSICONEUROLOGIA I	60	4	Eletiva
PSI02002	<u>PSICOPEDAGOGIA</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI01005	<u>RELAÇÕES FAMILIARES</u> PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II - A	60	4	Eletiva
PSI01247	<u>SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL</u> PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II - A	60	4	Eletiva
PSI03037	<u>SEMINÁRIO DE PSICANÁLISE I - A</u>	60	4	Eletiva
PSI03038	<u>SEMINÁRIO DE PSICANÁLISE II - A</u>	60	4	Eletiva
PSI03039	<u>SEMINÁRIO DE PSICANÁLISE III - A</u>	60	4	Eletiva
PSI03621	<u>SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA I</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI03002	<u>SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA II A</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI03003	<u>SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA III A</u> Créditos Obrigatórios: 12	60	4	Eletiva
PSI02046	<u>SEMINÁRIO EM PSICOLOGIA SOCIAL</u>	60	4	Eletiva
PSI01609	<u>SEXUALIDADE HUMANA</u>	45	3	Eletiva
PSI01068	<u>SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS TRANSTORNOS MENTAIS</u>	60	4	Eletiva

Créditos Obrigatórios: 12

HUM04406	<u>SOCIOLOGIA I</u> INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA - A ou Créditos Obrigatórios: 20	60	4	Eletiva
HUM04407	<u>SOCIOLOGIA II</u> SOCIOLOGIA I	60	4	Eletiva
HUM04422	<u>SOCIOLOGIA III</u> SOCIOLOGIA II	60	4	Eletiva
HUM04423	<u>SOCIOLOGIA IV</u> SOCIOLOGIA II	60	4	Eletiva
PSI01274	<u>TÉCNICAS PROJETIVAS III</u> TÉCNICAS PROJETIVAS I	60	4	Eletiva
PSI01295	<u>TÉCNICAS PROJETIVAS IV</u> TÉCNICAS PROJETIVAS III	60	4	Eletiva
PSI03040	<u>TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS II - A</u>	60	4	Eletiva
PSI01069	<u>TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL</u>	60	4	Eletiva
PSI01035	<u>TÓPICOS EM PSICOLOGIA I</u>	60	4	Eletiva
PSI01036	<u>TÓPICOS EM PSICOLOGIA II</u>	60	4	Eletiva
PSI01037	<u>TÓPICOS EM PSICOLOGIA III</u>	60	4	Eletiva
PSI01040	<u>TRANSTORNOS DO DESENVOLVIMENTO</u>	60	4	Eletiva

•

ANEXO M – Grade Curricular Pontifícia Católica Rio Grande do Sul (PUCRS)

Disciplinas	Código	Turma
Análise de Pesquisa em Psicologia	IPM332	IPA
Behaviorismo	IPG201	IPA
Behaviorismo	IPG201	IPB
Dinâmica de Grupo e Relações Humanas I	IPS421	IPA
Ecologia Social e Comunidades	IPS211	IPA
Elaboração de Medidas em Psicologia I	IPM311	IPA
Elaboração de Medidas em Psicologia I	IPM311	IPB
Elaboração de Medidas em Psicologia II	IPM312	IPA
Ética Profissional	IPS555	IPA
Gestalt-Terapia	IPC546	IPA
Gestaltismo	IPG201	IPA
Gestaltismo	IPG201	IPB
História da Psicologia	IPG240	IPA
Introdução à Metodologia Científica	IPM101	IPA
Introdução à Metodologia Científica	IPM101	IPB
Planejamento de Pesquisa em Psicologia	IPM331	IPA
Planejamento de Pesquisa em Psicologia	IPM331	IPB
Prática de Pesquisa em Aprendizagem	IPG404	IPA
Prática de Pesquisa em Aprendizagem	IPG404	IPB
Prática de Pesquisa em Pensamento	IPG402	IPA
Prática de Pesquisa em Percepção	IPG401	IPA
Prática de Pesquisa Motivação e Emoção	IPG403	IPA
Práticas e Políticas de Saúde	IPS224	IPA
Psicanálise IPA	IPG203	IPA
Psicanálise IPB	IPG203	IPB
Psicolinguística I	IPG231	IPA
Psicolinguística II	IPG232	IPA
Psicologia Aplicada às Artes Cênicas	IPC135	EBA
Psicologia Aplicada à Saúde	IPC111	IPA
Psicologia da Aprendizagem	IPG104	IPA

Psicologia da Motivação e Emoção IPA	IPG103	IPA
Psicologia da Motivação e Emoção IPB	IPG103	IPB
Psicologia da Percepção	IPG101	IPA
Psicologia da Personalidade I	IPC311	IPA
Psicologia da Personalidade II - IPA	IPC312	IPA
Psicologia da Personalidade II - IPB	IPC312	IPB
Psicologia das Organizações	IPS120	IPA
Psicologia do Desenvolvimento I	IPC231	IPA
Psicologia do Desenvolvimento II	IPC232	IPA
Psicologia do Pensamento	IPG102	IPA
Psicologia do Trabalho	IPS532	IPA
Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem	IPS435	IPA
Psicologia Esc. Problemas da Aprendizagem	IPS435	IPB
Psicologia Humanista Existencial	IPC246	IPA
Psicologia I CB IPA	IPG111	IPA
Psicologia I CB IPB	IPG111	IPB
Psicologia Institucional	IPS536	IPA
Psicologia Social I	IPS311	IPA
Psicologia Social II	IPS312	IPA
Psicologia Social II	IPS312	IPB
Psicoterapia Breve	IPG555	IPA
Sexualidade	IPC421	IPA
TEAP I	IPC541	IPA
TEAP II	IPC542	IPA
Técnicas de Avaliação Psicológica da Criança	IPM324	IPA
Técnicas Projetivas e Expressivas I IPA	IPM322	IPA
Técnicas Projetivas e Expressivas I IPB	IPM322	IPB
Técnicas Projetivas e Expressivas II	IPM323	IPB
Teoria e Técnicas Psicoterápicas	IPC551	IPA
Teoria Psicanalítica C	IPG347	IPA
Teoria Psicanalítica D	IPG348	IPA
Teoria Psicanalítica E	PG349	IPA
Teoria Psicanalítica F	IPG350	IPA
Teoria Psicanalítica G	IPG351	IPA

Teoria Psicanalítica H	IPG352	IPA
Terapia Comportamental	IPC554	IPA
Testes Objetivos IPA	IPM321	IPA
Testes Objetivos IPB	IPM321	IPB
Tópicos Especiais em Psicologia Experimental A	IPG250	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia A	IPG248	IPA
Tópicos Especiais em Personalidade B	IPC249	IPA
Tópicos Especiais em Personalidade D	IPC252	IPA
Tópicos Especiais em Personalidade E	IPC253	IPA
Tópicos Especiais em Psic.Clínica I	IPC254	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Clínica II	IPC255	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Clínica III	IPC256	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social C	IPS250	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social D	IPS251	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social F	IPS253	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social G	IPS254	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social M	IPS259	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social N	IPS260	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social O	IPS261	IPA
Tópicos Especiais em Psicologia Social Q	IPS263	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria A	IPM248	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria B	IPM249	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria C	IPM250	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria D	IPM251	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria E	IPM252	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria G	IPM254	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria H	IPM255	IPA
Tópicos Especiais em Psicometria	IPM247	IPA

ANEXO N – Grade Curricular Universidade Rio dos Sinos (Unisinos)



2030 - CURSO DE PSICOLOGIA - CURRÍCULO 4 - NOTURNO								
Reconhecimento: Decreto 80.110/1977 - DOU 10/08/1977; Portaria MEC 1.790/1993 - DOU 23/12/1993								
Coordenador Executivo: Rosana Cecchini de Castro, Denise Falcke e Maria Elisabeth R. Selbach - Telefone: 3590-8190 - E-mail: cecchini@unisinos.br, dfalcke@unisinos.br e beth@unisinos.br								
		ATIVIDADES ACADÊ			ORAS-	HOR	PRÉ	HORÁRIOS-
9670		Temática: Concepções de Ser Humano História da Psicologia Saúde na América Latina			0			23-53-61 21-42-43(EaD)-53 23-33-51
9678		Processos Psicológicos Básicos Elementos de Anatomia e Fisiologia			0			42-43-51-71 31-33
2092		Introdução ao Filosofar História e Filosofia das Ciências Oficina: Ser Humano e Subjetivação			0		Estar cursa	33-63-71(EaD) 21-43-53-63
9671	neidade	Temática: Ciência e Profissão Psicologia Social I Psicologia: da Modernidade à Contemporaneidade			0		70	51-63 31(EaD)-33 61-63 21-33
2094		Fundamentos de Neurofisiologia			0		21	23-33-41-43-52(EaD)-53(EaD)
2128		Estatística Aplicada à Psicologia Ética e Bioética Saúde Mental Coletiva			0			22-23 33-41-43
2097		Temática: Sujeitos e Coletivo Metodologias de Pesquisa em Psicologia			0		71	21-33 23-41 41-43 51-53
2095		Psicologia da Criança I Psicologia Social II Processos Grupais			0			53-61 31-43 33-61
9672	mento	Neurofisiologia da Cognição e do Comportamento Psicologia Experimental			0		28	
9685	s	Temática: Inserção em Diferentes Contextos Estágio Básico em Psicologia Psicologia da Criança II Psicologia do Adolescente	e 11	6	20	50	Oficinas Teóricas +50 créditos	31-43 43-61 21-33 23-61
2098		Ética Profissional Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem			0		95	41(EaD)-53 51-63 31-63 23-61
0067	Aprendizagem	Genética Humana			0			
2099		Base de Teoria Psicanalítica			0			
Cursar 92258 (Obs. 9) ou 92259 - Exame de Proficiência em Português para Psicologia (Obs. 9 e 10)								
2259	siologia	Exame de Proficiência em Português para Psicologia						42-63(EaD)
0070	s	Temática: Inserção em Diferentes Contextos Psicologia do Adulto Laboratório de Estudos e Processos Grupais	1		0		03	21-53 33-41 63 41-43
0084	s	Psicopatologia Descritiva - Sistemas Classificatórios			0		92	21-22(EaD)-33-43-53 23-51 63
0096		Projetos de Pesquisa em Psicologia Autopsicologia, Psicofísica e Saúde			0		97	
2107		Temática: Avaliações Psicopatologia Psicologia Institucional Processos de Avaliação Psicológica II			0		96	23-41 31-43 21-53 33-51
2108		Fundamentos da Clínica Psicológica Processos de Ensino-Aprendizagem			0		99672	22(EaD)-63(EaD)
0082		Trabalho: Enfoque Transdisciplinar Oficina: Avaliações em Psicologia			0		02	21-43
2134	extos siologia da Família	Temática: Intervenções em Diferentes Contextos Modelos Teóricos e Avaliação Clínica			0		05	43 33-51 61 51-53
0083		Processos de Avaliação Psicológica II Psicologia do Envelhecimento Humano			0		82	23-41 33
2109	Base Analítica e Institucional	Clínica Psicológica - Base Analítica e Institucional			0		99	
0095	extos	Temática: Intervenções em Diferentes Contextos Seminário de Pesquisa em Psicologia Clínica e Subjetivação Contemporânea	e 14		0		01	33(EaD)-43 53 63 23
2116	Aprendizagem	Intervenções nos Processos de Ensino-Aprendizagem			0		05	
2112		Intervenções nas Relações de Trabalho Intervenções em Saúde Coletiva			0		06	62
		Introdução à Psicofarmacologia Clínica			0			

0037	Trabalho de Conclusão de Curso			20		20095 e 180 c	(Ver item 6 Guia do Al
2118	Intervenção com Crianças e Adolescentes			0		de 99690	43
	Clinica Grupal						
	Seminário I: Clínica Contemporânea						
	Atividade Acadêmica Optativa	e 11					
0	Atividade Acadêmica Optativa			0		tre de 99690	23
0	Atividade Acadêmica Optativa			0		tre de 99690	23
	Seminário II: Clínica Contemporânea						
	Sociais e Institucionais						
	Trabalho de Conclusão de Curso					20095-	Ver item 6 Guia do Al
9674	Psicologia e Direitos Humanos			0		de 99690	
9675	Psicologia e Políticas Públicas			0		de 99690	
	Seminário I: Práticas Sociais e Institucionais						
	Atividade Acadêmica Optativa	e 11					
0	Atividade Acadêmica Optativa					tre de 99690	
0	Atividade Acadêmica Optativa					tre de 99690	
	Seminário II: Práticas Sociais e Institucionais						
Ênfase: Clínica Contemporânea							
2124	Clinica Psicanalítica Lacaniana			0		tre de 99690	
2125	Clinica Psicanalítica com Crianças			0		tre de 99690	
	Avanços em Terapia Cognitivo-Comportamental						
	Psicopatologia Psicanalítica						
	Psicossomática						
	Sociais e Institucionais						
2120	Subjetividade e Trabalho na Contemporaneidade			0		tre de 99690	
2139	Trabalho e Desenvolvimento Humano			0		tre de 99690	
	Cinema e Literatura como Práticas Sociais						
	Projetos Sociais - Planejamento e Práticas						
	às duas Ênfases						
3090	Psicologia Hospitalar			0		tre de 99690	42
0099	Psicologia Jurídica			0		tre de 99690	33
0948	Filosofia da Linguagem			0		tre de 99690	23
2142	Tempo Livre, Trabalho e Ócio			0		tre de 99690	33-41
	Cultura Surda e LIBRAS						
	Noções Básicas sobre Dependência Química	1		0		tre de 99690	33-41
	Afrodscendentes na América Latina			0		tre de 99690	33-41
	Boas Indicações na América Latina Contemporânea						
	ementares: 60 horas (Obs. 13)						
<p>O estágio não obrigatório é uma atividade facultativa, acrescida às atividades curriculares obrigatórias e regulares previstas para o curso. Não implica alteração da carga horária estabelecida para a conclusão do diploma. Regulamentado pela Lei</p> <p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>1. As Oficinas, destacadas em negrito, são as atividades acadêmicas articuladoras responsáveis pela articulação das atividades acadêmicas em torno da temática de cada semestre. Na dúvida, sugere-se que você procure a organização dos grupos, no dia 29/02, às 19h30min, em sala indicada na matrícula. Coordenação de Curso antes de efetuar a matrícula.</p> <p>2. Representação estudantil: Informações: movestudantil@unisinis.br ou ramal 4101.</p> <p>3. Reunião dos formandos: no dia 12/12, às 19h, no Auditório Central. Se você pretende formar-se em 2012/1, solicite colação de grau pelo portal Minha Unisinis no período de 03/01 a 17/03.</p> <p>4. Se você está matriculado em TCC - Trabalho de Conclusão de Curso em 2012/1, deve participar da reunião alternativa de parcelamento e seja beneficiário de algum tipo de bolsa, gratuidade ou convênio (exceto inicial (conforme Cronograma que segue às Observações). A presença à reunião inicial de TCC é obrigatória.</p> <p>5. Se você deseja impulsionar a aprendizagem em Português, Matemática, Física, Química, Estatística ou Informática, sugere-se que procure o Ensino Propulsor, por meio do blog: http://www.unisinis.br/blog/ensinopropulsor, ou dos telefones 3590-8394 e 3591-1100, ramal 1624 (Sala 6R101).</p> <p>6. Os temas a serem discutidos nos "Seminários" foram definidos pelo conjunto dos alunos e professores de Psicologia antes de iniciar o 5º semestre vinculado ao Estágio Profissional. No período de matrícula haverá divulgação desses temas no mural do curso de Psicologia e no site da Universidade.</p> <p>7. A turma sinalizada com a sigla EaD será oferecida na modalidade Educação a Distância com alguns encontros presenciais e outros virtuais. As avaliações ocorrem obrigatoriamente de forma presencial (nos encontros nos na semana anterior à prova.</p> <p>8. Se você se matricular em Estágio Básico em Psicologia, deve comparecer à reunião para orientações e</p> <p>8.1. Se você pretende cursar o Estágio Básico em 2012/2, deve participar da matrícula on-line, alterando o período de pagamento no portal</p> <p>9. As atividades 92258 e 92259 são eletivas e não somam créditos para integralizar o currículo. Você pode optar entre cursar a atividade 92258 ou 92259.</p> <p>10. Você deve ser aprovado em Exame de Proficiência em Português para</p> <p>11. Esta disciplina não pode ser cursada em Regime Especial de Estudos</p>							

2030 - CURSO DE PSICOLOGIA - CURRÍCULO 4 - NOTURNO (continuação)			
CRONOGRAMA RELATIVO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
Os prazos -		Orientações - Atividades	
06/	Reunião Inicial obrigatória para o TCC às 17h. Sala a definir, informe-se no Posto de Atendimento.		
Até 02/	Entrega do formulário de escolha do orientador na Secretaria Compartilhada das Ciências da Saúde(Sala 2A220), no horário compreendido entre 8h e 21h. (* 2 e *3)		
Até 13/	Validação da escolha do orientador, onde o aluno será notificado por e-mail.		
Até 04/	Entrega do TCC na Secretaria Compartilhada das Ciências da Saúde(Sala 2A220), no horário compreendido entre 8h e 21h. (* 2 e *3)		
18/	Divulgação das Bancas de TCC		
25/	Início das Bancas de TCC		
OBSERVAÇÕES:			
*1 - Se você não entregar o Formulário de escolha do orientador até a data aprazada, será considerado desistente.			
*2 - Não serão aceitos os trabalhos sem a Ficha de Encaminhamento à Avaliação.			
*3 - Não se aceitará a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso após os prazos estipulados neste Cronograma e em locais e horários diversos dos estabelecidos neste Cronograma.			
As atividades complementares têm como objetivo estimular a sua participação em experiências diversificadas que contribuam para a sua formação profissional e pessoal. Para a conclusão do Curso, você			
QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Grupos	Descrição	Quantidade	Limite
	Participação em curso (oficina, minicurso, extensão, capacitação, treinamento) e similar, natureza acadêmica,	1h	
	Ministrante de curso de extensão, de palestra; debatedor em mesa-redonda e similar	1h	
	Atividade de monitoria em Atividade(s) Acadêmica(s) ou Disciplinas de Graduação de, no mínimo, 60h	1h	
	Atividade acadêmica ou disciplina não aproveitada como créditos no Curso (inclusive disciplinas cursadas em outras instituições)	a = 50h	
	Atividade de iniciação científica ou equivalente de, no mínimo, 150 horas	1h	
	Publicação de artigo científico completo (artigo efetivamente publicado ou com aceite final para publicação) em periódico	50h por publicação	
	Publicação de artigo científico ou resumo em anais de evento científico como autor ou coautor	30h por publicação	
	Publicação de produção autoral (foto, artigo, reportagem ou similar), em periódico ou site	20h por publicação	
	Estágio não obrigatório de, no mínimo, 60 horas. Regulamentado pela Lei 11788/2008, e o estágio realizado com aprovação poderá ser aproveitado como atividade complementar se conduzido com autorização prévia	1h	
	Autor ou coautor de capítulo de livro	50h por publicação	
1	Participação em concurso acadêmico	10h por inscrição	10h por inscrição;
2	Participação em evento (congresso, seminário, simpósio, workshop, palestra, conferência) e similar, de natureza acadêmica	1h	
3	Serviço voluntário de caráter sociocomunitário, devidamente comprovado, realizado conforme a lei 9.608 de 18/02/1998 junto a entidades públicas de qualquer natureza, a instituições privadas sem fins lucrativos	1h	
	Apresentação de trabalho científico (inclusive pôster) em evento de âmbito regional, nacional ou internacional	10 h por publicação	
	Viagem de estudo e visita técnica	1h	
	Realização de curso de idioma	1h	
7	Participação como ouvinte em banca de trabalho de conclusão de curso de graduação, dissertação de mestrado e tese	1h por banca	
	Participação em comissão organizadora de evento e similar	10h	
	Exercício de cargo eletivo na diretoria do DCE ou do DA do Curso	20h por publicação	
	Participação em equipe esportiva da Unisinos	20h por publicação	
Observações:			
1. O aproveitamento de atividades complementares se dará de acordo com os critérios, limites e prescrições estabelecidas e publicadas na grade curricular do respectivo curso, devendo ser requerido pelo aluno no Atendimento Unisinos, mediante entrega da documentação comprobatória (original e cópia, que será autenticada). No caso de atividades de extensão e monitoria realizadas na Unisinos a partir de 6 de novembro de 2008, haverá aproveitamento automático das horas de atividades complementares, conforme o quadro de cada curso, sem necessidade de solicitação por parte do aluno.			
2. A critério da Comissão de Coordenação, as atividades não previstas poderão ser, mediante solicitação junto ao Atendimento Unisinos, aproveitadas como Atividades Complementares.			
3. O aproveitamento de atividades realizadas antes do ingresso do aluno no curso só será concedido nas seguintes condições:			
<ul style="list-style-type: none"> • as atividades devem ter sido realizadas durante o período de vínculo regular do aluno com outro curso de graduação; • se o aluno estiver sem vínculo regular com um curso de graduação por um período maior do que três anos, ele não poderá aproveitar as atividades realizadas antes durante o período de afastamento. 			

